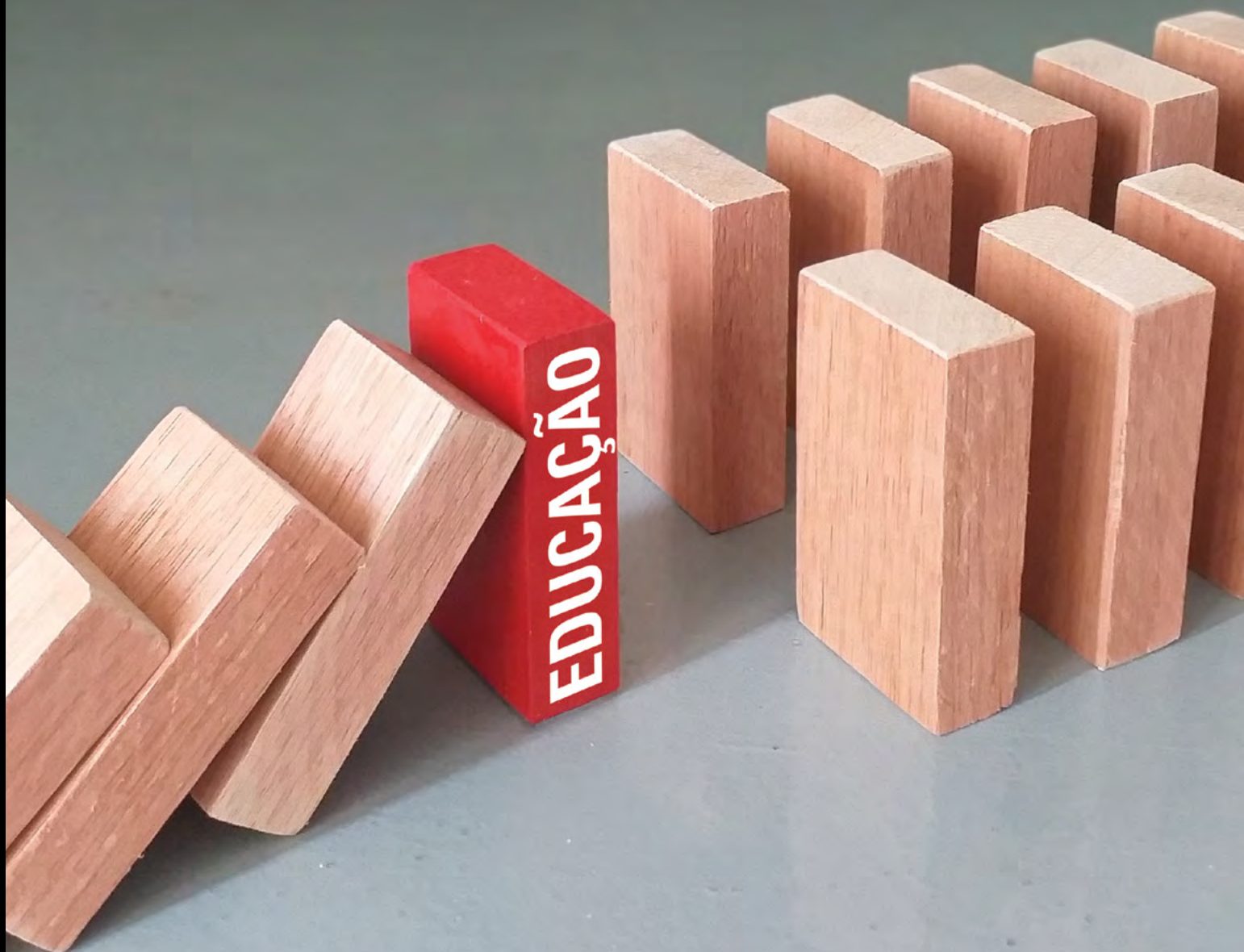


UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 71

Ano XXXIII - Nº 71 - fevereiro de 2023



**As contrarreformas no Brasil:
a educação pública na resistência
aos ataques neoliberais**



**O PROCESSO ELEITORAL
PARA ESCOLHER
A NOVA DIRETORIA
DO ANDES-SN
SERÁ ENTRE OS DIAS
10 E 11 DE MAIO DE 2023**

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 71

Ano XXXIII - Nº 71 - fevereiro de 2023

Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Brasília

Semestral

- 8 **Novo Ensino Médio:** um pilar fundamental das reformas neoliberais do Estado brasileiro
Leonardo Diniz de Couto, Rômulo de Souza Castro e Valena Ribeiro Garcia Ramos

- 22 **Políticas neoliberais, trabalho remoto**
e reflexos na saúde de docentes universitários
Roseli de Fátima Corteletti, Luciana Leandro da Silva e Filipe Gervásio Pinto da Silva
- 38 **Habitação popular no Brasil:**
emergência do MTST e a luta por moradia em Aracaju
Joyce Kelly de Jesus Santos e Josefa de Lisboa Santos
- 50 **Análises sobre a dimensão da participação social**
para a política pública de liberdade religiosa no Rio de Janeiro
Maíra Carrera Silva
- 60 **Pandemia, negacionismo e fake news:** uma análise das implicações do fenômeno anti-ciência face o contexto da Covid-19 no Brasil
Luiz Ferreira Lima Neto, Alysson José dos Santos e José Eudes Baima Bezerra
- 74 **Ação solidária na pandemia:** relatos da campanha 'UESC Solidária' na perspectiva sindical
Arturo Samana, Rafael Bertoldo e Eliana Albuquerque

Arte

- 84** **José Lanzellotti,**
o ilustrador das gentes brasileiras
Bira Dantas
- 90** **A plenos pulmões**
Primeira introdução ao poema
Vladimir Maiakovski
Fotografias: *Aleksandr Rodchenko*
- 98** **Pensamentos de Guimarães Rosa sobre nossos amigos do zoo**
Bira Dantas

Reportagem

- 102** **Derrotar Bolsonaro**
nas ruas e nas urnas

Charge

- 121** **Reformas neoliberais**
Bira Dantas

ERRATA

O artigo *A Universidade na pandemia: defesa da vida ou recrudescimento da austeridade?* (US #70, pág. 20), das autoras Daniele Batista Brandt e Juliana Fiuza Cislighi, foi publicado com a bibliografia incompleta na versão impressa. Pedimos desculpas pelo erro. A versão integral está disponível na revista digital em: https://andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade.

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE ■

- Publicação semestral do ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
- Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.
- Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA PRÓXIMA EDIÇÃO, ver página 120

Conselho Editorial

Antonio Gonçalves Filho, Antônio Ponciano Bezerra, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Ciro Teixeira Correia, Décio Garcia Munhoz, Eblin Joseph Farage, Luiz Henrique Schuch, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Luiz Pinguelli Rosa, Maria Cristina de Moraes, Maria José Feres Ribeiro, Marina Barbosa Pinto, Marinalva Silva Oliveira, Newton Lima Neto, Paulo Marcos Borges Rizzo, Roberto Leher e Sadi Dal Rosso

Encargatura de Imprensa e Divulgação desta Edição Francieli Rebelatto

Editoria Executiva deste Número

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, Jennifer Susan Webb Santos, Luiz Henrique dos Santos Blume e Neila Nunes de Souza

Pareceristas Ad Hoc

Alisson Silva da Costa, Cássio Eduardo Soares Miranda, Fabíola Orlando Calazans Machado, Heleni Duarte Dantas de Ávila, Josanne Francisca Morais Bezerra, Lenilda Damasceno Perpétuo, Lila Cristina Xavier Luz, Nirce Barbosa Castro Ferreira, Raquel de Almeida Moraes, Wallace Roza Pinel e Wanderson Fabio de Melo

Revisão Metodológica e Produção Editorial Iara Yamamoto

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração

Espaço Donas Marcianas Arte e Comunicação - Gabi Caspary - donasmarcianas@gmail.com

Ilustrações Flavio Flock

Capa Gabi Caspary e Gizane Silva

Revisão Gramatical Gizane Silva

Tiragem 1000 exemplares

Impressão Foxy Editora Gráfica

Expedição

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO
Rua Amália de Noronha, 308 - Pinheiros - CEP 05410-010 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3061-0940 / 99726-6706
E-mail: andessp@andes.org.br

www.andes.org.br

Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1 (fev. 1991)

Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Semestral ISSN 1517 - 1779

2023 - Ano XXXIII Nº 71

1. Ensino Superior - Periódicos. 2. Política da Educação - Periódicos. 3. Ensino Público - Periódicos.
I. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior CDU 378 (05)

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: direito de todos, dever do Estado.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN
Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C
CEP 70302-914 - Brasília - DF - Tel.: (61) 3962-8400
E-mail: secretaria@andes.org.br

As contrarreformas no Brasil: a educação pública na resistência aos ataques neoliberais

Ufa! 2022 acabou! E, com ele, um (des)governo genocida, protofascista, incompetente e que oxalá nunca mais se repita!

Escrevemos este editorial no fechamento do mês de dezembro, em meio a tantos acontecimentos políticos, e é impossível não citarmos o “espírito de época” deste final de ano. O ANDES-SN esteve, mais uma vez, junto com o povo brasileiro em defesa das liberdades democráticas. Não nos omitimos diante da eleição mais acirrada do nosso recente período democrático e assumimos, desde o 65º CONAD de Vitória da Conquista, o lema “Derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas”.

Derrotar o candidato da extrema direita nos trouxe um alívio imediato. Porém, os desafios para a consolidação da nossa tão combatida democracia nos impulsionam a continuar a luta!

Para tanto, vamos ao nosso instrumento de formação política e de comunicação, que é a nossa revista *Universidade e Sociedade*, em sua 71ª edição.

Já se tornou senso comum que a pandemia impôs à classe trabalhadora uma intensificação da jornada de trabalho. Não estamos fora desse processo. Como trabalhadores e trabalhadoras da educação superior, sentimos o resultado dessa rotina, que invadiu nossos locais de trabalho, nossas casas e nos colocou em uma jornada de tarefas ininterruptas. Um dos efeitos diretos dessa condição de trabalho docente intermitente é a sobrecarga de tarefas e, com ela, a dificuldade para sistematizar reflexões sobre o tempo presente.

Nesse sentido, percebemos a dificuldade para o envio de artigos de colaboradores e voluntários para a análise dos trabalhos. Com a intensificação da jornada, o tempo da maturação e reflexão sobre nossa existência também precisa de tempo.

Dessa forma, fazemos um convite/apelo aos nossos colaboradores para deixarem um espaço em suas agendas para o envio de artigos e resenhas à nossa tão querida revista *Universidade e Sociedade*. Ela é um instrumento de formação política, especialmente, mas também um espaço para que as pesquisas de nossos colegas sejam divulgadas. Fortalecer a revista é também fortalecer nosso sindicato.

Nesta edição, teremos seis artigos inéditos que trazem uma contribuição às reflexões sobre as contrarreformas no Brasil e sobre a resistência da educação pública às políticas neoliberais. Na seção *Temática*, que traz contribuições diretamente vinculadas a este número, iniciamos com o artigo *Novo Ensino Médio: um pilar fundamental das reformas neoliberais do Estado brasileiro*, de autoria de Leonardo Couto, Rômulo Castro e Valena Ramos. Os autores buscam trazer ao debate as mudanças e os retrocessos após a implementação inicial do Novo Ensino Médio (NEM). Entre as principais questões, tratam das mudanças na estrutura curricular, da alteração da carga horária e do contexto em que foi aprovada esta (contra) reforma, após o golpe que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) e na ascensão ao poder por Michel Temer (MDB), em 2016.

Na seção de Debates, os artigos tratam das políticas neoliberais e os impactos na saúde docente. Além disso, as demais contribuições apresentam questões referentes à intolerância religiosa e política, ao negacionismo científico e à solidariedade em tempos de pandemia.

O artigo *Políticas neoliberais, trabalho remoto e reflexos na saúde de docentes universitários*, de Roseli Corteletti, Luciana da Silva e Filipe Gervásio da Silva, reflete sobre as condições de trabalho remoto e as consequências na saúde de docentes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), resultado de uma pesquisa realizada em 2021, com um universo de 131 docentes.

Em seguida, temos o artigo que trata de um tema extremamente necessário no tempo presente: a intolerância religiosa. *Análises sobre a dimensão da participação social para a política pública de liberdade religiosa no Rio de Janeiro*, de Maíra Carrera Silva, faz uma análise da promoção de políticas no estado do Rio de Janeiro para a diversidade e liberdade religiosa, especialmente em se tratando de religiões de matriz africana e afro-brasileira.

O artigo seguinte, *Pandemia, negacionismo e fake news: uma análise das implicações do fenômeno anticiência face o contexto da Covid-19 no Brasil*, dos autores Alysson dos Santos, José Eudes Bezerra e Luiz Lima Neto, trata de uma reflexão fundamental para os nossos dias. Não à toa, o discurso negacionista e anticientífico propalado por Bolsonaro reflete uma parte da sociedade brasileira que endossou a política de negacionismo científico, especialmente o movimento antivacina. Os autores realizaram um levanta-

mento bibliográfico sobre o tema, além de situações que revelam o quanto o discurso negacionista é propagandeado, bem como as implicações dessa prática de desinformação.

Temos, também, uma importante contribuição para a luta popular por moradia e direito à cidade. O artigo *Habitação popular no Brasil: emergência do MTST e a luta por moradia em Aracaju*, das autoras Joyce Kelly Santos e Josefa de Lisboa Santos, apresenta a luta dos trabalhadores por moradia na capital do estado de Sergipe, em um movimento que problematiza a ocupação urbana e territorial das cidades. Ele é formado, principalmente, por mulheres negras da periferia de Aracaju que vivem do trabalho informal e realizam ocupações de terrenos que visam à especulação imobiliária. Para isso, lançam mão de ação direta, chamando a atenção das autoridades para o problema da falta de moradia e do desemprego. As autoras utilizaram-se de revisão bibliográfica, pesquisa de campo e levantamento de dados.

Por fim, o artigo *Ação solidária na pandemia: relatos da campanha 'UESC Solidária' na perspectiva sindical*, dos autores Arturo Samana, Eliana Albuquerque e Rafael Bertoldo, nos brinda com o relato de uma experiência local de promoção de solidariedade durante a pandemia da Covid-19 junto à comunidade universitária e no entorno da UESC, em Ilhéus, Bahia. Além de garantir a sobrevivência de trabalhadores/as informais que atuavam no *campus*, a campanha UESC Solidária também promoveu a segurança alimentar de famílias das comunidades próximas à universidade. A ação solidária também teve papel fundamental na assistência e socorro imediatos após o desastre ambiental sofrido pelas famílias ribeirinhas de Itabuna e Ilhéus, com as chuvas de dezembro de 2021.

E tem mais: nosso artista-colaborador Bira Dantas nos brinda com uma charge sobre a temática principal de nossa edição. Além da charge, temos sua contribuição com a HQ *Zoo*, inspirada por trechos do livro “Ave palavra”, de Guimarães Rosa. E Bira ainda apresenta uma homenagem ao ilustrador José Lanzelloti, um grande autor, mas pouco conhecido. É importante essa menção ao artista que desenhou tipos populares, especialmente sertanejos e indígenas, na década de 1970, para a revista *Curupira*. Ele também criou uma história em quadrinhos, ou “gibi” (como se chamava à época), sobre um cangaceiro, Raimundo, publicado em 1953 pela editora Aliança Juvenil.

E temos ainda a Reportagem, com a colaboração da nossa imprensa do ANDES-SN e das seções sindicais ADUA, ADUFC, ADUFAL, ADUFES, ADUFLA, ADUFMAT, ADUFOP, ADUFPA, ADUFPB, ADUFPEL, ADUSC, ADUFS-BA, ADUSB, SEDUFSM e SINDUEPG. O mote são os atos em defesa da democracia e contra os cortes dos recursos orçamentários das universidades, institutos e Cefets, anunciados em agosto de 2022.

Como disseram os Titãs, “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”. Então, não poderia faltar a seção Poesia. Nesta edição, escolhemos um poema do poeta, dramaturgo, produtor gráfico e realizador de filmes de “agitprop” e artista futurista: o revolucionário russo Vladimir Maiakovski. Escolhemos “A plenos pulmões”, de 1930. Chamado de “o poeta da Revolução Russa”, foi um dos maiores poetas do século XX, considerado o maior nome do futurismo. Como afirmou em um de seus poemas:

“O mar da história
é agitado.
As ameaças
e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta
as ondas.”

Para ilustrar o poema, escolhemos fotos de Aleksandr Mikhailovich Rodchenko (Rússia, 5 de dezembro de 1891-3 de dezembro de 1956), artista plástico, escultor, fotógrafo e designer gráfico, contemporâneo de Maiakovski. Rodchenko foi um dos fundadores do construtivismo e do design moderno russo.

Estamos vivendo um mar de agitações, mas o da contrarrevolução, e não o do ímpeto de mudanças, como na primeira fase da Revolução Russa, a qual o poeta viveu. Devemos buscar inspiração em sua atitude diante da inevitável luta pela vida e pela democracia, já que “a revolução não está no horizonte de possibilidades”. Apesar de se tratar de um período muito diferente do nosso, pois os/as trabalhadores/as e russos/as e camponeses/as estavam diante da possibilidade de criar um novo mundo, é preciso levantar a plenos pulmões a voz em defesa da democracia, da vida e – por que não? – do socialismo. Vivemos um tempo de incertezas diante do avanço da extrema direita. Os acampamentos bolsonaristas em frente aos quartéis e os atos antidemocráticos nos indicam que não estamos em momentos de paz e tranquilidade para os de baixo. Por isso, a poesia de Maiakovski é tão importante para nos inspirar à luta! **US**

Novo Ensino Médio: um pilar fundamental das reformas neoliberais do Estado brasileiro

Leonardo Diniz de Couto

Professor no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ)
E-mail: leonardo.couto@cefet-rj.br

Rômulo de Souza Castro

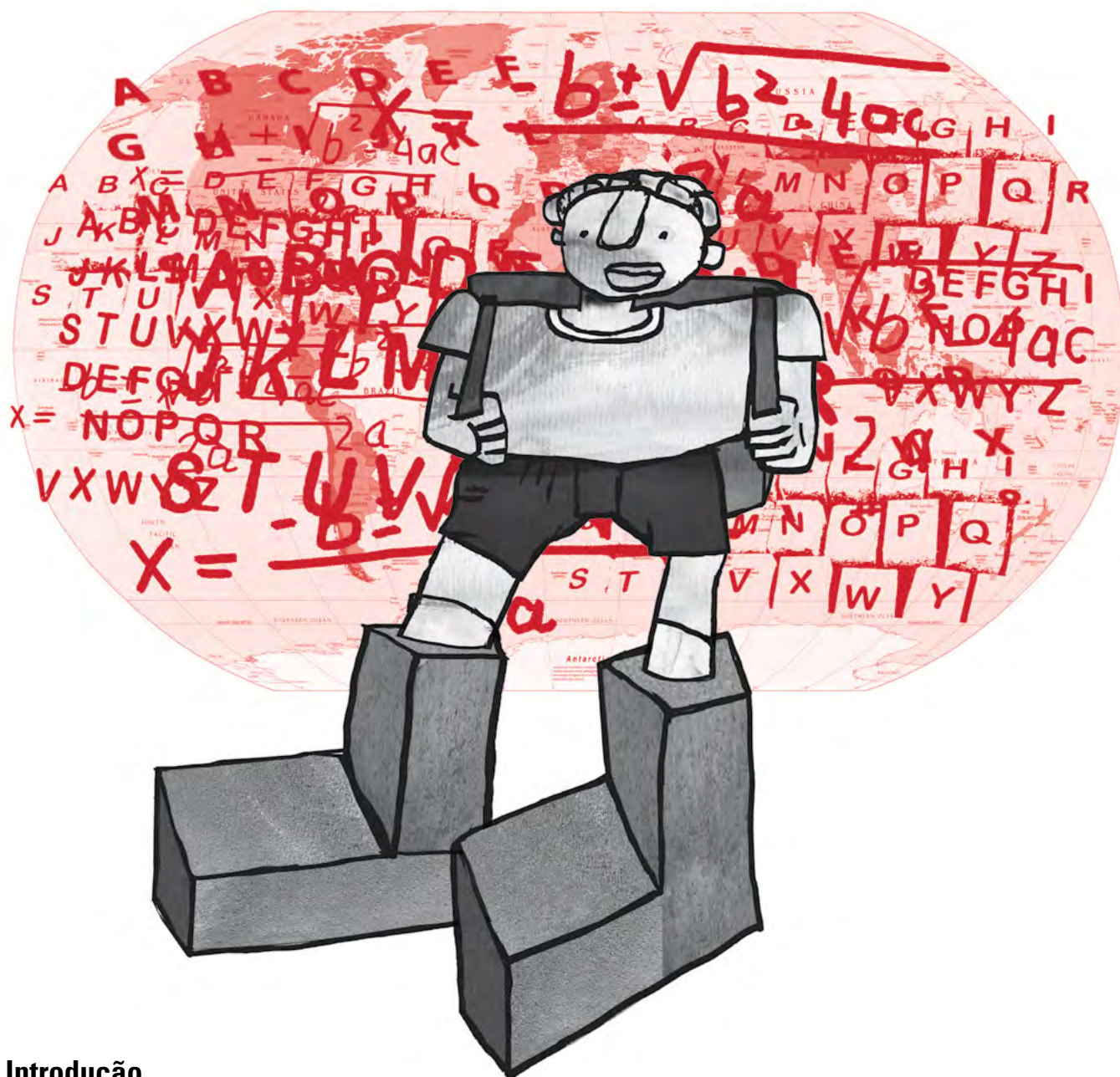
Professor no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET -RJ)
E-mail: romulocastro@cefet-r.br

Valena Ribeiro Garcia Ramos

Professor no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET- RJ)
E-mail: valena.ramos@cefet-rj.br

Resumo: Este texto tem como objetivo explicitar as mudanças mais significativas realizadas com a implementação do Novo Ensino Médio (NEM), apontando para os retrocessos que ele representa. São mudanças que impactam tanto a estrutura curricular, alterando obrigatoriedade e tempo de aula de componentes curriculares, como também a carga horária, diminuindo o contato dos estudantes com conteúdos hoje entendidos como básicos para a sua formação. A ideia é, ao esclarecer sobre as mudanças promovidas pelo NEM, localizar o contexto no qual essas mudanças estão sendo realizadas e fomentadas, a saber, o contexto de intensificação das reformas neoliberais do Estado brasileiro sob o governo conservador bolsonarista e também para onde apontam essas mudanças, confrontando com propaganda governamental. A tese principal defendida aqui é a de que, para uma educação comprometida com o combate das desigualdades sociais, não há caminho possível senão a luta pela a revogação total da implementação do NEM.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Estrutura Curricular. Carga Horária. Neoliberalismo. Revogação.



Introdução

No início de julho de 2021, o Ministério da Educação do governo federal brasileiro (MEC) lançou uma peça publicitária a ser veiculada como propaganda de rádio, televisão e internet, de 59 segundos, anunciando que em 2022 começaria a implementação do Novo Ensino Médio (NEM)¹. Foi pouco veiculada naquele mês e, no mês seguinte, agosto, já parecia abandonada. Todavia, no fim daquele ano, acabou sendo retomada, tendo bem mais inserções na TV e no rádio. Sendo estruturada como se fosse o anúncio de um filme muito esperado, a peça não explica o que é o NEM, qual o impacto das mudanças nas estruturas escolares ou nas vidas dos estudantes; ela apenas afirma a mudança como se fosse algo incrível, transformador das vidas de quem está cursando o Ensino Médio brasileiro. Associa o NEM à palavra “inova-

ção”, que aparece na peça publicitária escrita entre aspas e com cinco estrelas em cima, e ideias como “mudança” e “escolha”, complementadas pela afirmação de personagens da propaganda (que se passam por professores) de que, a partir de agora, com o NEM, os estudantes poderão ter o auxílio de seus professores na definição de seus projetos de vida e na preparação para “o pleno exercício da cidadania e para o mundo do trabalho”, expressão importada quase *ipsis litteris* da LDB, em seu 2º artigo².

Sobre a intenção dessa propaganda, pode-se dizer que, além de informar a respeito da mudança iminente na estrutura do Ensino Médio a ser iniciada com a virada do ano letivo de 2021 para o de 2022, ela também parecia pretender fomentar na sociedade a expectativa – e quem sabe até a ansiedade – por

algo que aparentava ser transformador na vida escolar, tanto da perspectiva da melhoria na qualidade do Ensino Médio quanto da perspectiva do entusiasmo e prazer dos estudantes com a escola e sua educação oferecida. Em suma, seguindo a cartilha de qualquer peça publicitária, a propaganda acabava oferecendo muito mais do que o próprio produto, neste caso, o Novo Ensino Médio, insinuando um futuro novo e promissor para os jovens brasileiros dessa etapa escolar, aberto a seus desejos, anseios e escolhas, e prometendo a eles (e às suas famílias) oportunidades diversas de aprofundamento na área profissional ou acadêmica que mais lhes interessasse.

Inovação, mudança, escolha, satisfação de desejos e prazer são algumas das palavras-chave da propaganda e acabam constituindo, também, um conjunto importante de ideias arroladas, as quais se deseja associar ao novo formato de Ensino Médio. Não se trata de um conjunto completamente desconhecido de nós, brasileiros viventes do século XXI. Habitamos o mundo do futuro no presente, no qual nos é prometido todos os dias, com cada produto que nos é ofertado à compra, um futuro atraente e promissor, que, contudo, nunca se realiza. Esta lógica, infelizmente, não é e não será diferente com o NEM. Simplesmente porque o NEM não representa o novo, mas o velho neoliberalismo que ora abraça definitivamente com seus tentáculos a última etapa da educação básica brasileira. Neste texto, o objetivo principal será entender por que é este o caso.

O NEM não representa o novo, mas o velho neoliberalismo que ora abraça definitivamente com seus tentáculos a última etapa da educação básica brasileira.

Basicamente, o que se pretende com este trabalho é, depois de elucidar o que é, afinal de contas, o NEM, entender em qual contexto ele se apresenta e para que mundo (real) ele aponta. Este texto será dividido em três partes. Na primeira, a intenção será didaticamente explicar a proposta do NEM, minuciando algumas das mudanças mais importantes que sua implementação promoverá, na prática, nas escolas. Na segunda parte, a intenção é apontar para o futuro da educação com o NEM – bastante sombrio para os filhos

dos trabalhadores. Aliás, diga-se de passagem, futuro que só pode ser encarado com resistência no sentido da revogação dessa reformulação do Ensino Médio por quem está comprometido com qualquer ideia de justiça ou equidade verdadeiramente. E, na terceira, a ideia é contextualizar essas mudanças, entendendo que elas fazem parte de um pacote de intensificação das reformas sofridas pelo Estado brasileiro nos últimos anos.

O que é o NEM?

O projeto do Novo Ensino Médio vem sendo gestado há anos por grupos econômicos com interesse na área da educação brasileira, mas, efetivamente, só ganhou uma redação há cerca de 6 anos, através da Medida Provisória nº 746/2016 (MP 746/2016). A data de publicação desta MP é importante. Foi no dia 22 de setembro de 2016, ou seja, menos de um mês depois do *impeachment* de Dilma Rousseff e da posse de Michel Temer. Foi um processo muito rápido entre a posse de Temer e a publicação da MP 746, que demonstra a ansiedade pela transformação da educação como ação rápida de governo. E o texto, que foi rapidamente apresentado como MP, acabou sendo convertido em Lei no dia 16 de fevereiro de 2017, cerca de cinco meses depois da vigência da MP, transmutando-se na Lei nº 13.415/2017. Em suma, com um país ainda desestruturado depois de um processo recente e traumático de destituição da presidenta e da posse de outro presidente altamente impopular, sem qualquer discussão da sociedade ou debate público, sem a apreciação dos profissionais e pesquisadores da educação e sem a compreensão da maior parte das pessoas envolvidas com a educação, muito rapidamente o presidente empossado decreta e o Congresso aprova uma mudança estrutural no Ensino Médio brasileiro. E é esta mudança, formalmente ocorrida entre o fim de 2016 e o início de 2017, que agora, em 2022/2023, está se dando na prática nas escolas particulares e nos sistemas municipais, estaduais e federal de educação pública. Entendamos o que ela significa.

Basicamente, o que a Lei nº 13415/17 estabelece é uma transformação de natureza do Ensino Médio

brasileiro, alterando sua carga horária e sua estruturação. Ela retira desta última etapa da educação básica brasileira a perspectiva de ser universal, ao cindir os estudantes entre os que poderão efetivamente seguir uma carreira acadêmica e os que precisarão, por necessidade de sobrevivência, já apontar para uma profissionalização rápida para a absorção de um mercado de trabalho não devidamente qualificado, não bem remunerado, sem todas as garantias e direitos estabelecidos.

Nesse sentido, na estrutura curricular, o Ensino Médio brasileiro deixou de ter a obrigatoriedade das mesmas disciplinas com a mesma carga horária mínima para todos os seus estudantes do país e passou a ser dividido em duas partes: “pela Base Nacional Curricular (BNCC) e por itinerários formativos” (Lei nº 13415, art. 36). A BNCC é a parte entendida como básica para todos no país. É nela que se encontram as disciplinas já tradicionais dessa etapa da educação, como matemática, filosofia, física, sociologia, literatura, artes e outras. Ou mais precisamente, é nesta parte do currículo que se encontram (Lei nº 13415, art. 35-A) “as áreas do conhecimento: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; e IV – ciências humanas e sociais aplicadas”. Diferentemente, todavia, da estrutura curricular que ela substitui, no contexto da BNCC, apenas são obrigatórios “o ensino da língua portuguesa e da matemática [...] nos três anos” (Lei nº 13415, art. 35-A, § 3º) e “o estudo da língua inglesa” (Lei nº 13415, art. 35-A, § 4º). Os outros componentes curriculares, partes das áreas de conhecimento listadas acima, presentes no documento da BNCC publicado em 2018, podem ser ministrados – ou não –, mas o privilégio no texto é da articulação dos conceitos e conteúdos que eles apresentam, mais do que a especificidade que estas disciplinas representam. Neste sentido, nada se diz na Lei e no documento da BNCC de 2018 sobre os tempos mínimos que devem ser dedicados a esses conteúdos na arrumação disciplinar das escolas. E, por fim, é importante lembrar que de disciplinas escolares estabelecidas obrigatoriamente, educação física, artes, sociologia e filosofia passam a figurar nessa estrutura curricular como “estudos e práticas [obrigatórias]” (Lei nº 13415, art. 35-A, § 2º), o que, na prática, pode significar suas sa-

ídas das grades horárias escolares de muitas escolas.

Concomitante ao oferecimento obrigatório da BNCC, tal como apresentada acima, os itinerários formativos, a segunda parte dessa nova estrutura curricular, também são instituídos como obrigatórios. No entanto, o seu conteúdo é muito mais variado para os estudantes. Seguindo o texto da Lei nº 13415 (art. 36), eles podem “ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares”. Formalmente falando, os caminhos possíveis para o oferecimento desses itinerários são cinco: “I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; [e] V – formação técnica e profissional” (Lei nº 13415, art. 36). Mas já no § 1º deste artigo aparece a observação de que “a organização das áreas de que trata o *caput* e as respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino”, observação complementada pelo § 3º, que diz: “a critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do *caput*”. Em outras palavras, cada sistema de ensino poderá

A Lei nº 13415/17 retira desta última etapa da educação básica brasileira a perspectiva de ser universal, ao cindir os estudantes entre os que poderão efetivamente seguir uma carreira acadêmica e os que precisarão, por necessidade de sobrevivência, já apontar para uma profissionalização rápida para a absorção de um mercado de trabalho não devidamente qualificado, não bem remunerado, sem todas as garantias e direitos estabelecidos.

organizar esses itinerários como melhor entender. A variedade de itinerários pelo Brasil pode ir até onde a criatividade dos sistemas de ensino permitirem para cada escola, criando disciplinas, juntando áreas e oferecendo habilitações profissionais das mais diversas.

Em suma, o Ensino Médio no Brasil passa a ter uma parte de seu currículo, a que está compreendida como incluída na BNCC, oferecida mais ou menos

de modo igual a todos os estudantes dessa etapa. É mais ou menos igual porque, como foi visto, pode haver variação das escolas que escolhem alocar a sociologia, por exemplo, como disciplina com dois tempos e outras escolas que escolhem pôr seis ou talvez nenhum tempo de aula para esta disciplina em sua grade, já que ela poderia ser talvez contemplada como estudos transversais, sem falar de outros componentes curriculares. E, além disso, o Ensino Médio passa a ter, ainda, uma segunda parte de seu currículo, organizado completamente de modo autônomo pelos sistemas de ensino, podendo ser inteiramente diferente de escola para escola. De universal, a formação oferecida no Ensino Médio brasileiro passa, portanto, a ser bem particular, podendo variar de escola para escola, abrindo a possibilidade do aumento do fosso existente entre, de um lado, os estudantes de famílias mais empobrecidas, que serão empurrados para a formação técnica e profissional, para o quinto itinerário do NEM, levando-os para carreiras com estrutura mais precária; e, de outro, os estudantes das famílias mais abastadas, que cursarão maciçamente os itinerários científicos e acadêmicos, que apontam para carreiras profissionais mais estruturadas e melhor remuneradas.

Quem puder fazer a escolha por um dos quatro primeiros poderá ter, ao fim e ao cabo, até 4200 horas de contato com conteúdo de formação geral. Para essas pessoas, de fato, o NEM pode, talvez, significar uma melhora na qualidade do ensino nesta etapa. Contudo, para quem não vai poder fazer a escolha por um dos quatro primeiros itinerários, não se pode dizer o mesmo. Porque, neste caso, o tempo dedicado à formação geral é reduzido pelo NEM de 2400 horas para 1800. Nem todas as disciplinas que antes essas pessoas tinham direito a cursar, como filosofia, sociologia e artes, estão garantidas na grade curricular.

Acrescente-se a isso a importante mudança na organização da carga horária dessa etapa da educação básica. Sobre ela, o texto da Lei nº 13415/2017, art. 24, §1º, literalmente afirma que “a carga horária mínima anual [...] deverá ser ampliada de forma progressiva, no Ensino Médio, de oitocentas para mil e quatrocentas horas”. Com isso, de 2400 horas letivas estabelecidas pela LDB de 1996, o tempo total proje-

tado para o Ensino Médio passa a ser de 4200 horas em três anos. No todo, é um aumento de carga horária significativo. Aliás, na propaganda governamental, esse aumento é ressaltado e comemorado. Entretanto, lendo os artigos com atenção e olhando para a mudança como um conjunto, o que se encontra é uma diminuição de tempo dedicado à parte do currículo entendido como básico, aquele referente à BNCC. Se, até antes da MP 746, garantia-se 2400 horas para o contato dos estudantes com os conteúdos entendidos como básicos, referentes à formação geral, o texto da Lei nº 13415 (Art. 35-A, § 5º) estabelece que “a carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do Ensino Médio”. Em outros termos, na prática, o NEM diminui em pelo menos 25% a carga destinada aos conteúdos básicos, passando de 2400 horas obrigatórias para 1800 horas máximas. O restante de carga horária, que pode chegar a 4200 horas, ou as 2400 horas restantes, é a parte constituinte do currículo variável dos itinerários formativos, que, como visto, oferecerá mais tempo de contato com conteúdo da BNCC para quem puder escolher itinerários acadêmicos e científicos e o tempo da formação profissionalizante para quem não pode fazer a referida escolha.

Sobre esses itinerários, valem, ainda, para finalizar esta primeira seção, algumas observações. Como visto, eles, formalmente falando, podem ser cinco. Contudo, em termos de impacto prático, podem ser cindidos como apontando para dois caminhos de formação para os estudantes do Ensino Médio. O primeiro é o que reúne os 4 itinerários científico-acadêmicos; e o segundo é o itinerário profissionalizante. Quem puder fazer a escolha por um dos quatro primeiros poderá ter, ao fim e ao cabo, até 4200 horas de contato com conteúdo de formação geral. Para essas pessoas, de fato, o NEM pode, talvez, significar uma melhora na qualidade do ensino nesta etapa. Contudo, para quem não vai poder fazer a escolha por um dos quatro primeiros itinerários, não se pode dizer o mesmo. Porque, neste caso, o tempo dedicado à formação geral é reduzido pelo NEM de 2400 horas para 1800. Nem todas as disciplinas que antes essas pessoas tinham direito a cursar, como filosofia, sociologia e artes, estão garantidas na grade curricular.

E, para finalizar, a Lei, para quem vai cursar o quinto itinerário, ainda guarda a possibilidade de ter parte de seu curso de Ensino Médio sendo ministrado por “profissionais com notório saber” (Lei nº 13415, art. 61, IV), ou seja, sem qualquer formação pedagógica e em espaços como empresas privadas, quando estabelece que “a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará: I – a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo” (Lei nº 13415, art. 36, § 6º). Com esses apontamentos para algumas das modificações centrais no Ensino Médio brasileiro promovidos pelo NEM, fica claro que a consequência mais importante de sua implementação é reforçar o fosso entre estudantes mais pobres e o restante da sociedade. Enquanto alguns poderão escolher, desde cedo, o caminho acadêmico que mais lhe interessa, outros serão furtados de tempos de formação geral básica e serão jogados para muitas horas de uma formação profissional, tendo em vista sua empregabilidade rápida, formação em espaços como empresas e com profissionais que podem não ser professores devidamente formados.

Para que futuro aponta o NEM?

Na propaganda, o NEM aponta para um futuro muito promissor, feliz e de realização para os estudantes do Ensino Médio brasileiro, oferecendo-lhes escolhas entre caminhos abertos no mundo do trabalho e na universidade. Esta é a propaganda e só ilude quem está desinformado do mundo em que vivemos, do contexto do Brasil e de sua arraigada desigualdade social. É um futuro utópico para um Brasil descontextualizado. No Brasil concreto, das desigualdades sociais e de suas consequências nefastas, o NEM significa mais uma contribuição para o aumento da distância entre os mais pobres e o restante da sociedade.

O que os defensores do NEM afirmam é que ele oferece, desde cedo, a oportunidade de escolha aos estudantes do país entre os caminhos que poderão trilhar no futuro como profissão, podendo entrar em contato mais aprofundado com a área que mais lhes interessa, iniciando esse contato no Ensino Médio, sem perder muito tempo com aquilo que não lhes interessa e que lhes desanima. Alguns argumentam,

inclusive, que o NEM, neste sentido, estaria acompanhando as melhores práticas educativas presentes em países europeus, que se destacam em qualidade na educação, como Alemanha e Finlândia. O Movimento Todos Pela Educação, grupo econômico lobista importante desse campo no Brasil, é um dos grupos que argumentam neste sentido. O seu líder de Políticas Educacionais, Gabriel Correa, chega a afirmar, em matéria recente em seu sítio eletrônico:

os jovens de escolas públicas [desta etapa] querem uma escola que os prepare para o mercado de trabalho e abra portas para o Ensino Superior. Ou seja, querem uma escola que amplie seu leque de oportunidades, que ofereça escolhas que lhes permitam trilhar diferentes caminhos de vida. Ressignificar essa etapa deve ser uma grande prioridade para a atuação das próximas gestões, tanto no governo federal quanto nos estados³.

Não há dúvida de que os jovens e toda a sociedade brasileira quer, nesta etapa, “uma escola que prepare para o mercado de trabalho e abra portas para o Ensino Superior”. É curioso pensar que ainda haja 2% dos pesquisados que não querem uma escola que realize esse trabalho, dados obtidos a partir de pesquisa encomendada ao Datafolha pelo movimento citado anteriormente. Não era necessária uma pesquisa para fazer essa investigação. Os estudantes e a sociedade querem uma escola que ofereça, efetivamente, essas alternativas aos estudantes brasileiros. Aliás, lendo a pesquisa realizada, vê-se que os estudantes não afirmam que desejam uma escola que ofereça “formação voltada para o mercado de trabalho” ou “poder escolher as áreas em que irá aprofundar os estudos”. Não parece ser uma escolha entre duas alternativas excludentes. Ao que parece, os estudantes apontam querer ter às mãos as duas alternativas: ou seja, uma escola que ofereça uma formação profissional e, junto com isso, a possibilidade de aprofundamento na área que mais lhe interessa.

Além disso, vale ressaltar que é muito importante contextualizar o oferecimento dessas oportunidades aos estudantes no Brasil. O NEM, definitivamente, não oferecerá as alternativas apontadas na pesquisa acima. Vivemos em um país no qual impera a desigualdade social. Segundo o relatório do *World*

Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais), lançado no início de 2022, o Brasil está disputando as primeiras posições como um dos países mais desiguais do mundo em todos os critérios utilizados. Lá verifica-se que a metade da população brasileira mais pobre detém menos que 1% da riqueza nacional e que, concomitantemente, o 1% mais rico entre os brasileiros possui quase metade da fortuna nacional. Ao se compreender essa situação, pode-se depreender que a maior parte da população brasileira, aquela mais empobrecida, terá dificuldade – sendo até impossível para algumas famílias – manter seus filhos e filhas sem que participem da contribuição financeira para o sustento de suas casas apenas estudando. Entender isso deixa claro que é uma impossibilidade prática para a maior parte das famílias brasileiras manter seus filhos e filhas numa formação cujo itinerário escolhido é acadêmico/científico, que tem duração de três anos e mais quatro de graduação, quando está à mão uma formação que oferece uma empregabilidade mais rápida, mesmo que esta seja muito mais precarizada que aquela que se conseguiria após uma graduação.

Na prática, o que o NEM oferecerá a essas famílias mais empobrecidas e seus jovens é o aumento da precarização de sua educação, diminuindo o contato deles com os conteúdos hoje ainda entendidos como básicos. Uma vez que eles serão empurrados para o quinto itinerário pelas suas circunstâncias socioeconômicas, para eles estará estabelecido um teto de horas para o contato com os conteúdos da BNCC, os conteúdos mais básicos, um inexplicável teto de 1800 horas.

Com o NEM, o Estado brasileiro, em vez de tentar sanar as desigualdades sociais, que é o grande motivo de evasão escolar e o maior dos inimigos para uma educação de efetiva qualidade e universal, (dado verificável na mesma pesquisa), oferece aos mais pobres um caminho rápido para uma empregabilidade precoce e nada qualificada, sem tocar no cerne do problema educacional brasileiro. É uma violência do Estado brasileiro contra as famílias mais vulneráveis. Mais uma violência. Sobretudo porque ainda quer convencê-las de que esta violência, na verdade,

é o oferecimento de oportunidades e de liberdade de escolha. Na prática, de modo sistêmico, às famílias pobres brasileiras não estará disponível os itinerários acadêmico e científico. Não estamos na Finlândia, nem na Alemanha, que, no mesmo relatório sobre desigualdades citado mais acima, apresenta um quadro social muito menos desigual, possuindo, por exemplo, a metade mais pobre cerca de 19% da riqueza nacional, e o 1% mais rico, cerca de 12% da riqueza nacional. Em países como o Brasil, a mudança educacional significativa não pode ser feita antes de medidas que diminuam o fosso entre ricos e pobres. O NEM faz o inverso: aprofunda o referido fosso ao cindir ainda no Ensino Médio os caminhos da elite brasileira e dos trabalhadores mais empobrecidos.

Na prática, o que o NEM oferecerá a essas famílias mais empobrecidas e seus jovens é o aumento da precarização de sua educação, diminuindo o contato deles com os conteúdos hoje ainda entendidos como básicos. Uma vez que eles serão empurrados para o quinto itinerário pelas suas circunstâncias socioeconômicas, para eles estará estabelecido um teto de horas para o contato com os conteúdos da BNCC, os conteúdos mais básicos – um inexplicável teto de 1800 horas. Lembrando que saem das 2400 horas garantidas pela LDB de 1996 para 1800 horas com o NEM de 2017. Para esses jovens, o NEM significa precarização do ensino.

Se grupos como o Movimento Todos Pela Educação estivessem realmente comprometidos com o aumento de oportunidades e melhoria na qualidade da educação dos jovens brasileiros, e não com a produção de mão de obra barata e qualificada para um trabalho desqualificado, defenderiam a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008) em lugar da adoção do Novo Ensino Médio. Defenderiam o aumento de gastos do Estado brasileiro com a educação, tendo em vista expandir esta experiência educacional tão bem-sucedida, experiência que, diga-se de passagem, contempla o verdadeiro anseio dos estudantes e da sociedade brasileira de lhes oferecer a real alternativa entre o mercado de trabalho e a universidade, dado que lhes proporciona uma formação geral consistente, vide as notas do ENEM⁴ dos estudantes da rede federal e do exame PISA⁵, por exemplo. E ainda,

junto com esta primeira formação, oferece-lhes uma formação técnica de qualidade que lhes garante uma empregabilidade rápida se esta for a necessidade ou o desejo deste estudante. A criação e a manutenção da rede federal, que traz consigo o Ensino Médio Integrado, que congrega a formação geral e a formação técnica e tecnológica integrada é, sem dúvida, cara (SILVA *et al.*, 2017): aumenta algo em torno de 4 a 5 vezes o gasto por estudante em relação à rede estadual, mas seus resultados em qualidade parecem justificar este aporte de recursos. E, em relação ao NEM, não há outro caminho senão a luta pela sua revogação. Qualquer tentativa de conciliação com o projeto, ou caminho provisório de manutenção do NEM, por não ter proposta alternativa, não pode ser considerada.

Avanços nas contrarreformas do trabalho e da educação: governo Temer e Bolsonaro

Como apresentado anteriormente, o NEM começou a ganhar corpo no final governo PT e imposto de forma rápida e autoritária nos governos Temer e Bolsonaro, contexto de avanço das contrarreformas do trabalho e de retirada de direitos sociais, representando a vitória de um projeto que atende às demandas dos grandes conglomerados econômicos da educação e da burguesia como um todo, apesar das mobilizações dos estudantes secundaristas que varreram o país com o movimento de ocupação das escolas em 2016 contra o NEM e os ataques à educação pública. Mas, para entender as condições que levaram às derrotas de outros modelos de educação da e para a classe trabalhadora e a imposição do atual, é importante relacionar às políticas de contrarreforma do trabalho e da educação aos conflitos políticos que ganharam centralidade com a crise política no Brasil, orquestrada a partir da Operação Lava Jato, em 2005 e em curso até os dias atuais, ganhando notória expressão nas duas últimas eleições presidenciais.

Nesse sentido, o golpe parlamentar contra Dilma, a ascensão de Temer à presidência e, por fim, a chegada de Bolsonaro ao Executivo configuraram sucessivos acontecimentos políticos da atual crise política,

que ocorrem com o fim do “pacto conciliatório policlassista” e, ao mesmo tempo, com o acirramento *das lutas de classes (capital e trabalho)*, que marcou o final da era petista no poder, criando condições para a ascensão de uma extrema direita messiânico-populista, militarista e neofacista ao bloco de poder do Estado, que vem colocando em prática um projeto de governo ultraneoliberal e ultraconservador.

Por um lado, a era petista foi marcada tanto pela formação de um “pacto conciliatório policlassista” entre os representantes do Estado, as frações da grande burguesia interna dos setores financeiros, industriais e agrários e da classe trabalhadora quanto pela ascensão das políticas neodesenvolvimentistas defendidas por estes mesmos atores sociais, formando, por este motivo, uma frente política instável, pendular, difusa e complexa de resistência ao programa neoliberal, que, por ora, já estava bastante avançado na América do Sul e menos no Brasil, mas que acabou se voltando para frear medidas como, por exemplo, a diminuição do financiamento público, a abertura de mercado e a internacionalização de setores da economia que contrariavam os interesses das burguesias internas. Por outro lado, os governos petistas não deixaram de atender às várias das medidas previstas pela agenda neoliberal a partir da desregulamentação do trabalho, da retirada de direitos sociais e das privatizações de empresas e serviços públicos que eram consensuais entre as diferentes frações da burguesia, porque diminuía os custos com a mão de obra, e abriam setores do Estado para a mercantilização, em especial de direitos por uma nova burguesia de serviços na área da educação, saúde e transporte, que se formaram nas décadas de 1990 e se consolidaram nos anos 2000, com o avanço das privatizações (BOITO JR., 2018, 19-183).

Aqueles atores políticos atuaram menos como uma aliança policlassista por não terem uma composição tão orgânica e sistemática e mais como uma frente política neodesenvolvimentista, que, neste sentido, contou com a ascensão de uma burguesia interna ao bloco no poder, que, embora tenha sido priorizada, em muitos momentos, pelas políticas de governo do PT, não chegou a conquistar a hegemonia dentro do bloco que fora quase sempre assegurada pelo capital financeiro e estrangeiro e pela burguesia interna a

ele associada e dependente, fato ocorrido, sobretudo, durante os governos anteriores de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, mas também no período petista. A diferenciação dos governos que antecederam os do PT encontra-se, justamente, por terem sido marcados por uma hegemonia neoliberal que priorizou basicamente as frações burguesas hegemônicas, através da desregulamentação financeira, da abertura de mercado, das privatizações e da retirada de direitos trabalhistas e sociais (BOITO JR., 2018, 19-183).

Prosseguindo, a crise política ganha novos contornos no final do primeiro governo Dilma, com o acirramento dos conflitos entre as diferentes frações da grande burguesia e os representantes do Executivo em torno do ajuste fiscal e demais medidas políticas. Com isso, a frente neodesenvolvimentista começa a se enfraquecer, e ocorrem sucessivas cisões e fissuras dentro do bloco de poder. Autores como Boito Jr. (2018) e Antunes (2018) apontam que a crise foi mais resultado de uma ofensiva da burguesia internacional imperialista e nacional associada e depen-

As ofensivas da burguesia hegemônica se manifestam como uma crise de representação política da burguesia no Executivo, refletindo, portanto, nas alianças e composições burguesas com a burocracia estatal e os partidos da ordem e fisiológicos.

dente a ela ao programa neodesenvolvimentista e menos consequência dos impactos das manifestações de 2013, das greves das primeiras décadas dos anos 2000 e das ocupações de escolas, embora esses movimentos também tenham expressado rupturas com este modelo. As ofensivas da burguesia hegemônica se manifestam como uma crise de representação política da burguesia no Executivo, refletindo, portanto, nas alianças e composições burguesas com a burocracia estatal e os partidos da ordem e fisiológicos. A falta de apoio político no Congresso e a ruptura com líderes políticos que compõem o chamado Centrão (MDB, PL, PP, Republicanos, PSC e PTB) com o partido dos trabalhadores (PT) precipitaram o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, em

2016, permanecendo, na arena política, os conflitos que passam a favorecer tanto a formação de uma oposição antipetista encarnada na bancada da bíblia, do boi e da bala quanto a polarização da política que se estende à sociedade entre uma massa de caráter mais popular sindical e outra conservadora e clerical, composta mais pelas camadas médias e altas.

Outros elementos que compõem a crise política não serão aqui devidamente tratados em razão de fugirem dos objetivos traçados nesta comunicação, que se propõe apenas a reforçar o quanto a derrota de um projeto de educação para e das classes trabalhadoras e a imposição de uma reforma de ensino proposta pelos grandes conglomerados da educação (nova burguesia de serviços) torna-se mais viável nesse contexto de retornada de uma ofensiva ultraneoliberal dos governos Temer e Bolsonaro e menos no período petista, ainda que estivesse presente enquanto projeto em disputa. E mais: ainda que os projetos de contrarreformas trabalhistas e previdenciárias e de retirada de direitos sociais tenham sido adotados tanto na era tucana quanto na petista, eles se aprofundam a partir da saída do PT do governo, indicando, que, de alguma maneira, não foram à frente antes em função da manutenção do pacto conciliatório e da necessidade de ceder, contemplando, com algumas medidas paliativas à resistência política, mesmo que pouco sistemática, parcelas dos movimentos sociais e sindicais insatisfeitos, desagradando aos interesses comuns à burguesia.

No entanto, durante a era petista, as políticas educacionais fortaleceram os setores burgueses da educação a partir de três programas centrais, e também por outras medidas, que contribuíram significativamente tanto para o aumento do financiamento público e isenções fiscais como para o aumento vertiginoso de vagas e o surgimento de novas instituições privadas de ensino. Isso aconteceu no ano de 2005, quando o governo criou o programa universidade para todos (o PROUNI), que concedia não apenas bolsas integrais ou parciais para estudantes de baixa renda que cursassem universidades particulares, mas também a isenção de impostos para as instituições que aderissem ao programa. E, no ano de 2010, com a ampliação do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIESP), criado em 1999 no gover-

no de FHC, que financiava até 70% das mensalidades em instituições privadas. E mais: com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que visava à ampliação de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e parcerias com instituições públicas e privadas, sendo que boa parte das verbas foram direcionadas ao Sistema S, que beneficiou instituições privadas de diversos setores da indústria, serviços, empresas, agronegócio e cooperativas que ficaram com os investimentos e recursos, garantindo boa parte da oferta da formação técnica e profissional, sem controle e avaliação do MEC, enquanto a rede federal de ensino, responsável pela formação técnica e profissional pública, ficou limitada a poucos recursos (MARQUES, 2018, p. 13). Enquanto programa de investimento na educação pública, o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas (REUNI) permitiu a expansão de vagas nas universidades públicas, bem como a criação de novas instituições e a abertura de novos *campi* no âmbito do Programa, mas com péssimas condições de trabalho e de estudo, o que motivou uma das principais greves do setor em 2012 (MARQUES, 2018, p. 13).

Observando os impactos das políticas educacionais, já no segundo mandato do governo PT, é possível notar que o percentual de instituições públicas caiu para 25,42%, atingindo dois terços dos estudantes, ao passo que as instituições privadas chegaram a 74,58% no âmbito total, ainda que as instituições públicas e privadas tenham dobrado de número (SAVIANI, 2010, p. 14-22).

Esses são alguns dados que ilustram o favorecimento direcionado ao setor privado da educação enquanto o investimento no setor público foi secundarizado no período PT, diferenciando-se, dessa maneira, de outros governos que assumiam um viés mais privatista e de desmonte completo do setor público da educação. Mas é com o golpe parlamentar e nos sucessivos governos Temer e Bolsonaro que se aprofundam as políticas de desmonte da educação pública, que vão dos cortes orçamentários às investidas de reforma do ensino no sentido de adoção dos receituários da agenda neoliberal para a educação,

que se materializa hoje, sobretudo, com a reformulação do ensino médio que visa atender ao projeto de educação da burguesia do setor educacional, composto por grandes conglomerados e fundações da educação, beneficiando a burguesia como um todo e prejudicando as classes trabalhadoras.

Contudo, esse processo representou a imposição de uma reforma empresarial da educação cujas diretrizes já haviam sido sinalizadas nos anos 1990 pelos organismos multilaterais, como Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI), para a educação pública nos países capitalistas periféricos que procuravam indicar uma solução para o problema da educação combinando a padronização dos processos avaliativos e dos currículos com a responsabilização dos profissionais da educação e da gestão escolar pelo fracasso da educação (FERREIRA & RAMOS, 2012).

Esse projeto do empresariado para a educação, nos contextos das políticas neoliberais, implicou não apenas na disputa em torno das políticas educacionais, mas também em uma luta entre os recursos públicos e em uma tentativa de transferência deles para o setor privado, impondo, por isso, uma expansão precarizada da educação pública, uma vez que foi nesse período que os movimentos sociais e sindicais conquistaram, com a Constituição de 1988, a universalização e a obrigatoriedade de oferta do ensino público pelo Estado.

Esse projeto do empresariado para a educação, nos contextos das políticas neoliberais, implicou não apenas na disputa em torno das políticas educacionais, mas também em uma luta entre os recursos públicos e em uma tentativa de transferência deles para o setor privado, impondo, por isso, uma expansão precarizada da educação pública, uma vez que foi nesse período que os movimentos sociais e sindicais conquistaram, com a Constituição de 1988, a universalização e a obrigatoriedade de oferta do ensino público pelo Estado. Logo, tal alinhamento do Estado brasileiro às políticas neoliberais se estruturou, sobretudo, através de um conjunto de medidas

pedagógicas, legais, administrativas e financeiras, em consonância com as diretrizes delineadas pelos organismos internacionais e de financiamento, indicando um duplo processo: o de centralização pedagógica e o de descentralização do financiamento. Isto é, por um lado, vem ocorrendo certa descentralização das verbas, dos recursos e da oferta de ensino associada ao assistencialismo aos mais pobres, a privatização e parceiras público-privadas; e, por outro, há uma centralização da política pedagógica envolvendo ações como o estabelecimento de bases ou guias curriculares nacionais, programas nacionais de adoção de livros didáticos, realização de exames e avaliações nacionais, capacitação dos professores em serviço, educação a distância e prioridade do ensino primário. As orientações dessas políticas neoliberais vão sendo universalizadas, como receituário único, independentes da história, cultura e condições de infraestrutura de cada um desses países, impondo formas de mensurar a qualidade do ensino que passam por indicadores educacionais, como, por exemplo, aprovação e repetência, distorção entre idade-série e, por fim, desempenho nas avaliações externas nacionais e estaduais instituídas pelo Estado.

As orientações dessas políticas neoliberais vão sendo universalizadas, como receituário único, independentes da história, cultura e condições de infraestrutura de cada um desses países, impondo formas de mensurar a qualidade do ensino que passam por indicadores educacionais, como, por exemplo, aprovação e repetência, distorção entre idade-série e, por fim, desempenho nas avaliações externas nacionais e estaduais instituídas pelo Estado.

Tratando-se, então, de um conjunto de reformas que se instituíram através do poder estatal e, ao mesmo tempo, da construção da noção de uma solução para a crise da educação pública, que se caracterizou por uma dupla dinâmica, articulada entre si: de construção de discursos e práticas de Estado como verdades. As estratégias culturais impõem novos discursos e diagnósticos acerca da crise do Estado e da economia, construindo significados sociais pelos quais buscam legitimar as reformas como sendo as únicas

capazes de lidar com as demandas atuais. As reformas econômicas e políticas estão acompanhadas de mudanças nas mentalidades, portanto, culturais e cognitivas, como demonstradas no início deste artigo sobre a narrativa e propaganda do NEM realizada pelo MEC, que procuram o reconhecimento social das reformas neoliberais como respostas “naturais” para os problemas (GENTILI, 1999).

Ao mesmo tempo, é fundamental reforçar que as políticas de contrarreforma trabalhista não estão dissociadas das disputas de um projeto de educação pública que atenda aos interesses do capital e, também, dos grandes conglomerados e fundações de apoio à educação, movimento que por si só demonstra o quanto falacioso é o projeto do NEM, principalmente para as classes trabalhadoras mais precarizadas e exploradas. Mas, então, em que sentido podemos relacionar a retirada de direitos e a flexibilização das relações de trabalho com um projeto de educação do capital?

As crises do capital das décadas de 1970 e as outras que se sucederam promoveram o reordenamento da produção capitalista e do modelo de acumulação de capitais através da predominância de fluxos informacionais e concentração do capital financeiro em escala mundial e da flexibilização dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, produtos e padrões de consumo. Crises essas que foram marcadas por conflito em torno do controle geopolítico dos recursos naturais e das fontes energéticas essenciais à produção industrial, como áreas de produção petrolíferas no mundo, pela diminuição da taxa de lucro e pelo aumento do custo médio da força de trabalho em termos mundiais, consequências das melhorias salariais do período fordista e do acesso aos direitos sociais e sistemas de proteção do trabalhador promovidas pelo modelo de estado de bem-estar social europeu que impactaram na vida da classe trabalhadora.

Prosseguindo, a organização do capital naquele contexto conduziu à reordenação do Estado, que passou a adotar uma agenda neoliberal visando à retirada de direitos sociais e trabalhistas e ao desmonte dos sistemas de proteção social, bem como à imposição de ajustes fiscais, às reformas tributárias, à desregulamentação do sistema financeiro e à flexibilização das leis trabalhistas, facilitando a contratação e despesa

de trabalhadores, e, conseqüentemente, a diminuição dos custos com a mão de obra. Diante disso, o trabalhador passa a vivenciar relações de trabalho mais frágeis e pouco duradouras através da terceirização ou de outras formas de contrato ocasionadas pela fragmentação da produção e dos serviços ou, mais recentemente, a experienciar a complexa inexistência de vínculos trabalhistas com as empresas *startups*, que impõe novo padrão de organização por meio da automação do trabalho, onde o trabalhador negocia individualmente sua remuneração, seu tempo de trabalho e assume integralmente os custos da realização do mesmo, processo este que se convencionou a denominar *uberização*. Do ponto de vista das conseqüências para o mundo do trabalho, agora há mais heterogeneidade e desigualdades nas condições de trabalho e salariais, assim como uma fragmentação maior da classe laboral que implica diretamente nos vínculos sociais e de confiança e que impacta nas possibilidades de organizações e resistências coletivas, provocando uma crise no sindicalismo, que não conseguiu, até agora, apresentar saídas organizativas efetivas para lidar com essas novas relações do mundo do trabalho, enfrentando suas formas de exploração.

Ao certo que as mudanças na produção capitalista ao longo da história acompanharam a construção de novos sujeitos através da introjeção de ideários, emoções e padrões de comportamentos socialmente adequados à racionalidade do capital. Foi assim no período fordismo, que construiu o *american way of life*, e tendo sido assim nesta fase do toyotismo. Daí, entra a importância da escola como uma das principais instituições que formam os sujeitos para a vida em sociedade, estando, nesse bojo, a formação para o trabalho, que reforça os valores e ideários fundantes da atual organização capitalista flexível, como o empreendedorismo, a empregabilidade, o mérito-competência, a competição, o individualismo e a proatividade, a serem inculcados pelos processos de ensino e aprendizagem nos indivíduos, e que estes adquiram, cada vez mais, habilidades comportamentais e emocionais relacionadas não apenas aos tais valores centrais, mas também às demandas de uma produção cada vez mais automatizada e multifacetada, sendo elas, por exemplo, a capacidade e a disposição para realizar tarefas multifuncionais, lidar com

novas tecnologias, se comunicar bem com o público e trabalhar em equipes, e, ao mesmo tempo, formar sujeitos identificados com o seu ideário da empresa, em especial com as políticas de metas e bonificações salariais que exigem menos o controle externo e punitivo e mais a autodisciplina e o autocontrole. O que se busca, com a reforma de ensino, é um projeto de aprendizagem que forme sujeitos dóceis e autodisciplinados, orientados para as ideologias do “empregador”, e que sejam capazes de efetuar operações básicas e interagir com as novas tecnologias.

Considerações finais

Para finalizar, podemos concluir afirmando que o NEM representa uma reforma empresarial da educação que procura atender aos interesses tanto de uma nova burguesia de serviços quanto das demais frações burguesas, provocando impactos que podem vir a ser duradouros. O primeiro e mais importante efeito dessa reforma é o de aumentar a desigualdade socioeducacional entre as classes e camadas sociais, reeditando um modelo muito piorado do ensino técnico de viés tecnicista, uma vez que não se pretende, com as mudanças pedagógicas, garantir um ensino técnico e profissional instrumental e positivista para atender a uma demanda capitalista capaz de garantir o emprego e voltado para o trabalhador pobre. Mas de promover uma formação rebaixada muito mais voltada para a construção de habilidades e destreza manual para a interação com as novas tecnologias e com os comportamentos que atendam à nova racionalidade da produção capitalista da era flexível. Portanto, orientada para a formação de sujeitos dóceis e autodisciplinados e em consonância com os ideários de um projeto de educação e sociedade conservadores. Visa introjetar valores e padrões comportamentais que mantenham a dominação da classe trabalhadora em um contexto em que as sociedades apresentam-se em xeque e as possibilidades de inserção ocupacional e profissional limitadas diante do desemprego estrutural, da superexploração e da precarização das condições de trabalho e de vida. **US**

notas

1. MEC, 2022, *Advertising*.
2. LDB, 1996, 2º Art.
3. Conferir em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pesquisa-nacional-jovens-ensino-medio-2022/>.
4. Vide reportagem da Folha: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/01/1950323-apesar-de-cortes-institutos-federais-lideram-nota-do-enem-em-14-estados.shtml>. Os dados apresentados se referem a 2015, último ano em que o MEC brasileiro divulgou as médias do ENEM por escola. Nesta reportagem, menciona-se ainda que se trata de uma melhora do desempenho destas escolas no ENEM, que está em pleno crescimento. O acompanhamento desta melhora ficou mais difícil de verificar, contudo, com esta negativa do MEC, a partir de 2016, de divulgar as notas escola a escola. Sobre este desempenho, vale ler também o artigo de Rogério S. Dutra, Giselle B. M. Dutra, Paulo Henrique N. Parente e Edilson Paulo: “O que mudou no desempenho educacional dos institutos federais do Brasil”, estudo que acompanha a trajetória do IFs de 2011 até 2015.
5. Vide interessante acompanhamento histórico no site eletrônico do IFMG: <https://www2.ifmg.edu.br/portal/noticias/alunos-de-institutos-federais-alcancam-media-de-paises-desenvolvidos-em-exame-internacional>.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**.

São Paulo: Boitempo, 2018.

BOITO JR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**.

Campinas: Editora da Unicamp/São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FERREIRA, Andrey C. & RAMOS, V. R. G. **Violência Simbólica e Política Educacional: etnografia dos conflitos escolares e ensino de sociologia no Rio de Janeiro**. In. FIGUEIREDO, A. V.,

OLIVEIRA, L. F. & PINTO, N. M. **Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Ed. Imperial Novo Milênio. 2012.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016. Diário Oficial [da] República

Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, BNCC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**.

Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 21 out. 2022.

referências

- BRASIL. Senado Federal como Órgão Judiciário. **Sentença de Processo de Impeachment de Dilma Rousseff**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/31/veja-a-sentenca-de-impeachment-contradilma-rousseff>. Acesso em: 12 set. 2022.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Reforma do Ensino Médio**, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 12 set. 2022.
- CAMPANHA NOVO ENSINO MÉDIO. Ministério da Educação. **Advertising**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Chkc_Ut9Tlc. Acesso em: 05 set. 2022.
- DUTRA, Rogério S.; DUTRA, Giselle B. M.; PARENTE, Paulo Henrique N.; PAULO, Edilson. **O que mudou no desempenho educacional dos institutos federais do Brasil**. Ensaio: Avaliação e Política Pública da Educação n. 27 (104). Jul.-set. 2019, p. 631-653. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/JXwdpkK5Td8xZzcHyxZDhKb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2022.
- GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1999, p. 9-49.
- SEM AUTOR. **Apesar de cortes, institutos federais lideram nota do ENEM em 14 estados**. Folha de São Paulo. São Paulo. 14. jan. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/01/1950323-apesar-de-cortes-institutos-federais-lideram-nota-do-enem-em-14-estados.shtml>. Acesso em: 21 out. 2022.
- SEM AUTOR. **Datafolha: 98% dos alunos de escolas públicas do ensino médio querem opções de formação que os prepare para o mercado de trabalho**. Movimento Todos Pela Educação. Acesso em 12 ago. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pesquisa-nacional-jovens-ensino-medio-2022/>. Acesso em: 21 out. 2022.
- SEM AUTOR. **Institutos Federais alcançam média similar à de países desenvolvidos em exame internacional**. Notícias IFMG. 21. dez. 2016. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/portal/noticias/alunos-de-institutos-federais-alcancam-media-de-paises-desenvolvidos-em-exame-internacional>. Acesso em: 21 out. 2022.
- SAVIANI, D. **A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades**. Poiesis Pedagógica, V. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- SILVA, Alexandre R.; VELOSO, Cleber R. S.; ARAÚJO, Kléber D.; LIMA, Valéria A. A despesa orçamentária e o desempenho das escolas no ENEM. **XVII USP International Conference in Accounting**. São Paulo, p. 1-13. 26 a 28 de julho de 2017. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/17UspInternational/ArtigosDownload/260.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.
- WORLD INEQUALITY REPORT 2022. Coordinated by Lucas Chancel (Lead Author), Thomaz Pikety, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

referências

Políticas neoliberais, trabalho remoto e reflexos na saúde de docentes universitários

Roseli de Fátima Corteletti

Professora da Universidade Federal de Campina Grande-PB (UFCG)

E-mail: roselicortel@yahoo.com.br

Luciana Leandro da Silva

Professora da Universidade Federal de Campina Grande-PB (UFCG)

E-mail: luleandro@gmail.com

Filipe Gervásio Pinto da Silva

Professor da Universidade Federal de Campina Grande-PB (UFCG)

E-mail: filipe.gps@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre as condições de trabalho remoto e consequências na saúde de docentes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Faz parte da metodologia uma revisão bibliográfica sobre as políticas neoliberais no serviço público e dados de uma pesquisa realizada durante a pandemia, no ano de 2020, com 131 docentes, desenvolvida por um grupo de trabalho vinculado à ADUFCG. Como principais resultados, podemos destacar que a pandemia e o trabalho remoto agravaram significativamente problemas que os/as docentes já vinham enfrentando, antes mesmo da chegada da pandemia, pela cobrança de produtividade imposta nas instituições de ensino, desde os anos 1990, bem como pela precarização das condições de trabalho mediante desmonte do Estado, com o controle e enxugamento dos gastos públicos, e pelos retrocessos nos direitos sociais provocados pelas políticas neoliberais. Problemas como a falta de reconhecimento profissional, cansaço, esgotamento, depressão, síndromes do pânico, do medo e de *burnout* (esgotamento profissional), entre outros problemas, foram relatados pelos/as docentes que participaram do estudo.

Palavras-chave: Trabalho Remoto. Condições de Trabalho. Pandemia. Adoecimento dos Docentes. Universidade Pública.



Introdução

Com a chegada do novo coronavírus ao Brasil, a partir de março de 2020, iniciou-se uma crise sanitária sem precedentes e um aprofundamento da crise econômica, social, política e humanitária que atingiu, principalmente, as pessoas pobres, negras, trabalhadores/as informais e mulheres, ou seja, as pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

A pandemia impactou fortemente o país, que já se encontrava em crise mesmo antes da chegada do vírus, pelos retrocessos em decorrência da aprovação da Emenda Constitucional 95 (realizada sob vigência do governo Temer, em 2017, que congelou os gastos públicos em várias áreas sociais por 20 anos); da terceirização irrestrita para todas as atividades do setor público e privado; da aprovação da Reforma Trabalhista, que alterou mais de 100 artigos da CLT

e regulamentou “novas” formas de trabalho precário (caso do trabalho intermitente e do teletrabalho); e da prevalência do “negociado sobre o legislado”, que tem impactado a vida da classe trabalhadora, impondo grandes desafios aos sindicatos nas ações e negociações coletivas.

Dessa forma, além dos riscos de contaminação e de morte pela Covid-19 – que já matou, até outubro de 2022, mais de 688 mil brasileiros/as –, temos também um amplo crescimento no número de desempregados/as, de desalentados/as, da pobreza e da exclusão social, ou seja, temos um aprofundamento das desigualdades sociais estruturantes da sociedade capitalista, com acentuado recorte de classe, gênero e raça.

Diante do cenário pandêmico, a Organização Mundial da Saúde (OMS), no mês de março de 2020, adotou medidas de distanciamento social que pre-

viam a suspensão de atividades de trabalho consideradas não essenciais à sobrevivência, fechando teatros, cinemas, academias de ginástica, feiras, creches, escolas e universidades, o que atingiu toda a sociedade. E ninguém sabia ao certo como proceder devido ao medo e às incertezas gerados pela pandemia, que se alastrava cada vez mais no Brasil e no mundo.

Portanto, o objetivo deste artigo é analisar os impactos do trabalho remoto na vida e na saúde de docentes universitários/as que tiveram que se adaptar ao uso das ferramentas digitais, tendo em vista que a adoção da modalidade remota/*home office* modificou significativamente o trabalho docente, uma vez que a medida foi imposta sem nenhuma preparação prévia.

Além das reflexões teóricas, a metodologia utilizada na elaboração do artigo toma como referência dados e informações de pesquisa realizada por meio de um questionário com questões fechadas e abertas, aplicado aos/às docentes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) para análise dos impactos da implantação do Regime Acadêmico Extraordinário (RAE), pesquisa¹ esta conduzida por um Grupo de Trabalho da Associação de Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (ADUFCG) e realizada entre o final de 2020 e início de 2021.

Participaram da pesquisa 131 docentes vinculados/as e não vinculados/as ao Sindicato, de forma virtual, através de um formulário *Google forms*, em que foram analisadas variáveis como: 1) caracterização do/a respondente; 2) condições individuais no contexto da pandemia; 3) decisões da universidade sobre o trabalho remoto (RAE); 4) condições gerais de trabalho remoto dos/as docentes; 5) reflexos do trabalho remoto na saúde dos/as docentes; 6) cotidiano do ensino remoto no RAE; 7) impactos institucionais do uso de novas tecnologias de informação e comunicação no trabalho docente na universidade; e 8) expectativas em relação à continuidade do semestre/ano letivo no contexto da pandemia. Para as finalidades deste texto, recorreremos a algumas respostas contidas nos itens: condições de trabalho remoto na universidade e reflexos do trabalho remoto na saúde dos/as docentes.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: primeiramente, apresentamos uma análise das políticas neoliberais e seus reflexos no serviço pú-

blico e nas universidades públicas; em seguida, apresentamos os dados e informações coletados através da pesquisa sobre as condições de trabalho remoto e seus reflexos na saúde física e mental dos/as docentes e encerramos tecendo algumas análises e considerações acerca das contribuições desse processo para a comunidade acadêmica como um todo, posto que a experiência da UFCG se assemelha muito ao que aconteceu em outras instituições de ensino superior nesse período de pandemia.

Políticas neoliberais no serviço público e universidades

No Brasil, a adoção de políticas que incorporam a lógica do mercado e incentivam a reprodução da educação como uma mercadoria foi intensificada através da agenda neoliberal adotada por Bresser Pereira, ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE/1995-1998), que propôs um sistema de administração dos recursos humanos com foco no enxugamento do Estado brasileiro, transferindo as responsabilidades de algumas funções, até então controladas pelos órgãos públicos, para entidades com fins privados para a realização de atividades auxiliares e de apoio. Na ocasião, o governo de Fernando Henrique Cardoso privatizou várias empresas estatais, com o discurso de que a administração pública era ineficiente, ineficaz e que gerava muitos custos para o Estado. Além disso, justificava-se que, devido à crise fiscal em que o país se encontrava, era necessário reduzir os gastos com os órgãos públicos. Passamos a ter no país um alto índice de privatizações, o que estamos vendo acontecer repetida e acen-tuadamente no contexto atual.

O MARE teve como responsabilidade verificar quais atividades ficariam sob a responsabilidade do Estado e quais deveriam ser terceirizadas. Em síntese, foram definidas três áreas de atuação. De acordo com Druck (2016a),

- a) as atividades exclusivas do Estado, constituídas pelo núcleo estratégico; b) os serviços não exclusivos do Estado (escolas, universidades, centros de pesquisa científica e tecnológica, creches, ambulatórios, hospitais,

entidades de assistência aos carentes, museus e orquestras sinfônicas, dentre outros) [...]; e c) a produção de bens e serviços para o mercado (com a retirada do Estado mediante adoção de programas de privatização e desestatização). Fora das atividades principais, estão as ‘atividades ou serviços auxiliares’ (limpeza, vigilância, transporte, serviços técnicos de informática e processamento de dados, entre outros), que deveriam ser terceirizados e submetidos à licitação pública (p. 19).

Após essa definição do governo, houve uma expansão significativa da terceirização. A terceirização no serviço público, segundo Druck (2016b), serve como base para a privatização de órgãos estatais e para o desmonte do funcionalismo público, o que coloca em risco a segurança e a estabilidade dos trabalhadores concursados. O aumento da terceirização em serviços públicos, como, por exemplo, da saúde e da educação, ocasiona uma diminuição de funcionários e o aumento da desvalorização e da desqualificação do ambiente de trabalho, visto que os terceirizados possuem índices menores de treinamento e qualificação. Contudo, o discurso do governo é de que a terceirização no serviço público torna as atividades públicas mais eficientes. No cotidiano, o que se observa é que a falta de investimentos, de infraestrutura e de fiscalização por parte do governo no serviço público vêm resultando em uma significativa ampliação da terceirização e precarização das condições de trabalho.

Druck (2017) salienta ainda que, no ano de 2011, foi criada a Lei nº 12.550, que teve como finalidade a terceirização da administração dos hospitais universitários federais. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) é “uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação e responsável pela gestão do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais” (p. 32-33).

Em suma, essa empresa foi criada para sanar o sucateamento dos hospitais. Sob a pressão da crise financeira e da falta de profissionais, houve uma drástica expansão da terceirização nos hospitais, sendo que, atualmente, dos 50 hospitais universitários federais, 37 são administrados pela EBSERH. Ou

seja, o poder público está deixando de administrar hospitais e outras atividades relacionadas à saúde, transferindo-as para entidades privadas. A situação reflete uma tentativa de diminuição geral do funcionalismo público através da terceirização.

Ainda de acordo com a autora, o caso da terceirização nas instituições de ensino público é grave, pois, com o avanço da terceirização nas universidades, houve um quadro de grande precarização dos/as trabalhadores/as terceirizados/as, visto que muitas empresas contratadas não respeitam os direitos trabalhistas de seus funcionários, como férias, por exemplo. Além disso, com os ajustes fiscais no setor educacional público, houve uma drástica redução financeira nas instituições, o que resultou na demissão de vários trabalhadores/as terceirizados/as, sobrecarregando os que permanecem. Segundo Druck (2017, p. 61-62), “a terceirização no serviço público fragiliza a função e a identidade do ‘servidor público’, o que acaba atingindo toda a sociedade”.

Com isso, constata-se um processo de mercantilização da vida e das atividades públicas, ou seja, o capital, na busca de soluções para suas crises, avança em todas as esferas da economia e também na esfera pública e estatal, com o objetivo de obter maior acumulação nos lucros. Como resultado, assistimos a um desmonte do Estado e da Constituição de 1988.

Em suma, essa empresa (a EBSERH) foi criada para sanar o sucateamento dos hospitais. Sob a pressão da crise financeira e da falta de profissionais, houve uma drástica expansão da terceirização nos hospitais, sendo que, atualmente, dos 50 hospitais universitários federais, 37 são administrados pela EBSERH.

Outro avanço da agenda neoliberal foi a aprovação da Emenda Constitucional 95, conhecida como “teto dos gastos” ou “PEC da morte”, uma vez que tinha por objetivo congelar os gastos públicos com saúde, educação, assistência social e segurança, entre outras, por 20 anos, sendo aprovada no governo de Michel Temer. No ano de 2017, houve a aprovação da Reforma Trabalhista e a regulamentação da terceirização. No ano de 2019, foi aprovada a Reforma Previdenciária.

Portanto, entendemos que a Reforma Administrativa é apenas a continuação do conjunto de contrarreformas que se intensificaram a partir do ano de 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, processo este que muitos brasileiros consideram um golpe jurídico, midiático e parlamentar contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e as esquerdas de forma geral e que culminou na ascensão de um governo ultraliberal e neoconservador, com traços fascistas, que tem Jair Bolsonaro como expoente. A Reforma Administrativa (PEC 32) visa principalmente transferir para o mercado o controle das políticas públicas, o que causará grande incerteza sobre o futuro dos/as servidores/as públicos/as, com o rebaixamento dos salários e a diminuição dos concursos públicos, entre outras perdas.

Constata-se um processo de *uberização* do trabalho também no serviço público, o qual pode ser caracterizado, desde uma perspectiva mais ampla, como a expressão fundamental das relações precarizadas do trabalho desregulamentado mediada por plataformas digitais, que aflora com a crise de superprodução de mercadorias. Tal processo está inserido no âmbito da crise do capitalismo monopolista internacional e introduz formas de trabalho e de controle sobre o trabalho mediados pelas plataformas digitais, ausentes ou quase completamente ausentes de direitos trabalhistas e com a incorporação massiva de capital morto no processo de trabalho, em que a forma de remuneração estabelecida se aproxima da forma típica do salário por peça (MARX, 1984).

Com todas essas medidas e como a própria reconfiguração do trabalho no Brasil tem vindo a demonstrar, aprofunda-se o trabalho flexível, precarizado e desregulamentado, que acarreta inúmeros desdobramentos sobre os/as trabalhadores/as, com impactos sobre a saúde destes/as. Assim, os dados coletados por meio da pesquisa sobre “Condições de trabalho remoto e saúde dos/as docentes da Universidade Federal de Campina Grande” precisam ser analisados dentro dessa conjuntura. As análises que apresentaremos a seguir demonstram que essas tendências mais amplas de flexibilização, precarização e intensificação do trabalho acabaram se materializando e se aprofundando entre os/as docentes no contexto da pandemia da Covid-19.

Condições de trabalho remoto na UFCG

No dia 18 de março de 2020, ocorreu a suspensão das atividades presenciais na UFCG e, a partir daquele momento, a comunidade acadêmica ficou no aguardo de medidas por parte da reitoria para a retomada das atividades, pois imaginava-se que a pandemia não duraria tanto tempo. No início, parte da comunidade se mostrou reticente à adoção do ensino remoto, por entender que isso acarretaria uma maior precarização do trabalho, diante da falta de suporte da instituição e da falta de condições por parte da comunidade de professores/as e estudantes. A Associação dos Docentes da UFCG (ADUFCG), por exemplo, iniciou discussões e propôs a realização de atividades alternativas, buscando ressaltar a importância de um projeto popular de universidade e a necessidade de esta disponibilizar proposta que ficou conhecida como “UFCG do Povo”. No entanto, as pressões pela retomada das aulas foram mais fortes, e isso conduziu à aprovação de um Regime Acadêmico Extraordinário (RAE), que inaugurou o ensino remoto na instituição.

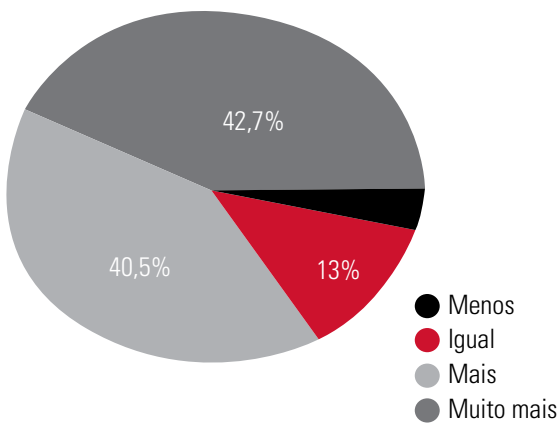
As preocupações com o desenrolar desse processo fizeram com que o sindicato criasse um Grupo de Trabalho que se dedicou a preparar um instrumento para coletar informações acerca dessa primeira experiência de trabalho remoto na UFCG e ajudar a compreender os impactos disso no trabalho e na saúde dos/as docentes. Assim, por meio de um questionário com 46 questões, disponibilizado entre dezembro de 2020 e 31 de janeiro de 2021, obtivemos um total de 135 respostas, sendo que 131 docentes responderam de forma completa ao instrumento; portanto, este foi o número de respostas analisadas. Os/as respondentes representam cerca de 10% da população total de docentes da UFCG.

Quanto ao perfil dos/as respondentes, destaca-se que 50,4% se identificam com o gênero feminino e 49,6% com o gênero masculino. Com relação às condições individuais no contexto da pandemia, 57,3% dos/as respondentes afirmaram assumir tarefas de atenção e cuidados especiais de outras pessoas, sendo, em sua maioria, crianças (61,8%) e idosos

(43,1%). Pela própria estrutura patriarcal da sociedade capitalista, entendemos que essas funções recaem sobremaneira sobre as docentes mulheres.

Com relação às Condições Gerais do Trabalho Remoto, a maioria dos/as docentes afirmou ter trabalhado mais ou muito mais durante a vigência do RAE, quando comparado com o trabalho presencial, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Avaliação dos/as docentes acerca do desenvolvimento de atividades no formato remoto em comparação com o presencial



Fonte: Relatório da Pesquisa - ADUFCG, 2021

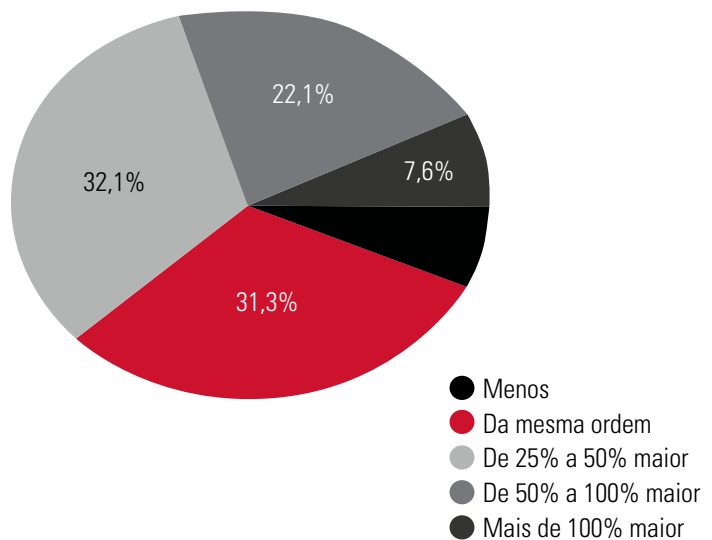
No gráfico 1, podemos observar que 42,7% responderam que trabalharam muito mais, seguido de 40,5% que responderam ter trabalhado mais, enquanto que, para 13%, foi o mesmo dispêndio de força de trabalho. Apenas 3,8% responderam que trabalharam menos. Se somarmos os que responderam que “trabalharam muito mais” e os que “trabalharam mais”, temos um percentual de 83,2%.

Portanto, podemos afirmar que o trabalho remoto foi muito mais intenso que o trabalho presencial. A maioria dos/as docentes ministrou duas disciplinas para as turmas de graduação, seguidos dos/as professores/as que ministraram três disciplinas. Existiram, em menor proporção, professores/as que ministraram mais de três disciplinas. Nestas turmas, o número de estudantes matriculados/as se concentrou, predominantemente, entre 16 e 30; em segundo lugar, até 15 estudantes; e, em terceiro, de 31 a 45 estudantes nos ambientes virtuais. Sinalizamos para a existência de registros de turmas que ultrapassaram os 61 alunos/as e também com mais de 100 alunos/as matriculados/as.

A esse respeito, quando perguntados se conseguiram ministrar todos os conteúdos previstos nos Planos Acadêmicos de Ensino Remoto (PAER), 74% dos/as professores/as afirmaram que sim, 18,3% responderam que o fizeram em parte e 3,8% responderam que não conseguiram ministrar todos os conteúdos que estavam previstos. É importante dizer que os/as professores/as, diante de uma forma de desenvolvimento de suas atividades que impunha limites objetivos, precisaram de tempo para se adaptar a essa nova forma de trabalho, de modo a conhecerem as plataformas digitais disponíveis para as aulas e outras atividades, e para lidar com as dificuldades de acesso e de permanência dos/as estudantes nas disciplinas.

Com relação às orientações de estudantes, 32,1% responderam que a dedicação foi entre 25 a 50% maior que na forma presencial; para 31,3%, a demanda foi igual à do formato presencial; no entanto, para 22,1%, a demanda foi de 50 a 100% maior em termos de dedicação em carga horária, como mostra o gráfico 2. É preciso sinalizar que inúmeros/as docentes já vinham realizando orientações de maneira remota, com maior ou menor frequência.

Gráfico 2 - Respostas dos/as docentes acerca das orientações de estudantes no período remoto em comparação com o presencial



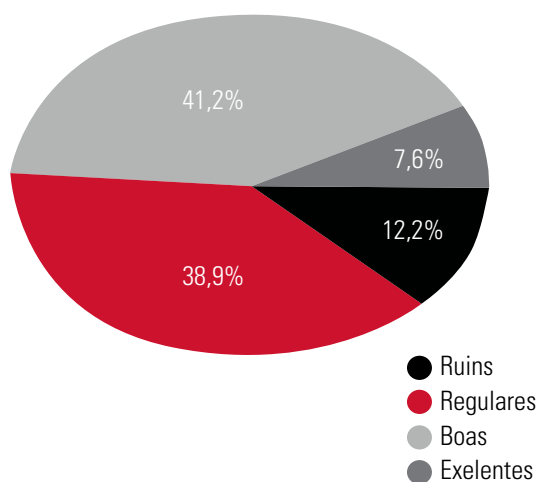
Fonte: Relatório da Pesquisa - ADUFCG, 2021

No que diz respeito às atividades de administração na universidade, em comparação com o modelo regular presencial, observamos que, entre os/as do-

centes que desenvolveram atividades administrativas durante a vigência do RAE (que representam 64,1% do total de respondentes), 21,4% dos/as docentes afirmaram ter dedicado entre 25 e 50% mais tempo com tarefas administrativas, enquanto que para 19,1% as demandas com atividades administrativas se mantiveram em igual medida em relação ao modo presencial. Destacamos que, para 9,2%, as demandas aumentaram em mais de 100% e, para outros 9,2%, aumentaram entre 50 e 100% em comparação com o tempo dedicado à gestão em tempos de trabalho presencial.

Com relação ao acesso a equipamentos e à qualidade da internet, vimos que, para 41,2% dos/as respondentes, as condições são boas; para 38,9%, são regulares; e, para 12,2%, são ruins. Apenas para 7,6% as condições são excelentes, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Condições de acesso dos/as docentes a equipamentos e à internet para o desenvolvimento de atividades remotas de ensino, pesquisa e extensão



Fonte: Relatório da Pesquisa - ADUFCG, 2021

Nesta questão, ficou muito evidente que a maioria dos/as docentes enfrentou problemas com a rede de internet. Isso fez com que alguns/mas tivessem que fazer um novo plano, bem como adquirir novos computadores e câmeras, entre outros equipamentos necessários ao desempenho das atividades remotas. Vale salientar que, no trabalho remoto, os/as docentes arcam com todas as despesas necessárias para a realização das atividades acadêmicas, incluindo to-

dos os equipamentos, plano de internet e energia. No geral, as afirmações dos/as docentes denunciam a falta de condições adequadas de trabalho. Muitos/as aproveitaram o espaço para ressaltar que tiveram que usar os próprios equipamentos eletrônicos e pagar pelos serviços de internet, bem como improvisar o espaço de casa para dar aulas. E também cobraram maior apoio institucional para docentes e discentes poderem ter um rendimento mais satisfatório nas atividades remotas.

O quadro apresentado pode ser ainda melhor esmiuçado com as respostas abertas que os/as docentes ofereceram ao questionamento sobre as condições gerais de trabalho no RAE. Obtivemos 98 comentários, o que demonstra a necessidade de mais espaços abertos para que os/as docentes sejam ouvidos/as sobre suas condições de trabalho. Constatamos que as palavras mais citadas pelos/as respondentes foram: condições (20 vezes), atividades (18), internet (17), RAE (16), alunos (14) e apoio (12), o que pode ser observado de forma ilustrativa e sintética por meio da nuvem de palavras que apresentamos a seguir.

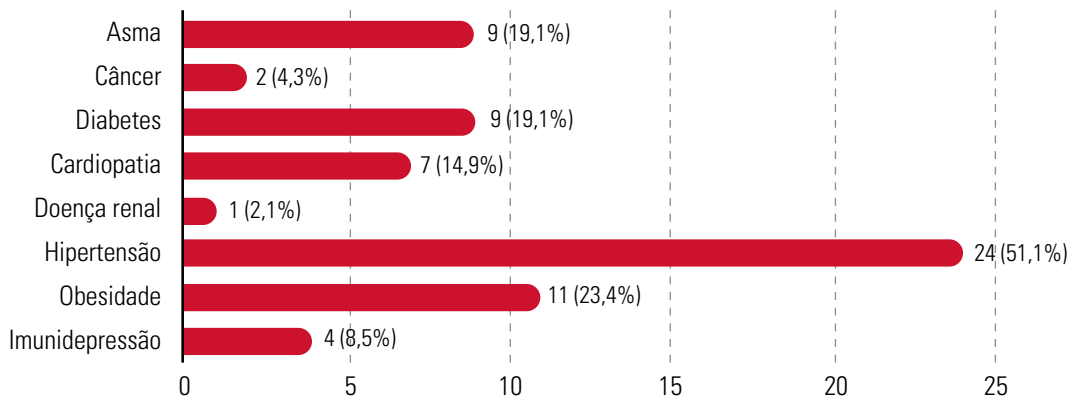
No geral, as afirmações dos/as docentes denunciavam a falta de condições adequadas de trabalho. Alguns depoimentos podem ser conferidos abaixo:

Falta de apoio da instituição no que diz respeito ao preparo e acompanhamento do docente. Falta de diálogo e de divulgação das decisões do administrativo, que, muitas vezes, ficamos sabendo pelos alunos ou por colegas de outros centros (respondente).

Condições de trabalho muito precárias. Primeiro, pela falta de assistência da UFCG em prover os docentes e discentes de ferramentas tecnológicas para as atividades remotas. Todo o dispêndio com equipamentos, internet (wi-fi etc.) correram por conta dos docentes e discentes. Segundo, pelo espaço doméstico, dividido com outras pessoas, também em atividades remotas, ter sido invadido pelo espaço da produção acadêmica. Muito ruim (respondente).

Muito trabalho, comunicação interna com órgãos deliberativos muito precária, ajuda a muito custo e resolvendo problemas administrativos com auxílio de colegas e leituras de resoluções (respondente).

Gráfico 4 - Problemas de saúde mais comuns entre os/as docentes que declararam possuir algum tipo de comorbidade



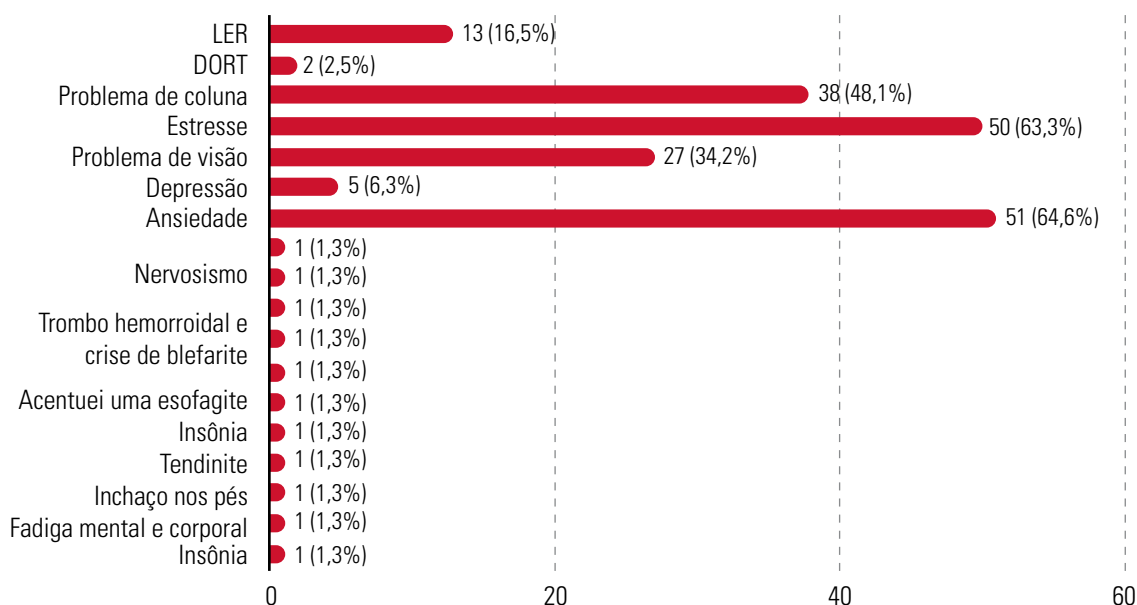
Fonte: Relatório da Pesquisa - ADUFCG, 2021

da maioria dos/as respondentes foi maior que 8 horas diárias, ou seja, podemos verificar uma intensificação da jornada de trabalho. Pudemos observar uma falta de limites entre as atividades profissionais e domésticas, havendo, inclusive, muitas situações de trabalho nos finais de semana, o que não seria novidade no caso dos/as docentes, já que, inúmeras vezes, estes/as acabam desempenhando atividades de trabalho durante feriados e dias de descanso.

A maioria dos/as docentes participantes da pesquisa (60,3%) afirmou ter desenvolvido algum problema físico ou mental relacionado ao período de trabalho remoto, contra 39,7% que responderam

não. Entre os problemas de saúde mais citados estão: ansiedade (64,6%), estresse (63,3%), problemas na coluna (48,1%) e problemas com os olhos/visão (34,2%). Entre os menos citados estão: lesão por esforço repetitivo (LER), citada por 16,5% dos/as docentes, 6,3% responderam ter tido problemas com depressão e 2,5%, problemas de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Outros problemas como nervosismo, trombo hemorroidal, crise de labirintite, esofagite, insônia, tendinite, inchaço nos pés, fadiga mental e corporal também foram citados pelos/as respondentes, como demonstramos no gráfico a seguir.

Gráfico 5 - Problemas de saúde relacionados ao trabalho remoto desenvolvidos pelos/as docentes



Fonte: Relatório da Pesquisa - ADUFCG, 2021

Assim, percebemos que problemas relacionados a dores físicas em geral foram mencionados com mais frequência pelos/as respondentes. Entre as dores mais citadas, destacamos dor na coluna, nos braços, na cabeça, no pescoço, nas pernas e nos olhos, por passarem muito tempo sentados/as em frente à tela do computador. Algumas dessas situações podem ser conferidas nos depoimentos de alguns dos/as nossos/as interlocutores/as: “Dado o tempo que permaneci sentada em frente ao computador, em função do trabalho, tive problemas de circulação, dores nas articulações e infecção urinária”. “Muita dor no pescoço devido ao uso excessivo do computador”. “O excesso de contato com a tela do computador aumentou meus problemas na visão e ampliou minha ansiedade”. “Muita ansiedade, dor de cabeça, falta de sono [...]” (respondentes).

Houve também alguns comentários acerca dos problemas de saúde ocasionados pelo contexto da pandemia.

O maior problema para mim foi de ordem psicológica. Tive duas crises depressivas, pois, além do isolamento social, perdi meu irmão durante esse período. Tive muitos problemas pessoais e familiares, crises de depressão e ansiedade e passei por uma cirurgia (respondente).

Houve também muitos depoimentos de problemas relacionados às dificuldades de adaptação com as plataformas digitais, conforme podemos conferir a seguir:

O confinamento e a falta de domínio em tecnologias voltadas à educação, bem como da possibilidade de ministrar disciplinas nos primeiros meses, me fizeram sentir inútil, negligente e incapaz perante os discentes, gerando picos de ansiedade e irritabilidade. No momento, estou tomando remédio para ansiedade (respondente).

Dores no corpo de forma geral, por passar muitas horas no computador. Vista cansada e ressecada. Vista embaçada, estresse por problemas no computador, alguns problemas para gravar as aulas, regravar as aulas várias vezes quando a primeira gravação não dava certo, aprender a usar o Moodle, etc. (respondente).

Desenvolvi dor e amortecimento no braço direito, dor no quadril e na coluna, problemas de ardência nos olhos e muita ansiedade. Mesmo sentindo vários problemas, sentia que precisava me manter firme, uma vez que os estudantes estavam precisando de uma palavra de alento, para enfrentar um momento muito difícil, diante da pandemia e dificuldades com as aulas remotas (respondente).

Muita preocupação em relação às aulas síncronas e como meu filho, que tem dois anos, aceitaria a minha “ausência” nesses momentos (principalmente por estarmos no mesmo ambiente). Antes das aulas, sempre ficava ansiosa para saber se daria tudo certo (respondente).

Foram relatados, com frequência, sintomas de ansiedade e estresse ligados ao fato dos/as docentes não saberem lidar com essa nova realidade de ensino via plataformas digitais, pela instabilidade da internet, bem como pelo medo de contrair a Covid-19. Muitos/as alegaram também que a responsabilidade com a qualidade do que deveria ser entregue à comunidade da UFCG agravou ainda mais o quadro de ansiedade já existente, diante da insegurança sanitária e da pandemia, como podemos conferir nos depoimentos a seguir:

Desenvolvi problemas na coluna lombar, problemas oculares (ardência, visão dupla, aumento do grau de óculos), além de crises de ansiedade e episódios depressivos, todos eles relacionados com a carga de trabalho no modo remoto e, também, em relação à situação pandêmica, que nos colocou como meta prioritária tentar sobreviver, embora a exigência por produtividade acadêmica tenha se mantido inalterada (respondente).

Ganhei peso; sinto dores constantes na coluna; tenho a sensação de que estou enxergando mal; tenho tido crises constantes de LER; reduziu minha qualidade de sono e quantidade de horas dormidas; tenho tido irritabilidade e falta de paciência além do normal; e tido o sentimento ruim de descrença, o que me faz muito mal, porque eu era muito otimista, e agora, além de completamente pessimista, não estou acreditando mais em quase ninguém e/ou alguma coisa (respondente).

Vimos, na pesquisa, o relato de inúmeros casos de

esgotamento físico e mental, ansiedade e depressão diante das incertezas provocadas pelo trabalho remoto e pela pandemia, que se alastrava cada vez mais, levando à morte milhares de brasileiros/as, como é o caso desse depoimento: “Durante o período de isolamento social devido à pandemia da Covid tive momentos de muita ansiedade/depressão e muitas dores de cabeça” (respondente).

Além disso, no caso de quem precisou cuidar de outras pessoas durante o período analisado, a preocupação foi ainda maior, como podemos conferir nos seguintes depoimentos: “Muita preocupação com os efeitos do isolamento social e do trabalho remoto gerou muita ansiedade e estresse. Ter que cuidar de outras pessoas e manter o equilíbrio foi difícil, por vezes”. “Tive que começar a fazer terapia para manter minha sanidade mental diante das pressões do trabalho e da conjuntura” (respondentes).

Além dos relatos de problemas físicos e emocionais, constatamos nos depoimentos muita preocupação, por parte dos/as professores/as, com a instituição pública, com o processo de educação, com as dificuldades enfrentadas pelos/as discentes, tanto pela instabilidade no acesso à internet quanto pelos problemas emocionais que alguns/mas discentes estavam enfrentando durante o período analisado.

Houve também depoimentos em que os/as docentes avaliaram que, apesar das dificuldades, conseguiram observar com alguma positividade o ensino remoto durante a vigência do RAE, como podemos conferir no seguinte depoimento:

Saber que meu objetivo de aprendizagem poderia não ser cumprido e conhecer a situação delicada em que se encontravam muitos colegas professores, além de alunos e suas famílias, tudo isso atrelado ao receio por minha saúde e da minha família, que inclui idosos. Todo o cenário gera insegurança, levando à ansiedade e a uma leve depressão. Porém, o resultado do aprendizado final na minha disciplina me satisfez e me fez perceber que trabalhar com um número mais reduzido de alunos (usualmente atendo em torno de 120) é muito profícuo para a aprendizagem, o que me torna mais otimista (respondente).

Por fim, constatamos nos depoimentos que a pandemia e o distanciamento social intensificaram o

trabalho e agravaram significativamente problemas que os/as docentes universitários já vinham enfrentando, antes mesmo da chegada da pandemia, pela cobrança de produtividade imposta nas instituições de ensino desde os anos 1990, bem como pela precarização das condições de trabalho vivenciada nos últimos tempos, ligada ao corte de investimentos no serviço público e, em especial, nas universidades federais. Por outro lado, destacamos alguns depoimentos que demonstram o esforço e o compromisso dos/as docentes que, mesmo diante de circunstâncias tão adversas, foram levados/as a buscar maior familiaridade com as novas tecnologias e com as plataformas digitais, no intuito de realizarem da melhor forma possível seu trabalho, tendo em conta as demandas dos/as estudantes.

Tendências atuais nas relações sociais de trabalho: reflexões sobre os resultados da pesquisa

A precarização das condições de trabalho dos/as docentes da UFCG apontada nos resultados desta pesquisa faz parte do desmonte das universidades públicas, intensificado nos últimos anos e agravado com a pandemia. Integra, portanto, um cenário mais amplo de desregulamentação das relações de trabalho, que ocorrem em todo o campo social. No contexto socioeconômico e político atual, estamos assistindo a um grande retrocesso do ponto de vista da classe trabalhadora, através do desmonte das políticas que garantiam direitos sociais previstos na Constituição de 1988. Pesquisas demonstram que o trabalho regulamentado, com carteira de trabalho assinada e direitos sociais garantidos, está, a cada dia, mais distante da realidade dos/as trabalhadores/as, uma vez que as atividades desregulamentadas, informais, flexíveis e digitalizadas, bem como as novas regras de teletrabalho, ainda mais precarizantes e com uma incorporação cada vez mais progressiva, tornam-se tendências predominantes. Assim, o teletrabalho/*home office*, os trabalhos temporário, *uberizado* e por plataformas digitais, intermitente e terceirizado e os modelos de autoempresendedorismo (como PJ, MEI e trabalho por conta própria), entre

outras formas flexíveis de assalariamento, vêm sendo incentivados pelo poder dominante e por políticas neoliberais que incentivam saídas individuais nas relações de trabalho como uma maneira de resolver o problema do desemprego – o qual, segundo pesquisa da PNAD Contínua do IBGE (2021), atinge 13,2% dos/as brasileiros/as.

Convém destacar que o trabalho remoto ou *home office* não é equivalente ao modo de teletrabalho. O primeiro surge como uma alternativa provisória e paliativa frente ao quadro agudo da contaminação pela Covid-19; enquanto o segundo é uma modalidade de trabalho que pode ser adotada em caráter permanente por diversas instituições e que precisa de um quadro ainda mais específico de regularização, pois implica mudanças permanentes nas relações de trabalho, conforme a Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020.

Dessa forma, para que se possa analisar essas tendências atuais de relações de trabalho, é preciso retornar um pouco no tempo para compreender o contexto histórico e econômico que impulsionou transformações no mundo do trabalho. De acordo com Antunes (2000), essas mudanças intensificaram-se a partir dos anos 1970, onde, após longo período de acumulação capitalista, proporcionado pelo binômio taylorista/fordista², o sistema capitalista iniciou um processo de intensa crise. Para minimizar os problemas acarretados por essa crise, fez-se necessário o desenvolvimento de um método de reorganização produtiva, sendo que este encontrou sua base de sustentação nas políticas neoliberais. Aqui, são decisivas as mudanças na base microeletrônica e suas funções estratégicas no processo de acumulação capitalista, mas também nas formas de mediação exercidas sobre o trabalho e sobre o controle de suas relações.

Essas mudanças na organização da produção afetaram e afetam amplamente a classe trabalhadora, pois, entre as principais consequências, está a flexibilização das relações de trabalho, a terceirização, o controle da organização sindical dos trabalhadores, o desemprego, a precarização das condições de trabalho, o aumento significativo da informalidade e o aumento da participação das mulheres em atividades de trabalho consideradas rotineiras e precárias.

Antunes (2000) salienta ainda que a crise viven-

ciada pelo capital traz consigo elementos destrutivos, ou seja, *quanto mais aumentam a competitividade e concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências*. O autor destaca dois fatos que considera graves na atualidade: *destruição e/ou precarização sem paralelos em toda era moderna da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente*, pois o desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças nos processos de trabalho ocorrem sempre em benefício da produção de mercadorias, da valorização do capital, e não em benefício da maioria dos seres humanos, ou seja, as transformações no mundo do trabalho são formas desenvolvidas para atender às necessidades do modo de produção capitalista para minimizar as consequências da crise estrutural do capital, com vistas a retomar o processo de acumulação e dominação capitalista (p. 34).

Na mesma linha, Harvey (2006), mostra que o período de 1965 a 1973 mostrou que o fordismo e o keynesianismo haviam se tornado ineficientes para conter as contradições do capitalismo. A rigidez dos investimentos, contratos de trabalho e também dos compromissos do Estado-providência estavam impedindo o planejamento da produção. Salienta ainda que o único instrumento de resposta flexível se encontrava na política monetária, dando início à onda inflacionária, que aprofunda significativamente a crise do pós-guerra (p. 135-136).

Dessa forma, configura-se a chamada nova organização do trabalho, denominada por vários autores de *pós-fordismo*, responsável pela introdução de uma forma inédita na produção capitalista, a qual Harvey considera *acumulação flexível*³. Para este autor, esta, combinada com as políticas neoliberais de flexibilização das relações de trabalho, além de resultar em crescentes índices de desemprego, desmonta os direitos sociais dos trabalhadores, mesmo nos países com tecnologias avançadas (HARVEY, 2006, p. 140).

Com o desenvolvimento dessa forma de organização nos processos de trabalho das empresas japonesas, em pouco tempo a produtividade e a acumulação do capital no Japão alcançaram patamares elevadíssimos. Contudo, segundo o autor, o toyotismo intensificou ainda mais a exploração no trabalho, tanto pela aceleração da produção imposta pela sinalização através das senhas e pelo fato de o trabalhador ter

que trabalhar em várias máquinas ao mesmo tempo quanto pelo forte disciplinamento e controle da força de trabalho (ANTUNES, 2000, p. 55-56).

No Brasil, essas tendências foram agravadas nos anos de 1990, com a implantação das políticas neoliberais de abertura do mercado nacional às importações realizadas pelo governo Collor. Com isso, muitas empresas entraram em crise e acabaram fechando suas portas, deixando uma parcela elevada de trabalhadores desempregados. Outras empresas se deslocaram para regiões periféricas, marcadas por alto desemprego, informalidade nas relações de trabalho e baixa tradição de organização sindical dos trabalhadores, com o objetivo de aumentar seus lucros.

Contudo, vale salientar que, no Brasil, a flexibilidade nas relações de trabalho sempre foi uma realidade marcante, uma vez que a informalidade é uma das principais características do mercado de trabalho, desde sua formação. Atualmente, estamos na era da *uberização* do trabalho, que envolve o trabalho que é mediado por tecnologias – caso do trabalho em plataformas digitais –, mas que expressa, de forma geral, uma tendência de aumento da precariedade e precarização das condições de trabalho, uma vez que as necessidades de sobrevivência e reprodução social passam a definir a duração da jornada de trabalho, o que, muitas vezes, leva esse trabalhador a trabalhar até 15 ou 16 horas diárias.

Essas mudanças afetaram e afetam de forma significativa o trabalho nos diversos setores da economia, como é o caso do setor industrial, de serviços, o comércio e o serviço público, em especial as universidades públicas, onde assistimos ao aumento acentuado da precarização das condições de trabalho de docentes, conforme demonstram dados e informações desta pesquisa.

Além da sobrecarga de atividades e da falta de condições estruturais nas salas de aula, temos a intensificação do assédio moral na forma de gestão do serviço público. De acordo com Barreto (2013), o assédio moral constitui um risco não visível, não mensurável e não quantificável, mas concreto e objetivo em suas consequências e violações à saúde, à dignidade, à honra, à imagem e à personalidade. Neste sentido, constitui uma “ferramenta de gestão” e, dessa forma, força o outro a deixar a empresa e,

simultaneamente, viola direitos fundamentais (BARRETO, 2013, p. 17).

Essa ferramenta de gestão tem efeitos subjetivos, uma vez que se valoriza publicamente aqueles/as docentes mais produtivos/as e os/as menos produtivos/as são deixados/as de lado e, muitas vezes, nem mesmo são lembrados/as pelos/as colegas de trabalho. O objetivo do assédio, segundo a autora, é “desqualificar profissionalmente o coletivo e desvalorizar individualmente”, o que acaba gerando desgastes emocionais e adoecimentos de docentes e servidores/as públicos/as em geral (BARRETO, 2013, p. 18).

As determinações mais gerais e amplas das novas formas de controle sobre o trabalho se projetam nas IES e acarretam consequências sobre o trabalho docente em muitas dimensões. A primeira está relacionada ao caráter mais geral da atividade docente, como inicialmente demonstrado nos dados sobre as condições de trabalho relacionadas ao acesso à internet, as condições da universidade para o desenvolvimento do trabalho remoto e também as condições apresentadas pelos/as estudantes. Tal processo desloca o centro de gravidade da rotina institucional e das atividades docentes, transferindo para os/as docentes os custos e a responsabilidade pelo desenvolvimento do semestre letivo.

Uma parte significativa dos/as docentes, conforme apresentam os dados coletados pela pesquisa, está ou esteve dedicada também a cuidados com terceiros, sejam crianças (61,8%) ou idosos/as (43,1%). Uma vez que o trabalho remoto, via de regra, se estabelece no interior dos lares dos/as docentes e flexibilizam a fronteira entre vida doméstica e trabalho, essas atividades são também afetadas e afetam o próprio trabalho.

A instituição do trabalho remoto, como apontam ainda alguns/mas docentes, é uma das estratégias de intensificação e precarização do trabalho nas universidades e em outras instituições de ensino. Ao todo, 83% dos/as docentes afirmaram que tiveram as suas cargas na jornada de trabalho ampliadas no período de excepcionalidade da pandemia pelo trabalho remoto.

Outra dimensão, que daí também decorre, está relacionada aos dados sobre os impactos na saúde dos/as professores/as e sobre a incidência de problemas como LER, DORT e dores na coluna, como também

os impactos nem sempre imediatos sobre a saúde mental e o corpo dos/as professores/as. O quadro se agrava ainda mais com a maior exposição às telas, a intensificação e precarização do trabalho e diante das enfermidades que os/as professores/as já afirmavam ter, como problemas de coluna e asma.

Dessa forma, se, numa ponta, o ensino remoto reconfigurou a dinâmica do trabalho docente e universitário como um todo, na outra, produziu inúmeros desdobramentos sobre a saúde dos/as docentes e sobre suas condições concretas de trabalho. Embora nos pareça fundamental, excede os limites do texto tratarmos dos impactos da implementação do ensino remoto para os/as estudantes. O que é certo, e já com auxílio de dados nacionais sobre a questão, é que se aceleraram disparidades regionais, dificuldades de aprendizagem e falta de condições de permanência, entre outros fatores. Também a própria agenda do ensino remoto e híbrido tende a ser cada vez mais incorporada para além do período de excepcionalidade pandêmica como forma de precarização e enxugamento do modelo educacional frente ao contexto fiscal apresentado pelo Estado brasileiro.

Concluimos este item salientando a importância do respeito aos direitos humanos no ambiente de trabalho, garantindo melhores condições para que o processo educativo possa fluir com qualidade, leveza e dignidade.

Considerações finais

Através desta pesquisa realizada junto aos/as docentes da UFCG, pudemos constatar alguns dos reflexos da pandemia nas condições de trabalho e de saúde a partir da implantação e institucionalização do ensino remoto na universidade. O instrumento utilizado, com questões abertas e fechadas, permitiu captar uma grande diversidade de respostas por parte dos/as docentes, uma vez que as opiniões e problemas variam de acordo com as situações específicas da realidade vivenciada pelos/as mesmos/as.

Entretanto, verificamos uma predominância de respostas de que o trabalho remoto/*home office* levou a uma intensificação das jornadas de trabalho, bem como ao aumento de problemas relacionados à

saúde física e mental dos/as docentes. Isso ocorreu diante do medo de contaminação pelo coronavírus, bem como das incertezas para lidar com o ambiente virtual das plataformas digitais e da precarização do trabalho imposto, o que vem levando a uma intensificação de problemas relacionados ao cansaço, esgotamento, ansiedade e estresse, agudizando as enfermidades que muitos/as docentes já tinham e fazendo crescer desdobramentos na saúde do conjunto da categoria. Além disso, os/as docentes relataram também o aumento de dores na coluna, no pescoço, no quadril ou nas mãos e braços (LER). Problemas nos olhos também foram citados com frequência devido ao excesso de tempo trabalhando sentado/a diante do computador.

Constatamos, ainda, que a pandemia aprofundou problemas relacionados às condições de trabalho docente, devido à falta de uma infraestrutura adequada para o trabalho, bem como pelo fato de os salários estarem defasados há anos, algo que foi agravado após a aprovação da Emenda Constitucional - EC 95 (Teto dos Gastos), no ano de 2016, e de outras medidas sociais e universitárias, o que provocou o congelamento de investimentos no serviço público por vinte anos. Ou seja, vimos nos depoimentos que a pandemia e o distanciamento social agravaram significativamente problemas que os/as docentes universitários/as já vinham enfrentando, antes mesmo da chegada da pandemia, pela cobrança de produtividade imposta nas instituições de ensino desde os anos 1990, bem como pela precarização das condições de trabalho vivenciada nos últimos tempos, pelo desmonte do Estado, com o controle e enxugamento dos gastos públicos e pelos retrocessos nos direitos sociais provocados pelas políticas neoliberais.

Além disso, cabe destacar que a desvalorização da ciência, do trabalho docente e do ensino público, por parte do atual governo federal e também de algumas chefias internas, leva os/as docentes a se sentirem desmotivados/as. A falta de reconhecimento profissional é um aspecto agravante das condições de trabalho, com reflexos diretos na saúde: cansaço, esgotamento, depressão e síndromes do pânico, do medo e de *burnout* (esgotamento profissional), entre outros problemas.

Contudo, apesar de todos os problemas relatados,

foi possível verificar forte capacidade de resistência por parte de muitos/as dos/as respondentes. A pesquisa mostra que os/as docentes demonstram engajamento e preocupação com a instituição, com a educação e com o futuro do país, e que o momento vem exigindo dos/as docentes outras habilidades, as quais impõem novos desafios diante das incertezas.

O trabalho remoto é, a um só tempo, a intensificação da plataformização da educação superior, a expressão do perigoso movimento de precarização do trabalho docente com seu consequente adoecimento, a flexibilização curricular para baixo da formação profissional e científica, além da aproximação ainda mais ativa das fronteiras entre o trabalho universitário, com as atuais tendências de *uberização*, e a desregulamentação trabalhista, colocadas em relevo no Brasil e no mundo nos últimos anos.

Por fim, cabe salientar que a pesquisa aponta para a necessidade de dar seguimento ao acompanhamento e à avaliação das condições de trabalho e seus reflexos na saúde dos/as docentes, para que possamos compreender melhor a realidade concreta vivenciada em tempos de pandemia e distanciamento social, com todos os seus dilemas. Com isso, destacamos a urgência de que as universidades, como um todo, acompanhem de perto a situação que vem sendo enfrentada por toda a comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos/as administrativos/as), disponibilizando toda a assistência necessária, com apoio pedagógico, tecnológico, médico e psicológico, e minimizando as perdas e retrocessos educacionais intensificados nesse momento de pandemia, de trabalho remoto e de distanciamento social. A pesquisa aponta, ainda, para a necessidade de abertura de espaços para diálogos que possam contribuir para trocas de experiências, bem como para o desenvolvimento de laços de solidariedade entre os/as docentes da UFCG. **US**

notas

1. Ver mais em **Relatório da pesquisa condições de trabalho remoto e saúde dos/as docentes da UFCG - Avaliação do período do RAE - Semestre 2020.3**. Campina Grande, PB: ADUFCG, 2021. In: <https://adufcg.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Relatorio-Pesquisa-Docente-UFCG-Versao-Final.pdf>.
2. ANTUNES (2000) define o binômio taylorista/fordista como a expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na indústria ao longo de praticamente todo o século XX, que [...] baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada (p. 36).
3. De acordo com Harvey (2006), torna-se importante explicitar o que se quer dizer com a acumulação flexível: [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas – tais como a Terceira Itália, Flandres, os vários vales e gargantas do Silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de compressão do espaço-tempo no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, 2006, p. 140).

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. nº 65, de 30 de julho de 2020. Estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC relativos à implementação de Programa de Gestão. Brasília, 31/07/2020. Edição 146. Seção: 1. Página 21.

BARRETO, Margarida. Assédio Moral: trabalho, doenças e morte. *In: **Compreendendo o assédio moral no ambiente de trabalho.*** São Paulo: Fundacentro, 2013.

DRUCK, Graça. A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização. *In:*

TEIXEIRA, Marilane Oliveira; ANDRADE, Helio Rodrigues de; COELHO, Elaine D'Ávila. (Orgs.).

Precarização e Terceirização: faces da mesma realidade. São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, p. 35-58, 2016a.

DRUCK, Graça. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. **Revista Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 15-43, 2016b.

DRUCK, Graça. Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho.

In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia (Orgs.). **O avesso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho.** São Paulo: Outras expressões, p. 59-87, 2017.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** 15. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MARX, K. O Capital - Livro III, Vol. 6. - O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Relatório da pesquisa condições de trabalho remoto e saúde dos/as docentes da UFCG - Avaliação do período do RAE - Semestre 2020.3.** Campina Grande, PB: ADUFCG, 2021. *In:* <https://adufcg.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Relatorio-Pesquisa-Docente-UFCG-Versao-Final.pdf>.

referências

Habitação popular no Brasil: emergência do MTST e a luta por moradia em Aracaju

Joyce Kelly de Jesus Santos

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: kelly.sts17@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos

Professora do DGE - Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: josefaliufs@gmail.com

Resumo: O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é um movimento social de moradia que atua em várias cidades brasileiras. Sua história remonta ao final da década de 1990, período em que é implementado o neoliberalismo no Brasil. A conjuntura de aprofundamento da precarização da vida e o consequente aumento do déficit habitacional nas grandes cidades propiciou o surgimento de tal movimento. O objetivo deste artigo é analisar a atuação do MTST enquanto sujeito produtor do espaço urbano na cidade de Aracaju (SE). O Movimento está espacializado na periferia de Aracaju e sua base social é composta, principalmente, por mulheres negras que ocupam postos de trabalho informal. Além disso, está cumprindo um papel fundamental na cidade, pois suas ocupações e ações diretas colocam a luta por moradia no centro do debate e chama a atenção de outros setores sociais a questão. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica, pesquisa de campo e levantamento de dados.

Palavras-chave: Movimentos Sociais Urbanos. MTST. Produção do Espaço.



A produção capitalista do espaço urbano brasileiro e habitação da classe trabalhadora e emergência da luta por moradia

Ao pensar o espaço como produto das relações sociais e de produção capitalista, é importante ter em mente a sua historicidade e a transformação do real/concreto ao longo do tempo pelas sociedades de cada época, pois o ato de (re)produção de vida também é o ato de (re)produção do espaço. Sob esse aspecto, Carlos (2015, p. 53) nos lembra que:

[...] Tal enfoque aponta para a ideia de que a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas, através dessa ação, ela também produz, consequentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo.

Para sobreviver, o homem modifica o espaço de acordo com suas necessidades: abrigar, comer, tomar banho, reproduzir-se. Tal dimensão corresponde ao valor de uso do espaço. No modo de produção capitalista, o espaço é transformado em mercadoria, ou seja, o vínculo com o espaço é mediado através das relações de troca.

Essa lógica de produção aponta uma contradição fundamental para entendermos a produção do espaço sob o capitalismo: enquanto a produção do espaço é coletiva, ou seja, é social, sua apropriação é privada; o valor de troca se sobressai ao valor de uso, ou seja, a acumulação é mais importante que a reprodução da vida e o espaço se coisifica à luz dos interesses da reprodução do lucro. Dessa forma, “[...] o acesso aos lugares de realização da vida, produzidos socialmente, realiza-se, predominantemente pela mediação do mercado imobiliário” (CARLOS, 2018, p. 60). Além disso, a cidade ganhou centralidade no capitalismo,

já que nela acontece a produção, a circulação, a distribuição e o consumo. Sposito (1997) nos ajuda a entender o lugar da cidade no capitalismo ao destacar que o desenvolvimento da industrialização transformou a cidade no centro de “gestão” do capitalismo, visto que é na urbe que o ciclo completo de acumulação do capital se realiza. À vista disso, a urbanização que conhecemos hoje é a urbanização capitalista e, por sua natureza, atende aos interesses do capital. Nesse contexto,

A moradia torna-se mercadoria na qual está incorporado valor, não apenas a construção, mas do solo urbano, também como mercadoria. Disto decorre que a valorização do capital na mercadoria moradia ocorre de várias formas e envolve diversos agentes do capital imobiliário (construtoras, imobiliárias, agentes financiadores etc.) (GOULART, 2011, p. 195).

A Lei de Terras de 1850 foi um marco para a sociedade brasileira, já que, ao instituir a propriedade privada da terra, transformando-a em mercadoria, não só consolida a concentração fundiária no espaço agrário brasileiro (WESTIN, 2020) como cria o mercado de trabalho urbano, tornando-se fundamental para a configuração das cidades pós-escravatura.

Os setores mais pobres da sociedade foram os mais atingidos pela Lei de Terras, sobretudo a camada de ex-escravizados, que, ao serem libertos “sem um vintém”, não tiveram a possibilidade de se instalar no campo como sujeitos livres, mas, na condição de empregados precarizados, foram habitar a cidade e trabalhar nos ofícios braçais, de maior precariedade e menores rendimentos.

Os setores mais pobres da sociedade foram os mais atingidos pela Lei de Terras, sobretudo a camada de ex-escravizados, que, ao serem libertos “sem um vintém”, não tiveram a possibilidade de se instalar no campo como sujeitos livres, mas, na condição de empregados precarizados, foram habitar a cidade e trabalhar nos ofícios braçais, de maior precariedade e menores rendimentos.

Diante desse cenário, a classe trabalhadora criou formas de se reproduzir nas cidades. Os cortiços, as favelas, vilas operárias e conjuntos habitacionais são

algumas formas de habitação dos trabalhadores.

Os cortiços eram as moradias mais comuns no final do século XIX e início do século XX. Eram moradias coletivas, que se localizavam no centro da cidade (área com o preço da terra elevado), próximas aos locais de trabalho. Consistiam em espaços mal vistos pelos setores altos e médios da sociedade, pois eram tidos como locais de promiscuidade e epicentro das epidemias da época, como varíola e febre amarela (SILVA, 2019). De acordo com Rodrigues (2019, p. 46):

Nos cortiços, viver significa morar várias pessoas em um cubículo (cômodos minúsculos), que têm várias funções: dormitório, cozinha, refeitório etc. Os banheiros, chuveiros, tanques e pias são coletivos. O congestionamento das unidades e dos cômodos é a constante. As filas para o banho, banheiro e limpeza, tudo tem que passar por essa “coabitação” forçada.

Já a favela é outra saída encontrada pela classe trabalhadora para morar na cidade. A favela é resultado da combinação de várias condições criadas pelo modo de produção capitalista: a expropriação do campesinato, os baixos salários do trabalhador urbano e as frequentes migrações rural-urbano e urbana-urbana. Ela surge da necessidade de habitar, sendo a autoconstrução a solução.

No Brasil, a primeira favela surgiu na década de 1890, no Morro da Providência, localizado no bairro da Gamboa, na cidade do Rio de Janeiro. Os primeiros ocupantes eram soldados da Guerra de Canudos. O governo brasileiro havia prometido habitação para esses soldados caso saíssem vitoriosos da guerra. Porém, a promessa não foi cumprida, e os soldados ali se instalaram com o objetivo de pressionar o governo.

Com a demolição dos cortiços no final do século XIX e início do século XX, o processo de industrialização do Brasil e a intensa migração campo-cidade, houve o surgimento de outras favelas no Rio de Janeiro: Morro de Santa Marta (1930), Morro do Timbau (1940) e Rocinha (1940), entre outras.

A década de 1930 é marcada pelo avanço da industrialização no Brasil, impulsionada pelo governo Vargas (1930-1945), que adotou medidas macroeconômicas para conter os efeitos da Crise de 1929 através de políticas públicas que incentivaram a industrialização no setor de bens de consumo e fun-

dação de estatais (FURTADO, 2007). Além disso, o Estado também atuou na produção do espaço através da construção de infraestrutura para as indústrias. As cidades deviam atender às necessidades do modelo urbano-industrial. Assim, foi preciso a criação de uma infraestrutura para dar suporte às novas demandas da nascente economia industrial, como a mobilidade espacial das mercadorias, as comunicações e o consumo (OLIVEIRA, 2003).

No que diz respeito à questão da moradia dos trabalhadores na Era Vargas, surgiu a Liga dos Inquilinos, que lutou contra o aumento do preço dos aluguéis e os despejos (BOULOS, 2015). Nesse cenário, em 1942, Vargas instituiu a Lei do Inquilinato, que tinha duplo objetivo: congelar o preço dos aluguéis e proibir os despejos; e “[...] desestimular o investimento em casas de aluguel, de modo a concentrar a aplicação de capitais nos setores considerados mais estratégicos para o projeto desenvolvimentista, em especial na indústria” (BONDUKI, 2018, p. 17). A Lei do Inquilinato beneficiou o populismo do governo Vargas, pois ampliou o apoio popular, sobretudo entre os trabalhadores, que eram os mais afetados pelos preços dos aluguéis.

As vilas operárias são outro tipo de moradia destinado à classe trabalhadora. Surgiram por iniciativa dos patrões, que tinham o objetivo principal de conter as epidemias da época.

[...] a preocupação com o saneamento marcava sempre as cidades. A vizinhança pobre, que morava em local infectado, favorecia a proliferação de epidemias e endemias, que, pela proximidade, poderia ser transmissível aos moradores de outra classe social. A mortalidade elevada com a gripe espanhola, que conduziu ao medo de novas epidemias de *contaminação moral*, incentivou a produção de casas “higiênicas” – as vilas operárias (RODRIGUES, 2019, p. 48).

As vilas estavam associadas à chegada do trabalho livre no país, já que as novas indústrias demandavam trabalhadores que morassem nas proximidades, o que assegurava a manutenção de baixos salários; ao mesmo tempo, permitiria mantê-los “[...] sob seu controle político e ideológico e criando um mercado de trabalho cativo” (BONDUKI, 1998, p. 715).

Tais vilas se localizavam distantes do centro e serviram para atrair uma massa de trabalhadores para essas áreas mais periféricas. Bonduki (1998) ainda ressalta que tais vilas permitiam um maior controle do trabalho, pois, ao ser demitido, perdia-se a casa.

O outro tipo de vila caracteriza-se por ser construída por uma empresa, uma construtora ou os indivíduos, a fim de alugar para os trabalhadores, geralmente os mais especializados. É importante ressaltar que as vilas operárias não ameaçaram os cortiços, que ainda continuavam sendo a alternativa mais viável para muitas pessoas por se localizarem próximo ao local de trabalho.

Apesar da precariedade das moradias e das escassas políticas sociais estatais voltadas para esse setor, somente no início da década de 1960 surgiram os primeiros debates sobre a reforma urbana no meio acadêmico, a partir da construção de um seminário para discutir o tema e a introdução da questão nas reformas de base. De acordo com Bonduki (2018, p. 21-22),

O Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) foi promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e pelo Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado (Ipase), autarquia do governo federal vinculada ao Ministério do Trabalho, e representou uma tentativa de incorporar a questão urbana nas reformas de base que as forças progressistas buscavam implementar no governo Goulart, processo que foi abortado pelo Golpe Militar de 1964.

Na ditadura militar (1964-1985), o governo investiu mais ativamente na industrialização do país e se apoiou no financiamento de capitais externos. Nesse período, houve diversas transformações na economia brasileira, com desdobramentos no campo e na cidade, repercutindo no crescimento das cidades.

A Revolução Verde e a mecanização do campo expropriaram milhares de camponeses de suas terras e grandes contingentes de trabalhadores rurais foram substituídos pelas máquinas. Isso intensificou a mobilidade do trabalho campo-cidade, com um consequente crescimento dos centros urbanos e expansão das periferias, pois a maioria desses expropriados e desempregados foram a habitar as áreas periféricas e

as favelas, além de ocupar trabalhos que pagavam os piores salários. Oliveira (2003) destaca que a expropriação do campesinato das suas terras foi fundamental para a criação de um exército industrial de reserva e consolidação do modelo de acumulação urbano industrial.

As cidades que receberam um maior contingente de camponeses foram aquelas localizadas na Região Concentrada (Sul-Sudeste), sobretudo no eixo Rio-São Paulo. As capitais dos estados também receberam uma massa de migrantes da zona rural.

O debate sobre reforma urbana estava acalorado antes do Golpe Militar. Nesse contexto, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo militar foi a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Segundo Lucchese e Rosseto (2018), tal política, além de manter um bom dinamismo econômico, ajudou o regime a ganhar estabilidade política, pois o BNH atuava diretamente sobre a questão da moradia, problema que atingia as camadas populares e os setores médios da sociedade. Como aponta Rodrigues (2019, p. 57),

A escolha da habitação como eixo da política urbana deveu-se a uma tentativa de diminuir as tensões nas áreas urbanas. Atende-se a uma necessidade e reivindicação (estabilidade social); acentua-se a filosofia da casa própria (aliados da ordem) e aumenta-se o índice de empregos; e propicia-se o crescimento econômico geral, considerando-se que para a indústria de construção é necessário um grande número de insumos industriais, que possibilitou uma arrancada de crescimento de um “Brasil Grande”, como dizia o jargão do período. Para construí-lo, seriam necessárias toneladas de cimento, de ferro, aumento de energias, de águas etc.

Por conseguinte, o BNH visava construir moradias populares e facilitar a aquisição/financiamento da casa própria, eliminar as favelas e incentivar os investimentos (*ibidem*). Dessa forma, é relevante destacar que, nessa política social, a maioria dos investimentos para o financiamento foram destinados aos setores médios da sociedade e não contemplou a população de baixa renda, que é a mais atingida pelo déficit habitacional. O BNH foi extinto em 1986 sem conseguir amenizar esse déficit, de maneira que,

antes do governo Lula (2003-2010), não houve uma política social de habitação unificada para o país.

Na década de 1970, os movimentos sociais urbanos retomaram a sua atuação, mas de forma incipiente e com pautas bastante específicas, como saneamento, creche para os bairros e infraestrutura. Possuíam apoio de diversos setores da sociedade civil, tanto de direita como de esquerda, que tinham como inimigo comum o regime militar (GOHN, 1991).

A década de 1980 é marcada pela crise da dívida¹ e um regime político desgastado. Nesse cenário, há ampla organização da sociedade civil, propiciada pela conjuntura nacional e pela luta contra a ditadura e pelas Diretas Já.

[...] O desemprego, o aumento dos aluguéis, a mudança de legislação na área do solo urbano dificultando a constituição de novos loteamentos populares, o aumento desproporcional do preço das tarifas de transportes, o esgotamento dos espaços disponíveis nas favelas etc. levaram às invasões coletivas de moradia. As diferentes formas de luta [...], todas elas já iam nascendo posicionadas, ou seja, com caráter e marcas políticas e/ou partidárias definidos, segundo o grupo de assessoria a que se articulavam ou as posições de lideranças populares que assumiram a direção de suas ações (GOHN, 1991, p. 15-16).

Nessa década também foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, produto do aumento da concentração de terras no espaço agrário brasileiro. O MST tornou-se um importante organizador e articulador das lutas no campo, com atuação em todo o território nacional, cumprindo papel relevante em organizar os camponeses na luta pela reforma agrária.

Nas cidades, houve um aumento da população e os problemas urbanos se agravavam, levando ao resgate do debate sobre reforma urbana e à construção de uma agenda, interrompida com a ditadura militar. De acordo com Maricato (2015), na década de 1980, os movimentos sociais de moradia retomaram o debate sobre a reforma urbana e vários outros movimentos surgiram na virada para a década de 1990, com destaque para o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), fundado em julho de 1990. E, em 1997, é fundado o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

A emergência do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no contexto neoliberal

A década de 1990 é marcada pela implementação de medidas neoliberais no Brasil. De acordo com Anderson (1995, p. 9) tratava-se “[...] de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. Esse cenário trouxe aprofundamento das tensões entre o capital e o trabalho. O ataque aos direitos dos trabalhadores tornou-se regra, acompanhando a ideia de acumulação por espoliação de Harvey (2004), que observa que tal processo libera um conjunto de ativos a preços muito baixos (isso inclui a força de trabalho). Dessa forma, o capital sobreacumulado apropria-se de tais ativos e transforma-os em lucro. O autor afirma, ainda, que:

A acumulação por espoliação tornou-se cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foram a financeirização e a orquestração, em larga medida, sob direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros (HARVEY, 2004, p. 129).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve plano de incentivo à demissões voluntárias dos servidores públicos, privatização de empresas estatais e criminalização dos movimentos sociais. Além disso,

Toda e qualquer formulação antissistêmica ou tentativa de organização dos trabalhadores enquanto classe social deveria ser desmembrada e abordada de maneira segmentada: admitia-se o conflito, mas este deveria limitar-se ao razoável e ao gerenciável, *devendo seus protagonistas admitir a fragmentação de suas pautas em parcelas administráveis* (FONTES, 2011, p. 263).

Nesse contexto, os movimentos sociais mais combativos foram duramente reprimidos. A violência policial se aprofundou e a repressão foi legitimada pela mídia, que influenciou a visão da sociedade civil acerca dos movimentos sociais. Nesse contexto, o MST foi o mais atacado. O que estava em curso era uma reestruturação do Estado e, aos poucos, estava sendo abafada a organização dos movimentos sociais, tão efervescentes na década anterior. De acordo com Fontes (2011, p. 264),

O período FHC (1995-2002) caracterizou-se, portanto, pelo ataque concertado (o eufemismo concertação social o designava) aos direitos sociais e, sobretudo, às organizações mais combativas dos trabalhadores, seja de maneira abertamente violenta contra entidades de trabalhadores que resistiam (caso, por exemplo, do sindicato dos petroleiros), pela permanência e aprofundamento da truculência policial, seja pela violência indireta – privatizações a toque de caixa e estímulo às demissões.

A periferia das metrópoles brasileiras, principalmente aquelas localizadas na Região Concentrada, crescia, associada a um processo de segregação espacial. A luta por moradia através dos movimentos sociais urbanos foi a saída que os trabalhadores mais pobres enxergaram para a sua reprodução social.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) foi fundado no seio do neoliberalismo, no ano de 1997. Nesse período, o MST observou uma mudança na conjuntura, com aumento da crise urbana nas grandes cidades, e decidiu fundar o MTST, com o objetivo de ser seu braço urbano para fazer a luta por moradia nas cidades brasileiras. Alguns militantes do MST receberam a tarefa de construir este novo Movimento (GOULART, 2011). “[...] o MTST não resulta de dissidências internas ou vinculações partidárias, mas da deliberação de um movimento consolidado que identificou mudanças importantes desencadeadas nas cidades” (FALCHETTI, 2019, p. 81).

No primeiro momento, o MTST atuava na região metropolitana de São Paulo, que era a mais afetada com problemas urbanos – foi a região que recebeu camponeses no contexto da Revolução Verde e mecanização agrícola. O MST já compreendia que a luta camponesa também se desdobrava nas cidades.

A base social do MTST é composta pelos setores mais pobres da classe trabalhadora que sofrem mais intensamente com a retirada de direitos e precarização do trabalho. São trabalhadores que não possuem condições para manter sua moradia e alimentação, e as ocupações tornaram-se a saída para a garantia da sua reprodução social. Sobre esse aspecto, Goulart (2011, p. 190) afirma que:

No final da década de 1990, a base social do MTST é diferente, porque a classe trabalhadora se transformou. Trabalha mais horas, recebe menos, está mais instável em termos de emprego ou ocupação, tem maiores dificuldades para garantir a reprodução da sua força de trabalho, e a moradia passa a ser um dos itens da “cesta de consumo”, que mais onera o salário do sem-teto.

Na sua fase inicial, o Movimento realizou uma ocupação em São Bernardo do Campo, reunindo em torno de 3 mil famílias em um terreno pertencente à Volkswagen. A reintegração de posse da ocupação foi realizada de forma brutal, impondo uma derrota para o Movimento. No início, o MTST encontrou muitas dificuldades para se consolidar, houve muitos despejos. Além disso, as condições dos acampamentos eram precárias e havia disputa com o tráfico de drogas em algumas das suas ocupações.

O objetivo das ocupações era atender de imediato à necessidade dos trabalhadores de ter um local de moradia. À vista disso, era feita a divisão do terreno, e cada família ficava responsável por construir sua habitação. Tal condição implicava, muitas vezes, na reprodução da urbanização precária e segregada, uma vez que, no espaço urbano, particularidades como localização, infraestrutura e serviços são essenciais para a garantia da qualidade de vida.

É importante ressaltar que o Movimento avaliou que a reivindicação não poderia ser simplesmente pelo imóvel, uma vez que nas ocupações há disputas com outros agentes produtores do espaço urbano, como o Estado e promotores imobiliários, que, frequentemente, acarretavam em conflitos.

Os sucessivos despejos dificultavam a criação de laços coletivos entre os militantes. Diante disso, avaliou-se que o método de ocupar o imóvel a longo prazo para conseguir sua posse não era o mais ade-

quado para a realidade urbana. Consequentemente, o MTST reestruturou sua tática:

A alternativa do Movimento para resistir fazendo ocupações foi reposicionar o conflito, deixando de focar no embate direto pela propriedade de determinado imóvel, para se centrar na organização social e na luta pelo acesso à moradia. [...] Para evitar a urbanização precária, se ajustar à transitoriedade da ocupação e favorecer os vínculos coletivos, as ocupações ganharam novo formato. Não se fazem divisões do terreno em unidades particulares, as instalações são provisórias, os espaços coletivos são privilegiados (*ibidem*, p. 90).

Além disso, o MTST fez uma realocação nas cidades de atuação. Antes, a principal cidade era São Paulo; depois, o Movimento passou a incorporar cidades-dormitório, como Taboão da Serra, Itapeperica da Serra e Embu das Artes. Tal perspectiva considerava que, naquelas cidades, as ocupações durariam mais tempo devido ao menor grau de intensidade de especulação imobiliária. Essa estratégia garantiu a obtenção de um salto organizativo interno e a criação de laços de solidariedade coletivos dentro das ocupações, além da construção da identidade do grupo.

Em 2008 foi desencadeada uma crise mundial, que teve início no setor imobiliário estadunidense. Com o objetivo de amenizar os efeitos da crise, o governo Lula, em 2009, lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o maior programa de habitação já criado. Por sua vez, o programa foi se consolidando como uma expressão da política de conciliação de classes, ajudando a enriquecer as empreiteiras, facilitando a especulação imobiliária, e, também, incorporando uma visão empresarial da moradia e fazendo do trabalhador um consumidor da mercadoria casa própria. Ao mesmo tempo, tal política social realizou o sonho da casa própria de milhões de brasileiros. Por essas razões, os movimentos de moradia começaram a questionar o programa, sobretudo nas motivações que o fizeram se distanciar do debate da Reforma Urbana. Vale ressaltar que os conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda localizavam-se em áreas muito periféricas, reforçando a lógica capitalista segregacionista de produção da cidade.

A nacionalização do MTST coincidiu com o lançamento de um programa nacional para o Movimento. Tais deliberações foram aprovadas no congresso realizado em 2009. O MTST possuía relações com movimentos de moradia de outros estados, o que facilitou a expansão para outras unidades da federação e o fortalecimento da luta por moradia no país.

Impulsionados pelos obstáculos impostos à conquista das moradias, como ausência de negociações, burocratização dos processos de implementação das conquistas acordadas e aumento da criminalização dos movimentos, entre outros fatores, os movimentos de luta por moradia procuravam se fortalecer criando linhas de ação coletivas (GOULART, 2011, p. 54).

Assim, efetuou-se uma fusão de movimentos de moradia de atuação local que resultou na presença do MTST em vários estados brasileiros e a realização de várias ocupações. A maioria delas foi reprimida pelo poder local.

Em junho de 2013, às vésperas da Copa do Mundo de 2014, o Brasil viveu uma onda de manifestações nacionais que eclodiu a partir da pauta do aumento da passagem de ônibus. O MTST participou ativamente desse processo, sendo um dos organizadores das manifestações em São Paulo. O descontentamento da população levou centenas de milhares de pessoas às ruas com as palavras de ordem “Não é só por 20 centavos” e “Queremos saúde e educação padrão FIFA”. De acordo com Falchetti (2011, p. 102),

[...] A questão da moradia reaparece em destaque, após décadas de resoluções via gabinetes por meio de representantes. As ocupações urbanas se multiplicaram nas grandes cidades. Somente em São Paulo, o número saltou de 257, entre 2011 e 2012, para 681, em 2014, entre ocupações espontâneas e organizadas, atualizando a questão da moradia nas lutas sociais.

Além disso, havia a insatisfação com os altos investimentos na Copa. O governo investiu bilhões de reais, enquanto milhões de brasileiros sofriam com o déficit habitacional, enfrentando diariamente seus efeitos. Dessa forma,

[...] Os jogos se tornaram arena de conflitos entre forças de segurança e manifestantes. A Copa, seu caráter impositivo, os gastos públicos realizados e a falta de melhoria nos serviços públicos ganharam repercussão nacional e internacional. As manifestações contra a tarifa do transporte se somaram a esses protestos e rumaram para outras cidades, junto com os protestos em torno da Copa. Ocorre, assim, uma sinergia entre mobilizações ligadas à questão urbana, fazendo confluírem pautas e atores e desencadeando uma indignação social que tornou multitudinários os protestos (*ibidem*).

O MTST considerava que os protestos de 2013 possuíam um caráter progressivo e que, através deles, poderia se disputar os rumos da produção do espaço urbano, enfrentando a lógica excludente do mercado. Foi nesse contexto que o Movimento ganhou projeção nacional, tornando-se um ente ativo tanto nos protestos quanto nos debates nacionais.

Atualmente, o Movimento aposta na tática de ação direta – ocupações, fechamentos de rodovias, ocupação de prédios de instituições públicas etc. – e tem se fortalecido em virtude dos desdobramentos da crise econômica e social que o país está enfrentando, que afetam diretamente o acesso à moradia. A ausência de moradia e de perspectivas de conquista do direito de morar tem levado os sem-teto a procurarem o MTST. Em 2019, a Fundação João Pinheiro² estimava um déficit habitacional de 5 milhões de moradias.

O Movimento se expandiu para mais estados brasileiros e novas ocupações foram fundadas em São Paulo. Nesse sentido, sua espacialização concentra-se, principalmente, no estado de São Paulo e nas capitais que vivenciam um alto processo de especulação imobiliária e que, durante o processo de mecanização do campo, receberam camponeses que migraram do interior dos respectivos estados.

Durante a pandemia da Covid-19, o MTST iniciou o projeto das cozinhas solidárias, que distribui marmidas para pessoas em situação de vulnerabilidade social e é mantida através de doações de simpatizantes do Movimento.

A atuação do MTST não acontece de forma pacífica, como vimos. Frequentemente há conflitos com outros agentes e uma forte pressão do Estado contra os trabalhadores que estão reivindicando seus direi-

tos. Isso reflete um sistema no qual a propriedade privada é mais importante que a vida.

A atuação do MTST em Aracaju

A cidade de Aracaju foi fundada em 1855 em um contexto específico da conjuntura do país. De acordo com Diniz (2009, p. 70),

[...] [o] país já [era] independente e dirigido pela política econômica mercantil capitalista do Segundo Reinado. Não era mais necessário o modelo de cidade-forte e, sim, um outro modelo de cidade, a cidade-porto, para favorecer os contatos de importação e exportação da sua hinterlândia, porque o ideal, ainda mais, era que esse centro econômico fosse também a capital da Província, o mais importante centro administrativo e político, e estendesse seu domínio para as zonas produtivas.

A necessidade econômica do Estado de possuir um porto impôs a transferência da capital. A região a qual Aracaju se encontra é fisicamente privilegiada, cortada por rios e à beira-mar. A localidade caiu como uma luva para a construção do porto, mas a transferência da capital não aconteceu sem intrigas políticas. Segundo Barbosa (2015, p. 9),

Aracaju nascera entre disputas na política governista, em meio a acordos econômicos e intrigas variadas. A antiga capital, São Cristóvão, não via com bons olhos a transferência da sede da província. Laranjeiras, que era um dos centros econômicos mais destacados da época, também queria tornar-se a capital, mas, outra vez, as vozes progressistas falavam da lonjura que dificultava o acesso ao oceano. Muitos diziam que era absurdo tentar construir uma cidade no meio da lama e perto de praias desertas, mas, a despeito de todos os ataques contra o plano progressista, o sonho de uma moderna capital resistiu firmemente.

A cidade foi planejada pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro, que elaborou um plano no qual as ruas ficavam alinhadas, semelhante a um tabuleiro de xadrez, que ficou conhecido como Tabuleiro de Pirro. Houve muitas dificuldades para a execução do projeto, visto que a geografia do local é composta por mangues e pântanos.

As especificações estabelecidas por Pirro excluíam os trabalhadores de habitarem no plano principal da nova capital, ou seja, na área do centro comercial. Estes passaram a morar nas margens do tabuleiro, em moradias precárias, e as casas de palafitas eram comuns. Na medida em que a cidade se expandia, os trabalhadores iam sendo empurrados para áreas cada vez mais distantes do centro. No entorno das fábricas, que se localizavam fora do tabuleiro de Pirro (atual Bairro Industrial, na Zona Norte), surgiram comunidades de pescadores. Cabe destacar que a nascente indústria atraiu muitos migrantes, principalmente sertanejos em busca de trabalho.

Durante o século XX, houve várias expansões urbanas em Aracaju, o que contribuiu para o seu formato atual: uma cidade segregada. A medida em que ela se expandia, expulsava os setores mais pobres da classe trabalhadora para as margens do município. A criação dos bairros Atalaia (1950), Coroa do Meio (1979) e Jabotiana contribuiu para esse processo, visto que a população ribeirinha que ali vivia foi retirada.

A criação do Bairro Coroa do Meio é um exemplo desse processo. O bairro está localizado entre a margem direita do Rio Sergipe e o Oceano Atlântico. Ele foi fundado com o objetivo de atrair para a região a classe média aracajuana. Porém, para que isso acontecesse, foi necessária a retirada da comunidade de pescadores que habitava a região.

O projeto do bairro consistia em um loteamento de quatro etapas e a construção de um *shopping center* (atualmente, Shopping Rio Mar), mas a quarta etapa da construção nunca foi finalizada e a área foi ocupada por pescadores que viviam em palafitas. No início dos anos 2000, o prefeito Marcelo Déda (PT) fez obras de revitalização urbana e substituiu as casas de palafita por alvenaria. Atualmente, residem no mesmo bairro comunidades de pescadores e setores da classe média.

Nos últimos 30 anos (a partir de 1990), surgiram os primeiros condomínios fechados, inspirados nos subúrbios estadunidenses, como uma alternativa para a classe média e alta se refugiarem da violência urbana, ao mesmo tempo em que passaram a habitar áreas mais próximas da natureza, caso do Bairro Atalaia. A ocupação para a Zona de Expansão aconteceu de forma mais intensa a partir dos anos 2000.

Enquanto isso, a população de baixa renda foi sendo gradativamente empurrada para áreas com pouca infraestrutura e até mesmo para outros municípios da região metropolitana de Aracaju.

O MTST foi fundado em Aracaju em 2017, em um cenário de déficit habitacional e demonstrou que a cidade também sofre com a questão de moradia, problema que a acompanha desde a sua fundação. Segundo a Fundação João Pinheiro, em 2019, estimava-se que o déficit habitacional na região metropolitana de Aracaju era de cerca de 32 mil moradias. Atualmente, o MTST conta com duas ocupações localizadas em bairros pobres da cidade, que possuem carência de investimento público.

O grupo fundacional do MTST reuniu militantes que já possuíam experiência com movimentos de moradia (MOTU, MST e ocupações auto-organizadas). Para iniciar a atuação do Movimento, foi realizado um mapeamento das áreas mais pobres da cidade, pois, supostamente, ali habitavam os sujeitos mais dispostos a se engajar no movimento social de moradia. Posteriormente, foram viabilizadas as primeiras reuniões para organização do Movimento.

A primeira ocupação do MTST aconteceu em um terreno pertencente ao Estado, na zona norte de Aracaju, no bairro Japãozinho, e se mantém até os dias atuais. Está localizada em um bairro pobre e periférico, já na divisa de Aracaju com o município de Nossa Senhora do Socorro. A ocupação leva o nome de Beatriz Nascimento, historiadora negra sergipana vítima de feminicídio. Dessa primeira ocupação, participaram trabalhadores advindos dos bairros Porto Dantas e Japãozinho, ambos localizados na zona norte da capital Aracaju. São homens e mulheres entre 18 e 50 anos de idade, que, em sua maioria, ocupam postos de trabalho informal. A escolha dos nomes das ocupações sempre busca homenagear mulheres negras envolvidas em histórias de lutas por direitos.

Após realizar sua primeira ocupação, o MTST conseguiu abrir uma negociação com o Estado. Segundo Modesto (2019),

Em junho de 2018, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto conquistou a posse do terreno onde estão assentados, de modo que ficou acordado entre o Movimento e o poder público que o terreno abrigue, além das novas

habitações, a escola de ensino médio para a qual havia sido destinado, originalmente, o terreno ocupado, para que não haja disputa de direitos entre educação e moradia (MODESTO, 2019, p. 44).

Contudo, foram cedidos apenas 4.000 m², sendo que o terreno possui 15.000 m². O acordo consistia em construir uma escola pequena, para que a maior parte do terreno fosse destinado à moradia. Até o momento desta publicação, a escola não foi construída, e o MTST aguarda um programa social de moradia para a construção das casas (MODESTO, 2019).

A atuação do Movimento está enfrentando a lógica da especulação imobiliária em Aracaju. Em 2018, foi criada a ocupação denominada “Marielle e Anderson vivem”. Os sem-teto que participaram dessa ocupação são trabalhadores que residiam no Bairro Coroa do Meio. Um terreno no mesmo bairro foi ocupado, próximo a um dos *shopping centers* da cidade, o Shopping Rio Mar. Como estava em área de interesse imobiliário, a ocupação logo foi reprimida. Uma mulher gestante foi baleada e os militantes foram realocados para um galpão localizado no Bairro América (zona oeste da cidade).

Tal manobra é uma tática muito utilizada pelo Estado, pois, combinando repressão com confinamento de muitas pessoas em um espaço pequeno, é possível desmobilizar e desgastar o Movimento, criando rivalidades entre seus membros devido ao conflito causado pela convivência excessiva em espaços, muitas vezes, insalubres e sem nenhuma infraestrutura, além da experiência de serem reprimidos/criminalizados enquanto lutam por um teto.

No final de 2018, foi realizada outra ocupação na zona sul (Ocupação Marielle e Anderson Revivem), no terreno onde se localizava o clube dos servidores públicos de Sergipe, no Bairro Mosqueiro, Zona de Expansão da capital. Nessa ocupação, utilizou-se a tática de promoção de atividades culturais para os membros da ocupação. Foram desenvolvidos saraus, horta orgânica, formações políticas e oficinas, fundamentais para a criação da identidade do trabalho coletivo entre os sem-teto, ajudando a construir relações entre os sujeitos da ocupação. A reintegração de posse aconteceu em abril de 2019, por ordem do prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira (PCdoB).

No fim de 2019, surgiu uma nova ocupação, com o nome de Valdice Teles, situada no Bairro Santa Maria, uma das áreas de expansão urbana da cidade. Este bairro é o mais pobre de Aracaju: é carente de infraestrutura, saneamento e serviços básicos. O pedido de reintegração de posse decorreu alguns meses depois. Mas, devido à pandemia da Covid-19 e à proibição dos despejos durante esse período, a reintegração de posse foi adiada, não tendo ocorrido até o momento desta publicação.

Atualmente o Movimento conta com duas ocupações em Aracaju (Beatriz Nascimento e Valdice Teles) e uma cozinha solidária no município de São Cristóvão. A inauguração da cozinha solidária representa uma consolidação do Movimento na região metropolitana de Aracaju e também a expansão de sua influência política para além dos limites da capital.

Considerações finais

A implementação de um novo modelo de produção no Brasil – o modelo urbano-industrial – ocasionou uma intensa mobilidade do trabalho campo-cidade. Tal condição provocou um acelerado crescimento das cidades, principalmente da Região Concentrada. Os recém-chegados iam habitar, em sua maioria, as periferias, os subúrbios e favelas. Transformaram-se em proletariado urbano e começaram a viver em condições precárias nos centros urbanos.

Com o advento do neoliberalismo, que culminou na retirada dos direitos sociais na década de 1990 e na piora das condições de vida do trabalhador urbano, o MST observa uma mudança na conjuntura e designa alguns militantes para construir um novo movimento urbano na cidade, dando origem ao MTST, que, nos anos seguintes, passa por uma série de mudanças, culminando em sua nacionalização, em 2009.

Atualmente, o MTST se configura como um dos movimentos mais atuantes nas cidades e está em fase de ascensão. Sua atuação contribui para organizar a classe trabalhadora em seus locais de moradia e possibilita aos sem-teto do Brasil disputarem a produção do espaço urbano através das ocupações. Além disso, ao ocupar o solo urbano, chama a atenção da sociedade para o déficit habitacional e aponta a contradi-

ção de que há muitas pessoas sem casa, ao mesmo tempo em que há muitos imóveis vazios servindo aos interesses da especulação imobiliária.

Em Aracaju, o Movimento está em sua fase inicial de espacialização, mas já possui um reconhecimento na cidade, sendo um dos maiores e mais atuantes, com duas ocupações e envolvendo mais de 600 militantes e famílias em suas ocupações. A disputa por moradia envolve trabalhadores de baixa renda, sem-teto e ocupações em áreas nas diferentes regiões da cidade. Durante a pandemia da Covid-19, o Movimento ampliou sua influência através de campanhas de solidariedade de classe e da inauguração de uma cozinha coletiva, no município de São Cristóvão, na região da Grande Aracaju, e vem expandindo sua base social para além dos limites da capital sergipana. **US**

notas

1. A crise da dívida é caracterizada pelas altas taxas de juros, fuga dos capitais externos, destruição do potencial de investimento das estatais e desequilíbrio das contas públicas. Tal cenário foi resultado do endividamento externo promovido na década de 1970.
2. A Fundação João Pinheiro é uma instituição estadual que pertence ao governo de Minas Gerais. Atua nas áreas de ensino e pesquisa. Tem fornecido dados estatísticos sobre demografia e desenvolvimento econômico e social.

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BARBOSA, M. História de um tabuleiro de xadrez: fragmentos de uma cidade inventada. In: **Mnemosine**. Vol. 11, n. 1, 2015. Rio de Janeiro-RJ, p. 2-22.
- BONDUKI, N. Do governo Vargas ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana: as tentativas pioneiras de enfrentar a questão urbana. In: BONDUKI, N. (org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil: do seminário de habitação e reforma urbana ao plano diretor de São Paulo**. 1 ed. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018, p. 15-35.
- _____. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação liberdade, 1998.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. 4. ed. São Paulo (SP): Autonomia Literária. 2015.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 9 ed., 2ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2015.
- _____. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 53-74.
- DINIZ, Dora Neuza Leal. **Aracaju: a construção da imagem da cidade**. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- FALCHETTI, C. **Ação coletiva e dinâmica urbana: o MTST e o conflito na produção da cidade**. São Paulo, SP: 2019 (tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UERJ, 2011.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil - 2016-2019**. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: FJP, 2021.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. 1 ed. São Paulo: Loyola, 1991.
- GOULART, D. C. **O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**. Marília, SP: 2011 (tese de doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 1 ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MODESTO, E. A. **Organização espacial e política das ocupações do MTST em Aracaju/SE e seus desdobramentos habitacionais**. 2019. 114 p. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10 ed. - São Paulo: Contexto, 2019.
- SILVA, M. G. C. F. Reforma urbana Pereira Passos: resistências de uma população excluída. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 50, n. 1, mar./jun., 2019, p. 409-447.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.
- WESTIN, R. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em: 09 ago. 2022.

referências

Análises sobre a dimensão da participação social para a política pública de liberdade religiosa no Rio de Janeiro

Maíra Carrera Silva

Mestranda na Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: mairacscarrera@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo demonstrar a importância da participação social para o planejamento, criação e manutenção de políticas públicas de liberdade religiosa no estado do Rio de Janeiro. A metodologia é qualitativa e se desenvolve a partir de experiências empíricas da autora, que atuou junto à equipe do Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (CEPLIR), órgão pertencente à extinta Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do estado do Rio de Janeiro, durante o ano de 2017, e através de pesquisas bibliográficas e documentais realizadas sobre o desenvolvimento da política de liberdade religiosa no Rio de Janeiro. Para alcançar o objetivo, é preciso também contextualizar historicamente a criminalização e o processo de construção da legitimidade e proteção das religiosidades afro-brasileiras por parte do Estado brasileiro. No que diz respeito à participação social, este artigo parte do conceito gramsciano de “estado ampliado”, analisando a relação entre movimentos sociais e administração pública e a influência destes movimentos para a efetivação de políticas públicas. Ao longo dos séculos, pode-se constatar o Estado como agente direto da criminalização e perseguição das religiosidades afro-brasileiras, através de aparatos jurídicos e do uso da força policial para prender mães/pais de santo e adeptos, para a destruição e fechamento de terreiros e apreensão de objetos sagrados. Nas últimas décadas, entretanto, é possível observar a absorção de demandas do movimento negro e dos povos de terreiro por parte do Estado, através de legislação, criação de secretarias, comissões e órgãos executivos e de controle social voltados à defesa e promoção da liberdade religiosa. A compreensão das religiosidades afro-brasileiras como integrantes importantes da cultura e identidade brasileira, dignas de liberdade e proteção, foi construída pelas lutas travadas pelo movimento negro, que pressionam e articulam a implementação de políticas públicas de igualdade racial e liberdade religiosa. Dessa forma, enxergamos o Estado como um campo em constante disputa pelas diferentes camadas da sociedade civil, utilizando mecanismos de repressão e de consenso.

Palavras-chave: Intolerância Religiosa. Racismo. Política Pública.



Introdução

A experiência de inserção na política pública de liberdade religiosa foi fundamental para a compreensão de que os instrumentos da política pública de Direitos Humanos, em especial aqueles voltados às demandas da população negra, são fruto da histórica e constante luta e organização política do movimento negro e dos povos de terreiro. Ao menor sinal de contingenciamento de gastos da máquina pública, essas políticas são as primeiras a serem desestruturadas e, se mantêm alguma continuidade, esse fato é atribuído ao compromisso das pessoas que estão à frente desses projetos, pois sua militância está para além do cargo público ou político ocupado: resistem para que possam continuar sobrevivendo e vivendo de forma

a preservar seus direitos, sua cultura, religiosidade, memórias e ancestralidade. A partir dessa percepção, este artigo se propõe a demonstrar como a participação social da sociedade civil organizada foi e ainda é imprescindível para a existência da política pública de liberdade religiosa no estado do Rio de Janeiro.

A relevância da pesquisa sobre a temática justifica-se pelo próprio cenário sócio-histórico brasileiro de forte ataque às casas de umbanda e candomblé, recentemente incentivado por grupos armados locais e neopentecostais. De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), apenas em 2020, o estado do Rio de Janeiro registrou 1.355 crimes relacionados à intolerância religiosa, revelando uma média de

mais de três casos por dia. O cenário já alarmante é provavelmente pior considerando as subnotificações e os crimes nunca denunciados devido ao medo que as vítimas têm de retaliação, já que muitas violências ocorrem em áreas dominadas por facções criminosas que se autointitulam evangélicas.

No que diz respeito às políticas públicas de proteção do estado, a liberdade religiosa se constituiu através da distinção entre as “religiões que deveriam receber proteção” daquelas historicamente perseguidas. Apesar da liberdade religiosa ser garantida por lei, após luta e resistência social contra mecanismos estatais racistas, que, durante muito tempo, reforçaram a discriminação racial e a perseguição religiosa, experimentamos na atual conjuntura um cenário de alto índice de denúncias contra a “intolerância religiosa”, com baixa resolução destas, assim como o sucateamento e fragmentação das políticas públicas de direitos humanos.

Ademais, é de extrema importância a produção acadêmica acerca da temática neste momento em que o fundamentalismo religioso avança, entranhado nas relações sociais, com destaque para as disputas políticas, instituições, mídias, escolas e instituições de saúde. Segundo dados do Disque 100, do Ministério de Direitos Humanos, foram registrados 1500 casos de intolerância religiosa entre 2015 e 2017. As religiões preponderantemente afetadas são umbanda e candomblé.

Fundamentação teórica, contexto sócio-histórico, discussão bibliográfica e interpretação

A imprensa no século XIX teve papel fundamental na construção de narrativas que colocaram as religiões afro-brasileiras como retrato da inferioridade do povo negro, publicando e descrevendo na seção policial as habituais repressões que os terreiros sofriam pelas instituições responsáveis pela criminalização dessas práticas religiosas. Essas narrativas moldavam o candomblé, a umbanda e demais segmentos afro-brasileiros no lugar do exótico, do folclórico, do farsante, nomeando-os como “baixo espiritismo” (em oposição ao kardecismo, religião espírita cristã,

de origem francesa, considerado “alto espiritismo”), “curandeirismo”, “feitiçaria”, “magia negra” e “charlatanismo”, entre outros termos racistas que buscavam demonizar e deslegitimar estes ritos enquanto constituintes e sobreviventes de uma cultura religiosa ancestral complexa, cheia de significados, preservados pela oralidade do povo afrodescendente.

Entre 1890 e 1941, era comum que os ritos de umbanda e candomblé fossem interrompidos pelas invasões da polícia: o Código Penal de 1890 criminalizava, em seus artigos 157 e 158, as práticas nomeadas de “espiritismo, “magia e sortilégios” e o “curandeirismo”. No estado da Bahia, entretanto, já se praticava a perseguição contra as religiões afro-brasileira desde 1831, através do código de posturas da cidade de Salvador, conforme apontado por Antônio Liberac Pires:

O código de posturas da cidade de Salvador revela que, em 1831, a Câmara Municipal de Salvador proibia os “batuques”, danças e ajuntamentos em qualquer hora e lugar, sob pena de oito dias de prisão. A expressão “batuque”, repleta de significados, podia representar diversas expressões culturais. Em 1831, as autoridades aumentaram a pena para quinze dias e oito mil réis de multa pela prática do “batuque” (PIRES, 2004, p. 38).

As invasões da polícia eram marcadas pela destruição dos terreiros, sequestro dos objetos sagrados e assentamentos – a escolha pelo termo sequestro se dá pelo fato de se tratar de apreensões irregulares, mesmo sob a legislação vigente na época, tendo em vista que eram realizadas sem ocorrência de processo criminal – e pela prisão dos pais/mães de santo, levados à delegacia, ainda que, em certas ocasiões, estes estivessem incorporados em seus orixás. Há ainda registros de líderes religiosos que, durante as prisões, eram obrigados a encenar seus ritos realizados em terreiros para os policiais e para a imprensa.

As imagens dos orixás, vestimentas, atabaques, fios de conta, assentamentos e todos os objetos sagrados apreendidos durante as prisões eram, inicialmente, estudados como vestígios do crime de “magia de negra” e compunham os objetos do trabalho de perícia da Escola de Polícia, criada em 1912. Depois, passaram a ser armazenados no Museu da Polícia Civil, no mesmo prédio que sediava a antiga sede do

DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), centro de tortura durante o regime militar. Em 1938, a polícia civil realizou o tombamento do acervo. Em 1942, o acervo foi nomeado de “Museu de Magia Negra”, e as peças foram integradas à “Seção de Tóxicos, Entorpecentes e Mistificações” do DOPS. Em 1972, a sede do Museu da Polícia foi transferida para a Rua Frei Caneca, onde uma exposição do acervo foi montada e, a partir de então, estudos e pesquisas sobre os objetos puderam ser feitos.

Apenas em 2017, a campanha “Liberte o Nosso Sagrado” deu origem a um inquérito junto ao Ministério Público, exigindo que o acervo pertencente aos povos de matriz africana, armazenado pela polícia, fosse transferido para o Museu da República, com a participação ativa das lideranças religiosas nas decisões referentes à exposição das peças, determinando a forma, quando e como deveriam ser exibidas. A campanha foi encabeçada por líderes religiosos afro-brasileiros e integrantes do movimento negro, como a Mãe Meninazinha D’Oxum, e é fruto de uma luta antiga dos religiosos que presenciaram as prisões e sequestros do seu sagrado e que passaram adiante aos seus mais novos a luta pela devolução de seus acervos. A campanha conseguiu, além da transferência, a alteração do nome do acervo, até então denominado de “magia negra” para “Coleção do Sagrado Afro-Brasileiro”.

As conquistas legislativas referentes ao combate ao racismo e ao incentivo à liberdade religiosa podem ser observadas apenas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. A Constituição objetiva os direitos humanos essenciais ao homem e a mulher e classifica o racismo, até então caracterizado como contravenção penal. Em seguida, em 1989, a Lei Caó é promulgada, definindo como crime as práticas preconceituosas que impedissem ou dificultassem o acesso a espaços públicos de pessoas negras e instaurando penas de reclusão. Em consonância com esse processo, o direito fundamental à liberdade religiosa foi consagrado nesta constituição cidadã, significando a possibilidade de qualquer indivíduo aderir a alguma religião e exercer o respectivo culto:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos

brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: VI - É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias (CF 1988).

A definição de racismo enquanto crime foi apresentada pela criação da Lei Caó (nº 7.716/89). O nome faz menção ao autor da lei, Carlos Alberto Caó Oliveira, militante do movimento negro e então deputado federal. O decreto alterou a Lei Afonso Arinos, de 1951, pioneira na inclusão das práticas de preconceito de raça/cor entre as contravenções penais, com punição de multas e prisão simples. Do mesmo modo, regulamentou o artigo 5º da Constituição Federal, que diz: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (grifo nosso). A Lei Caó tipifica o racismo como um crime direcionado à coletividade e, portanto, não depende de representação da vítima para ser denunciado, permitindo, inclusive, que seja a denúncia feita pelo próprio Ministério Público.

As pautas sobre racismo foram, em parte, integradas à Constituição Cidadã, através da luta de movimentos sociais da causa racial nas décadas de 1970 e 1980, como o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado, que buscavam o reconhecimento e a inclusão social igualitária do negro na sociedade, além da valorização de sua história e cultura. A trajetória dos movimentos negros demandava a ampliação do acesso às políticas públicas, que excluía a população pobre, de maioria negra e parda. Nesse sentido, a Constituinte de 88 reestruturou o âmbito das políticas sociais, como a universalização dos Sistema Único de Saúde, a oferta do Ensino Fundamental gratuita e a ampliação dos benefícios da Assistência Social.

Na década de 1990, surge uma nova geração dentro do movimento negro brasileiro, guiando suas lutas em prol do desenvolvimento de políticas públicas de Estado mais específicas para o enfrentamento à questão racial e iniciando as discussões sobre racismo institucional e sobre a criação de programas de ações

afirmativas. O racismo institucional surge como uma nova categoria analítica sobre a desigualdade racial para além da crítica às condutas discriminatórias declaradas, identificando o sistema de desvantagens para pessoas negras, permeado no funcionamento das instituições e em seus procedimentos e, inclusive, na elaboração e implementação de políticas públicas (JACCOUD, OSÓRIO, SOARES, 2008).

A década também foi marcada por episódios de racismo e discriminação religiosa de grande repercussão, fortalecendo o debate em torno desses crimes de ódio. Em 12 de outubro de 1995, o “chute na Santa”, episódio protagonizado pelo Bispo Sérgio Von Helder em que uma imagem de Nossa Senhora Aparecida é chutada em rede nacional, foi exibido em um dos maiores programas televisivos da Igreja Universal do Reino de Deus, o “Palavra de Vida”, da emissora Record. Fato de grande repercussão e bastante emblemático de racismo religioso, que fomentou a discussão em torno da problemática.

A grande repercussão midiática e o extenso alcance da população à discussão em torno do fanatismo religioso e das práticas discriminatórias contra religiões abriram terreno para que, em 1997, a Lei Caó (nº 7.716/89) recebesse uma emenda, que incluía o crime de intolerância religiosa aos crimes puníveis a partir da Lei do Racismo.

Art. 1º - Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97).

Ainda que a discriminação e a violência contra as religiões afro-brasileiras tenham sido práticas institucionalizadas durante décadas no Brasil, é a partir da inclusão desta emenda – generalista, que iguala as discriminações contra qualquer tipo de credo – que se torna possível a tipificação criminal dos ataques destinados a praticantes das religiões de matriz africana. Apesar de discordar da escolha do termo “intolerância religiosa”, principalmente por esta figurar dentro do crime de racismo, é preciso reconhecer a importância desta legislação no que tange à tipificação e à nomeação do preconceito contra os povos de axé. Porém, não cumpre efetivamente a função

de promover proteção social aos grupos de religiões afro-brasileiras.

A partir da experiência enquanto integrante de uma equipe que atendia às vítimas de “intolerância religiosa”, durante o ano de 2017, no Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos, e tendo em vista os dados obtidos a partir dos atendimentos e de estudos sobre a temática, posso afirmar que, no que diz respeito aos assédios e às agressões destinadas aos praticantes da umbanda, candomblé e outros ritos de mesma origem étnica, que estes compõem a maioria esmagadora dos episódios e são fruto direto de uma cultura racista, que nega a existência e a legitimidade das heranças culturais do povo negro.

No ano de 2008, a partir de um cenário intolerante que se evidenciava na cidade do Rio de Janeiro, com líderes das religiões de matrizes africanas sendo perseguidos em comunidades dominadas por milícias e traficantes e com episódios de diversos terreiros sendo invadidos e depredados, uma grande mobilização criou a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), cujo trabalho desenvolvido, voluntariamente por seus membros e participantes e sem apoio político ou governamental, trouxe, em sua composição religiosos, diferentes segmentos, mas, principalmente, os adeptos da umbanda e do candomblé. A CCIR foi fundamental para a elaboração da base do Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

Em 2009, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH-RJ), através da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, realizou a I Jornada Estadual de Direitos Humanos e Liberdade Religiosa, enfrentando a intolerância religiosa contra as religiões de matrizes africanas. Como desdobramento, aconteceu, no mesmo ano, o I Seminário Estadual sobre Intolerância Religiosa e Direitos Humanos. Ainda em 2009, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), documento que trouxe apontamentos para algumas ações programáticas, objetivando a promoção do respeito, a liberdade de crença e a construção de uma cultura de paz.

Em 2011, o Rio de Janeiro, mais uma vez, saiu à frente, com uma iniciativa inédita: a SEASDH-RJ cria o Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Intolerân-

cia e à Discriminação Religiosa para a Promoção dos Direitos Humanos (GTIREL), composto por membros da sociedade civil organizada, 26 representantes de segmentos religiosos diferentes, universidades e órgãos públicos apoiadores da causa. O grupo tem por finalidade a discussão, o acompanhamento, o monitoramento e o desenvolvimento de ações a respeito da liberdade religiosa. Em 4 de junho de 2009, é aprovado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir) e instituído o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. A aprovação e publicação das ações e programação de metas do plano, propostas pelo comitê, são como um provimento dos meios necessários para a realização do trabalho do comitê. O Planapir estabelece seus objetivos através da divisão em diversos eixos: trabalho e desenvolvimento econômico, educação, saúde, diversidade cultural, direitos humanos e segurança pública, comunidades remanescentes de quilombos, povos indígenas, comunidades tradicionais de terreiro, política internacional, desenvolvimento social e segurança alimentar, infraestrutura e juventude.

No ano de 2010, através da Lei nº 12.288, o Estatuto da Igualdade Racial é instituído e seus objetivos são combater a discriminação racial, efetivar medidas e ações para a promoção da igualdade racial e defender os direitos étnicos individuais, coletivos e difusos da população negra (Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 21/7/2010). O estatuto é primordial para o aprofundamento das políticas específicas da temática racial, pois estabelece proposições setoriais, buscando enfrentamento em todas as áreas do direito, elaborando propostas sobre os direitos fundamentais à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à liberdade de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos. Elabora também propostas que visam à ampliação do acesso à terra, à moradia, ao trabalho e aos meios de comunicação.

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) foi instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, sendo regulamentado apenas em 5 de novembro de 2013, através do Decreto nº 8.136. Trata-se de um sistema integrado de organização e articulação do conjunto de políticas voltadas para a temática racial. O Sinapir tem a função de observar,

organizar e promover a efetivação das diretrizes das políticas de igualdade racial, nas diferentes esferas governamentais, fazendo o controle da política pública através de monitoramento e avaliações, garantindo a participação da sociedade civil. Ademais, é também responsável pelo desenvolvimento de estratégias voltadas para o planejamento e o orçamento dos programas de superação da desigualdade racial.

A partir de demanda do GTIREL, o Centro de Promoção da Liberdade Religiosa & Direitos Humanos (CEPLIR) foi criado em julho de 2012, integrando a SEASDH-RJ e sendo o primeiro órgão público brasileiro destinado exclusivamente ao atendimento às vítimas de intolerância religiosa. Nesse mesmo ano, a quantidade de denúncias de intolerância religiosa recebidas pelo Disque 100 cresceu 626% em comparação à estatística de 2011. Entretanto, esses dados não representam a totalidade dos casos de intolerância no país, levando em consideração que não há nenhuma instituição responsável por contabilizar os dados nacionais. E muitos religiosos não denunciam, em virtude da falta de equipamentos públicos que tratem da questão, da falta de informação sobre os direitos e da pouca relevância com que o crime é tratado pelo Judiciário. Além disso, a maioria dos casos denunciados são subnotificados, sem a tipificação correta de acordo com a Lei Caó. A ausência de dados nacionais consistentes que dialoguem com os obtidos em âmbitos estaduais e as subnotificações dos casos retratam como a temática ainda não é tratada como um problema estrutural, decorrente do racismo.

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) foi instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, sendo regulamentado apenas em 5 de novembro de 2013, através do Decreto nº 8.136. Trata-se de um sistema integrado de organização e articulação do conjunto de políticas voltadas para a temática racial.

No estado do Rio de Janeiro, a tensão entre o aumento de denúncias de racismo religioso e a pressão dos movimentos sociais pela intervenção estatal culminou, principalmente, na criação da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, no surgimento do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Intolerância

e Discriminação Religiosa para a Promoção dos Direitos Humanos e, em seguida, na criação do Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos, citado aqui anteriormente.

Um dos principais canais de recebimento de denúncias do CEPLIR, além das vias telefônica e presencial, é o Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), direcionado para acolher denúncias de todo o território nacional. Através dele, foram registrados 697 casos de intolerância religiosa no período de 2011 a 2015, com os maiores índices concentrados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Já no âmbito estadual, no período de abril de 2012 a dezembro de 2015, o CEPLIR registrou 1080 denúncias de intolerância religiosa.

Em 2015, o Laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER) elaborou o Relatório de Intolerância Religiosa no Brasil, dividindo os dados produzidos sobre as denúncias recebidas pelo CEPLIR em dois períodos: o período anterior e o período posterior à entrega do Pré-Relatório de Intolerância Religiosa no Brasil, divulgado pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), em 18 de agosto de 2015, a fim de analisar o impacto desta iniciativa sobre o acesso dos grupos religiosos aos instrumentos da política pública de liberdade religiosa. Dessa forma, foi constatado que, antes da entrega do relatório preliminar, o órgão havia recebido, até agosto de 2015, 1014 denúncias, sendo 71% delas oriundas de religiões afro-brasileiras. Após a entrega, entre setembro e dezembro de 2015, o CEPLIR recebeu 66 denúncias, concentrando 30% das vítimas entre os candomblecistas.

Entre dezembro de 2015 e outubro de 2016, o CEPLIR não realizou novos atendimentos, pois encerrou-se o contrato de sua equipe, até então vinculada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Apenas em outubro de 2016, através de um projeto elaborado pelas coordenadoras do CEPLIR, Flávia Pinto e Lorrana Machado, apresentado e aprovado pela Fundação Palmares, uma nova equipe foi selecionada, da qual fez parte, a partir de um vínculo de projeto de extensão pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Por esse motivo, há um lapso temporal entre a produção dos dados. Apesar das dificuldades enfrentadas pela descontinuidade do programa

do CEPLIR, o GTIREL, através de seus membros – religiosos de diversos segmentos, membros do movimento negro e outras instituições, como o Ministério Público – continuou a se reunir semanalmente, discutindo as pautas referentes à promoção da liberdade religiosa, encaminhando as denúncias recebidas aos órgãos parceiros e trabalhando em prol de uma articulação que possibilitasse o retorno do CEPLIR o quanto antes.

Entre dezembro de 2016 e novembro de 2017, através do projeto de extensão da Universidade Federal Fluminense “Promoção e Defesa da Liberdade Religiosa”, integrei a equipe multidisciplinar do Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (CEPLIR), órgão pertencente à extinta Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do estado do Rio de Janeiro, que tem como objetivo atender às vítimas de “intolerância religiosa” e realizar ações de combate ao racismo religioso e promover a liberdade religiosa em todo o estado. Criado em 2012 através da demanda do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Intolerância e Discriminação Religiosa para a Promoção dos Direitos Humanos (GTIREL/RJ) – que reunia lideranças religiosas de diversos segmentos, membros da sociedade civil e do poder público –, foi o primeiro equipamento público brasileiro destinado exclusivamente ao atendimento às vítimas de “intolerância religiosa”. Além disso, realizava capacitações sobre liberdade religiosa para servidores públicos, para professores e para a sociedade civil de forma geral.

Como apontado, observamos que a política pública de liberdade religiosa no Rio de Janeiro tem se mostrado ineficiente, sofrendo com sua descontinuidade e com os escassos núcleos de atendimento às vítimas, com estrutura e orçamento precários. O CEPLIR, desde sua criação, sofreu com a instabilidade da política pública de direitos humanos, dificultando a eficiência e continuidade de seu trabalho. Ao final de 2015, com o sucateamento da UERJ, sua equipe foi desligada e os atendimentos interrompidos. Após contrato com a Fundação Palmares e a UFF, por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão, foi possível a criação de uma nova equipe e os atendimentos foram retomados, sendo mantidos entre dezembro de 2016 a dezembro de 2017. Com o fim do contrato, a coor-

denação à frente do CEPLIR solicitou a incorporação do órgão pela então Secretaria de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos, apresentando relatórios dos atendimentos e das atividades de capacitação, pesquisa e extensão realizadas pela entidade. Essa incorporação não foi realizada, e somente alguns funcionários do extinto CEPLIR continuaram prestando atendimentos às vítimas, através da estrutura da Superintendência de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Religiosa, até o final de 2019. Entretanto, esse atendimento se reduzia ao acompanhamento jurídico, sem a participação de assistentes sociais e psicólogos.

O CEPLIR foi o primeiro órgão com atividades de atendimento especializado às vítimas, oferecendo apoio psicológico e acompanhamento dos desdobramentos de suas denúncias. Outras ações pioneiras que colocam o órgão como primordial e modelo a ser seguido nos demais estados e municípios são: oferta de atendimentos especializados (social, psicológico e jurídico) às vítimas de racismo religioso, acompanhamento jurídico das investigações, pressão exercida pelo órgão sobre as instituições acerca do cumprimento das leis de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, elaboração de cartilhas, campanhas e material informativo, articulação com os movimentos sociais e suporte às suas manifestações, inserção dentro do campo universitário com incentivo à produção de conhecimento sobre a temática racial e de diversidade religiosa e realização de seminários e capacitações destinados às instituições públicas. Tudo em busca da conscientização e sensibilização dos agentes do poder público, que resultava em um chamado à responsabilidade das instituições e à adesão de uma postura de parceria com o CEPLIR, que requeria ajuda especializada do órgão para o cumprimento correto da Lei Caó.

A extinção do órgão representa um grande atraso e a negligência à política pública de Direitos Humanos. O sucateamento dessas políticas públicas – diga-se de passagem, ainda embrionárias e carentes de consolidação – vem sendo executado desde o governo estadual de Luiz Fernando Pezão e foi intensificado após sua saída, explicitando a conduta política do governo do estado, assumido por Wilson José Witzel, do Partido Social Cristão, em janeiro de 2009. Sua

extinção deixa os povos de matrizes africanas do Rio de Janeiro sem referências de apoio e sem proteção estatal especializada, tendo em vista que o CEPLIR era um organismo que recebia denúncias de todo o estado do Rio de Janeiro.

Ainda assim, o movimento negro e os movimentos sociais ligados à diversidade e à liberdade religiosa conseguiram conquistar alguns avanços durante o ano de 2018, ainda sob a gestão do governador Pezão. Com a vigente desestruturação do CEPLIR, o Conselho Estadual dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial (CEDINE) e outras instâncias ligadas à temática racial pressionaram pela aprovação do Conselho Estadual de Promoção da Liberdade Religiosa (CONEP-LIR), regulamentado em setembro de 2019, visando substituir o Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Intolerância e Discriminação Religiosa para a Promoção dos Direitos Humanos (GTIREL), sendo compos-

A extinção do órgão CEPLIR representa um grande atraso e a negligência à política pública de Direitos Humanos. O sucateamento dessas políticas públicas – diga-se de passagem, ainda embrionárias e carentes de consolidação – vem sendo executado desde o governo estadual de Luiz Fernando Pezão e foi intensificado após sua saída, explicitando a conduta política do governo do estado, assumido por Wilson José Witzel, do Partido Social Cristão, em janeiro de 2009.

to por 32 membros titulares, a maioria advinda da sociedade civil: três representantes eleitos por entidades de defesa dos direitos humanos e liberdade religiosa e 21 de diversos segmentos religiosos, incluindo ateus e agnósticos. Os principais objetivos do novo conselho são: propor políticas públicas para a promoção da liberdade religiosa, acompanhar denúncias e fiscalizar o cumprimento da legislação.

A atual estrutura da política pública de Direitos Humanos do Rio de Janeiro encontra-se da seguinte forma: Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH) – dividida em cinco subsecretarias e uma delas destinada aos direitos humanos –, Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos e os conselhos vinculados à pasta. Entre eles, cabe destacar aqueles ligados à temática racial e

de liberdade religiosa: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH), Conselho Estadual dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial (CEDINE), Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND) e Conselho Estadual de Promoção da Liberdade Religiosa (CONEPLIR). Dentre os 92 municípios do Rio de Janeiro, apenas 24 possuem órgãos de promoção da igualdade racial.

Apesar da pouca expressividade da temática na política pública no estado, a Superintendência de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Religiosa obteve uma conquista no ano de 2019 que pode iniciar uma mudança neste cenário: o estado do Rio de Janeiro aderiu ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), assumindo, então, a estruturação da política de igualdade racial nos municípios e garantindo a destinação de recursos federais para a execução de programas voltados à população negra, incluindo verbas para a capacitação de agentes públicos em todo o estado. Ainda em 2018, foi aprovado o Plano Nacional de Superação da Intolerância Religiosa, luta antiga do GTIREL, que envolve as áreas da educação, saúde, direitos humanos e setores fiscais, além de formação técnica de todos os quadros pertencentes ao estado sobre a temática da liberdade religiosa, nos níveis municipal, estadual e federal. Também em 2018, a cidade do Rio de Janeiro passou a contar com a Delegacia de Crimes Raciais e Intolerância Religiosa (DECRADI) – sendo uma única unidade em todo o estado. Em 2021, foi aprovada a Lei nº 9.271/21, que obriga o governo do Rio a criar mais unidades de Delegacias de Crimes Raciais, expandindo para outras regiões do estado, com foco na Baixada Fluminense e em Campos dos Goytacazes. A aprovação do projeto de expansão e interiorização das DECRADIs é fruto da pressão realizada pelo movimento negro e pelos povos de terreiro do estado, com destaque para as articulações realizadas pela Baixada e pelo município de Campos, que sofrem com uma intensificação de casos de intolerância religiosa.

Em fevereiro de 2020, a SEDSODH, com o apoio da Prefeitura de Nova Iguaçu, localizada na Baixada Fluminense – área que concentra cerca de 33% dos terreiros do estado (Presença do Axé: Mapeando Terreiros no Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2013) – criou

o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Intolerância Religiosa (NAVIR), para atender às vítimas de racismo e intolerância religiosa e atuar no combate e prevenção desses casos, fruto da demanda dos povos de terreiro, em virtude da quantidade crescente de casos de racismo religioso na região. O NAVIR conta com uma estrutura parecida com a do CEPLIR, sendo composto por advogados, psicólogos e assistentes sociais prestando atendimentos aos usuários, mas sua área de atuação é restrita aos municípios da Baixada Fluminense.

A articulação e pressão de lideranças e movimentos sociais da Baixada Fluminense, Campos dos Goytacazes e do Rio de Janeiro como um todo, culminou, em maio de 2021, na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito Contra a Intolerância Religiosa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), com o intuito de apurar as causas e consequências da intolerância religiosa, definir políticas públicas de enfrentamento, prioridades, estratégias, normas e recomendações aos órgãos públicos do estado, para promover a liberdade religiosa. Foram ouvidas dezenas de líderes religiosos, vítimas, autoridades e especialistas do assunto.

A CPI aprovou, em dezembro do mesmo ano, o relatório final com 35 recomendações a órgãos públicos, entre as quais, destaco: que a Polícia Civil e o Ministério Público incluam nas denúncias ou investigações dos crimes de intolerância religiosa os nomes de líderes religiosos como mentores ou coautores do crime quando há indícios de sua participação; que o estado inclua as vítimas que perderam suas moradias no programa Aluguel Social; que sejam executados projetos nas escolas estaduais que visem ao combate ao racismo religioso; que o Instituto de Segurança Pública (ISP) divulgue, anualmente, informações relativas à intolerância religiosa e ao racismo religioso, para subsidiar a criação de políticas públicas de segurança; e que a Secretaria de Estado de Polícia Civil fortaleça os aparatos de denúncia existentes, como a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI) e o Disque Denúncia, e que inclua um treinamento em relação ao atendimento às vítimas de racismo religioso na grade extracurricular do curso de formação dos agentes da Polícia Civil.

Considerações finais

O desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento ao racismo religioso e a promoção da liberdade religiosa são frutos da mobilização da sociedade civil organizada, a partir da participação social, da articulação política e da persistência do movimento negro, dos povos de terreiros e de diversos segmentos religiosos parceiros na luta pela liberdade religiosa. O combate e a prevenção aos ataques aos adeptos de religiões de matriz africana e seus territórios não podem ser pensados sem fazer menção à história de escravização, desumanização, criminalização e perseguição do povo negro e sua religiosidade, bem como o projeto eugenista implementado pelo Estado em âmbito político, que visava ao extermínio da existência negra. Assim como não se pode retratar a luta pela conservação das religiões e da cultura afro-brasileira como um todo sem analisar a face repressiva do Estado, que segue até os dias atuais implementando o genocídio da população negra.

A luta do povo negro foi a grande responsável pelo fim da escravidão, não sendo, como historicamente retratado, uma benesse concedida pelos escravagistas. O abolicionismo foi conduzido pelo desgaste do sistema escravagista, ocasionado pelas intensas e constantes rebeliões negras, fugas e insurreições. Sua cultura e religião foram os elementos os quais a escravidão não conseguiu destruir, ainda que, nos séculos seguintes à abolição, a perseguição e a criminalização das heranças culturais negras tenham continuado. A persistência, a habilidade de mobilização social e a capacidade de sobreviver em meio a um projeto de etnocídio, mantendo suas origens e preservando práticas de autocuidado, acolhendo inclusive outras camadas marginalizadas da sociedade, são as grandes potências revolucionárias dos terreiros. O que nos leva a entender por que são considerados espaços de ameaça à ordem vigente e ao *status quo*. **US**

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BRASIL, Constituição (1988). Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Capítulo I: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Artigo 5º. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 23 dez. 2022.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 23 dez. 2022.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 23 dez. 2022.

JACCOUD, Luciana, OSÓRIO, Rafael Guerreiro, SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Governo Federal. Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos - Roberto Mangabeira Unger. Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2008.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **A capoeira na Bahia de Todos os Santos: um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890-1937)**. [Palmas]: NEAB, 2004.

SANTOS, Ivanir dos, NASCIMENTO, Maria das Graças O., Cavalcanti, Juliana B., GINO, Mariana, ALMEIDA, Vitor. **Intolerância Religiosa no Brasil** - Relatório e Balanço. Rio de Janeiro. CEAP, 2016.

referências

Pandemia, negacionismo e *fake news*: uma análise das implicações do fenômeno anticiência face o contexto da Covid-19 no Brasil

Luiz Ferreira Lima Neto

Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE)
E-mail: luiz.ferreira@ifce.edu.br

Alysson José dos Santos

Professor da Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI)
E-mail: alyssonjs@gmail.com

José Eudes Baima Bezerra

Professor da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM)
E-mail: eudes.baima@uece.br

Resumo: Mediante o cenário preocupante de propagação de *fake news* e discursos negacionistas nesse contexto de pandemia da Covid-19, este estudo analisa as implicações da divulgação das informações negacionistas, assim como inverídicas (*fake news*), buscando elucidar os impactos da negação da ciência. A partir do materialismo histórico dialético, nosso compromisso é trazer à tona e perpetuar o fato de que houve, no ano de 2020, uma pandemia e uma tenebrosa ascensão de movimentos negacionistas, que muito prejudicaram a erradicação da doença. No campo metodológico, fazemos um levantamento de alguns estudos que já existem sobre a Covid-19, bem como colhemos situações que desvelam discursos negacionistas, buscando identificar a quem servem esses conteúdos inverídicos e quais as principais implicações dessa prática de desinformação à população brasileira.

Palavras-chave: Covid-19. *Fake News*. Negacionismo.



Introdução

Primeiramente, gostaríamos, na condição de pesquisadores, de justificar que este estudo não surgiu antes porque acreditávamos que o governo federal, representado aqui pela figura do presidente Jair Bolsonaro, iria, com o passar do tempo e com o agravamento da pandemia da Covid-19, rever suas atitudes. Na contramão dessa expectativa de dias melhores, após quase um ano e meio de estado pandêmico, já são mais de 550 mil famílias que choram o luto da perda de algum parente para a Covid-19. Dessa

forma, percebemos que não podemos mais esperar, visto a inoperância do governo federal, e este estudo torna-se, antes de mais nada, um pedido de socorro, um clamor, que, embora pareça limitar-se ao ambiente acadêmico, também dialoga com as bases, pois é escrito por pessoas que já presenciaram bem de perto as dores da perda de alguém próximo para a Covid-19 e que se colocam na busca por horizontes melhores, onde a vida de brasileiros e brasileiras estejam em primeiro lugar. Esperamos que o governo

federal renuncie suas práticas genocidas e seja sensível aos cuidados que a saúde da nossa população necessita e tem constituída por lei.

Falas como “Isso é apenas uma gripezinha!” e “E daí?” incentivam uma parcela considerável da sociedade a menosprezar os cuidados com a infecção do SARS-COV-2 e reforçam ainda mais o ideal de precarização da rede pública de saúde, visto que, quanto mais as pessoas não se resguardam da infecção da Covid-19, mais pessoas são infectadas. Nosso sistema de saúde pública não tem suporte e gera-se um caos, como nos mostrou a realidade de Manaus e de inúmeras outras cidades brasileiras.

Buscando entender melhor alguns fatores que têm inviabilizado a prevenção à Covid-19, bem como a superação das *fake news*, esta pesquisa nasce com o objetivo de analisar as implicações da divulgação

Contrários a essa proposição dos movimentos conservadores e reacionários da extrema direita, que pautam seus discursos no negacionismo e na propagação de *fake news*, buscamos, por meio desta pesquisa, fundamentar e criar um espaço crítico de discussão, onde as informações sejam sempre levadas à luz de teorias e da ciência, objetivando o acesso a uma gama de informações compromissadas com a verdade dos fatos.

das informações negacionistas, assim como inverídicas (*fake news*) nesse contexto de pandemia da Covid-19, e elucidar seus reflexos na sociedade brasileira. Pesquisas com este objeto de estudo servem como denúncia a governos insensíveis à saúde humana e também para que possamos perceber que o caminho do negacionismo e da difusão de *fake news* é deveras maléfico, visto que coloca em jogo as vidas de inúmeras pessoas.

Quando paramos para observar o campo das redes sociais – neste caso, de forma específica, o Facebook –, encontramos, em demasia, uma gama de informações inverídicas e distorcidas sobre os cuidados e prevenção à Covid-19, o que tem gerado um efeito de tamanha preocupação, visto que os casos de infecção e óbito por este vírus ainda vêm crescendo muito no Brasil. Perante este ideal de desinformação, gerado a partir da propagação das *fake news* e

do negacionismo, surgem então os seguintes questionamentos: A quem serve esta veiculação de mentiras e discursos negacionistas? Como surgem esses discursos? De qual cenário eles se principiam? Qual o lugar e contribuição do fundamentalismo religioso e dos partidos da extrema direita na veiculação dessas informações não verídicas? Apoiados nessas e em outras perguntas, sustentamos este estudo, na certeza de que ele visa oportunizar ao leitor uma diversidade de reflexões, que o levará a internalizar o compromisso de não tão somente reconhecer as garras desses movimentos obscurantistas, mas também entrar nesta luta contra a desinformação e as *fake news*.

As falas do presidente da República invalidando os direcionamentos da ciência têm gerado no seio da sociedade brasileira incontáveis números de óbitos pela infecção da Covid-19, visto que, apesar de a ciência estar sempre alertando sobre os cuidados e deveres que todos os indivíduos devem ter para prevenir a infecção pelo SARS-COV-2, os discursos do presidente Jair Bolsonaro têm endossado nas redes sociais – em específico no Facebook – a quebra do isolamento social, aconselhando os cidadãos a abandonarem os cuidados e seguirem suas vidas normalmente, como se nada estivesse acontecendo.

Contrários a essa proposição dos movimentos conservadores e reacionários da extrema direita, que pautam seus discursos no negacionismo e na propagação de *fake news*, buscamos, por meio desta pesquisa, fundamentar e criar um espaço crítico de discussão, onde as informações sejam sempre levadas à luz de teorias e da ciência, objetivando o acesso a uma gama de informações compromissadas com a verdade dos fatos.

No campo metodológico, este estudo sustenta-se a partir de algumas leituras de artigos recém-publicados sobre a Covid-19 e também se fundamenta a partir da identificação de discursos negacionistas e inverídicos nas redes sociais. Reconhecemos os limites desta pesquisa por se tratar da análise de um fenômeno que está em curso, mas também admitimos que a necessidade de perpetuar esse fato muito nos impulsiona a pesquisar e registrar cientificamente este período que o Brasil e o mundo vivem.

Começamos este artigo trazendo à tona um breve panorama político do Brasil pós-golpe de 2016, bem

como da passagem presidencial de Michel Temer como presidente interino até a chegada de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente da República. Após essa reconstrução histórica/política, seguimos abordando a descoberta da Covid-19 até sua chegada e ascensão no Brasil, bem como todos os seus impactos. Na terceira parte, trazemos recortes de episódios negacionistas e de difusão de *fake news*, buscando elucidar os prejuízos e as implicações desse discurso na rápida infecção do vírus, os colapsos no Sistema Único de Saúde (SUS) e os crescentes números de óbitos.

O Brasil pós-golpe sucumbindo à política de destituição de direitos e a Covid-19

Antes de adentrarmos nas conceituações de alguns termos referentes à Covid-19, vamos traçar um breve panorama histórico-político dos últimos acontecimentos, que muito explica e contextualiza o estado do Brasil nos anos de 2020/2021. É preciso ter claro que o Brasil é um país que nasceu em um contexto de exploração de terras e de muita opressão e desapropriação cultural. Os portugueses, logo que chegaram às terras brasileiras, tomaram medidas drásticas para catequizar os nativos que aqui já existiam. Desde então, nossa história passou a ser pautada na construção dos ideais dos portugueses, que mentiram, enganaram e surrupiaram o que era dos nativos por direito (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

O estado pós-golpe de 2016, segundo Saviani (2018), é de um Brasil entregue plenamente à ótica do neoliberalismo extremo, onde direitos de cidadãos e de cidadãs brasileiros(as) passam a ser sucumbidos e a população das bases, que timidamente tinham melhorado de vida nos 14 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), voltam a acampar no mapa da fome. A fome é apenas mais um elemento advindo com o golpe – a instabilidade do estado democrático repercutiu em inúmeros outros segmentos da sociedade brasileira.

A mira da elite brasileira sempre foi os mais pobres deste país; a nobreza brasileira nunca abriu mão de seus privilégios, embora seu alto estilo de vida custasse a exploração de muitos, como aconteceu

face aos episódios de escravidão, que tem resquícios até os dias atuais, onde trabalhadores e trabalhadoras brasileiras são expostos(as) em seus trabalhos a condições sub-humanas de emprego, com longas jornadas de trabalho e desprovidos(as), em sua grande maioria, de direitos básicos constituídos a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943.

O golpe de 2016 descortinou uma agenda de destituição de horizontes da classe trabalhadora brasileira, abriu espaço para reformas que vão ao encontro da massificação da política de precarização do trabalho no Brasil. Não foi por acaso que o Brasil voltou a sofrer com a reinfecção de doenças e patologias que já haviam sido superadas. Com sérios cortes na saúde e educação, o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como algumas políticas educacionais, também passa a ser alvo dos ataques do governo do presidente interino Michel Temer, continuados no governo do presidente Jair Bolsonaro (SAVIANI, 2018).

O dia era 30 de julho de 2017, o programa era o Roda Viva e o convidado da noite a ser entrevistado era o deputado federal Jair Bolsonaro, que, na oportunidade, apresentava-se como candidato ao cargo de presidente da República. Aqui, veremos que o negacionismo e as *fake news* são anteriores à data que demarca a pandemia da Covid-19. Fazendo uma análise desse programa (que até hoje encontra-se disponível na plataforma do YouTube), podemos perceber que em poucas ocasiões o candidato soube ouvir e muito transparece seu propósito ali: desrespeitar os entrevistadores e também uma parcela significativa dos internautas. No entanto, é preciso trazer à tona que aquelas palavras e o modo insensível de dizê-las também representavam uma classe, que, na nova democracia, havia sido supostamente superada: a extrema direita. Duas das incontáveis falas do presidencial foram por muito tempo sendo rebatidas em algumas redes sociais e programas televisivos. A primeira foi a que Jair Bolsonaro negava ter existido um sistema escravocrata no Brasil e justificava, a partir dessa sua fala, que o Brasil não tinha dívida histórica com os negros escravizados – o bastante para que repudiássemos seus depoimentos. A segunda foi uma fala onde ele tentava ressignificar a história da ditadura militar no Brasil, afirmando que aquele foi um período de grande ascensão e desenvolvimento

do país e que não houve perseguições, censuras ou mortes, fatos registrados nas páginas dos diversos livros de História do Brasil.

Faz-se necessário trazer à tona que não é de qualquer forma ou em qualquer contexto que o Brasil é forçado a reagir ao perigo que a Covid-19 provoca. Vale ressaltar que estamos tratando de um vírus novo e letal, que, durante a produção desta pesquisa, já cerceou a vida de mais de 500 mil brasileiros, o que muito nos apavora. Apesar de já termos algumas vacinas descobertas para o enfrentamento à infecção desse vírus, não existe, por parte do governo federal, um plano exitoso de vacinação, pois, em meados de junho de 2021, temos apenas 11% da população brasileira vacinada com as duas doses. Portanto, trataremos de explanar o panorama em que o Brasil se encontra para enfrentar esse vírus e os reflexos das inúmeras políticas de destituição de direitos implantadas a partir do golpe de 2016 e continuadas no governo do atual presidente Jair Bolsonaro.

Todas essas propostas de contrarreforma têm algo em comum: mostram-se contra o advento das tímidas ascensões sociais que aconteceram ao longo dos 16 anos do Partido dos Trabalhadores na presidência da república brasileira, desvelando a face de uma elite que estava inconformada com o fato de dividir espaços em aeroportos com as domésticas e de ver os filhos dessas domésticas chegando às universidades, até então um artifício privado às grandes elites brasileiras.

Dando destaque, por meio de uma breve linha do tempo, a algumas destituições de direitos dos cidadãos brasileiros, lembramos que o advento da realidade neoliberal de governo levará ao surgimento, no âmbito da política brasileira, da necessidade de implantação de inúmeras contrarreformas, entre elas a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a Proposta de Emenda à Constituição 55 e, por fim, mas não menos ruim, a Proposta de Emenda à Constituição 186. É válido destacar que todas essas propostas foram estreadas no governo do ex-presidente interino Michel Temer e continuadas, com ainda mais força, no governo do presidente Jair Bolsonaro.

Todas essas propostas de contrarreforma têm algo em comum: mostram-se contra o advento das tímidas ascensões sociais que aconteceram ao longo dos 16 anos do Partido dos Trabalhadores na presidência da República brasileira, desvelando a face de uma elite que estava inconformada com o fato de dividir espaços em aeroportos com as domésticas e de ver os filhos dessas domésticas chegando às universidades, até então um artifício privado às grandes elites brasileiras. No tocante à inconformação da elite brasileira com a pequena ascensão dos mais pobres deste país, Schwarcz e Starling (2018) afirmam que essa é uma das práticas históricas do Brasil. Desde o seu suposto descobrimento, a elite não comunga com equidade social.

O ano de 2020 foi bastante emblemático. Acreditamos que alguns episódios que estreamos nesse ano vão demorar bastante tempo para serem superados por nossa sociedade. Dentro do contexto de uma crescente política de destituição de direitos trabalhistas e sociais, com o advento e a adoção da plataforma neoliberal de governo, o Brasil, de modo específico, sofre ainda os resquícios de um golpe legislativo/judiciário/midiático que destituiu por, meio de um golpe misógino e sem fundamentos legais, a primeira mulher eleita democraticamente presidente do Brasil. Então, perante o cenário pós-golpe e a adoção de forma íntegra da cartilha neoliberal, a sociedade brasileira passou a viver os reflexos sombrios de um governo que não está a serviço de todos, mas, tão somente, daqueles que estão lucrando ainda mais com a miséria das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros(os).

Como mencionado anteriormente, para além dos reflexos da crescente onda neoliberal de um governo que destituiu inúmeros direitos sociais das cidadãs e cidadãos brasileiros(os), o Brasil, em conjunto com inúmeros outros países, terá que reagir de forma brusca à iminência do SARS-CoV-2, que vem, de forma assustadora, desvelar a real situação da rede pública de saúde do nosso país, bem como os reflexos da destituição de direitos constituintes que vêm sendo suprimidos por plataformas de governo, que, na contramão de saídas emergenciais dessa pandemia mundial, segue mantendo-se inoperante, ofensivo e insensível ao luto das famílias de mais de 500 mil

peças que sofreram a perda de familiares e amigos para a Covid-19.

A Covid-19 no mundo e, de modo específico, no Brasil

Em dezembro de 2019, em uma metrópole chinesa chamada Wuhan, uma pneumonia crescia vertiginosamente entre seus cidadãos. Os médicos alertaram as instâncias superiores de saúde, mas, inicialmente, foram cerceados de liberdade e não puderam apresentar suas afirmações. Esse atraso na investigação de sua origem pode ter acarretado a disseminação da doença. Com os hospitais entrando em sobrecarga e as mortes elevando-se a um nível inquietante, o governo chinês tomou rápidas medidas de contenção do que, em pouco tempo, descobriu-se ser o mesmo vírus que ocasionou uma epidemia de SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave), em 2002.

Com um sistema eficiente de rastreamento de contatos, testes em massa, hospitais de campanha sendo construídos em 10 dias e um bloqueio total de circulação de pessoas, a China conseguiu conter o vírus e obteve êxito em sua política sanitária. Contudo, Alemanha, Coreia do Sul e Japão já registravam casos de SARS em viajantes vindos da China.

Com o avanço das pesquisas científicas, o vírus foi identificado como sendo o SARS-CoV-2 – SARS a síndrome causada, CoV o coronavírus e o número dois é a versão desse mesmo microrganismo que causou a epidemia em 2002. O nome da doença causada pelo vírus do SARS-CoV-2 foi denominada Covid-19.

Conforme a doença se espalhava e infectava mais indivíduos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) realizava conferências com a imprensa diariamente para manter a população informada e classificar o nível de transmissão do SARS-CoV-2 pelo mundo. Até que, em 11/03/2020, a OMS declarava oficialmente tratar-se de uma pandemia. Nesse período, centenas de mortes ocorriam na Lombardia, no norte da Itália, e só então parte do Ocidente tomou conhecimento do vírus e de sua taxa de letalidade.

No Brasil, em meados de março de 2020, os mais diversos segmentos foram afetados diretamente pelos impactos e mudanças advindas da pandemia. A

área da saúde, sem dúvida, foi a mais afetada. Os profissionais da área ficaram à frente da missão de combater a infecção do vírus, bem como de tratar os pacientes acometidos pela doença e amenizar os casos de óbito. Essa corrida poderia ter sido ainda mais exitosa se não houvesse os discursos negacionistas, que muito contribuíram para a rápida propagação do vírus no país inteiro.

Ainda em março de 2020, o mundo entrava em isolamento social devido aos riscos de infecção pela Covid-19. Em um pronunciamento em nível nacional, o presidente Jair Bolsonaro afirmava tratar-se apenas de uma “gripezinha”. Vale ressaltar que, naquela data, já tínhamos um número considerável de indivíduos infectados no Brasil, bem como 10 casos confirmados de óbito, e, ainda assim, nenhum plano de contingência foi formulado ou incentivado pelo governo federal. E aquela fala foi apenas o início de uma gama de *fake news* e discursos negacionistas motivados pelo atual presidente Jair Bolsonaro.

Enquanto estados e municípios passavam a adotar medidas como isolamento social, *lockdown*, uso de máscara e de álcool em gel e higienização rotineira das mãos, o presidente da República desacatava todas essas medidas e apostava todas as suas cartas no negacionismo e na propagação de inverdades que geraram um clima de desconfiança e descuido das pessoas com relação à infecção do coronavírus.

Com um sistema eficiente de rastreamento de contatos, testes em massa, hospitais de campanha sendo construídos em 10 dias e um bloqueio total de circulação de pessoas, a China conseguiu conter o vírus e obteve êxito em sua política sanitária. Contudo, Alemanha, Coreia do Sul e Japão já registravam casos de SARS em viajantes vindos da China.

Dada a complexidade do trato para com a Covid-19, inúmeras instituições públicas e privadas do Brasil e de outros países passaram a investigar possibilidades de formulação de uma vacina para combater o contágio, bem como para amenizar os sintomas nos indivíduos infectados. No Brasil, o

Centro de Pesquisa do Instituto Butantan, localizado na Zona Oeste da cidade de São Paulo, desenvolveu e teve aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a confecção de uma vacina para prevenir os níveis de agravamento da Covid-19. Muito embora instituições públicas como o Butantan tenham partido na frente e possibilitado ferramentas para a erradicação daquele estado pandêmico, o governo federal, representado pela figura do presidente Jair Bolsonaro, mais uma vez, renegou a ciência e, além de não incentivar financeiramente a produção massiva da vacina, ainda incentivou uma parcela considerável dos adeptos às suas práticas discursivas criminosas a não tomar esta vacina, bem como outras vacinas produzidas em outros países.

Combater a pseudociência foi, historicamente, uma tarefa diária no Brasil. E, no pós-golpe de 2016, de forma mais específica (com a intromissão do presidente Jair Bolsonaro e o contexto da Covid-19), a missão de combater os discursos negacionistas se intensificou, visto que eles ganharam aprovação de uma parcela considerável da população que pauta seus atos nos discursos do presidente e de outros indivíduos publicamente negacionistas.

Em junho de 2021, após seis meses do suposto início da vacinação, menos de 11% da população brasileira encontrava-se vacinada com as duas doses, pois o governo federal não tinha sequer um plano de otimização da campanha de vacinação. Com essa demora, inúmeros estados brasileiros entraram em colapso, por falta de estrutura física, de profissionais e até mesmo de insumos aparentemente básicos, como um compressor de oxigênio. Dessa forma, o Brasil, com uma vacinação pífia de sua população, tornou-se o epicentro mundial de maior infecção por Covid-19.

Combater a pseudociência foi, historicamente, uma tarefa diária no Brasil. E, no pós-golpe de 2016, de forma mais específica (com a intromissão do presidente Jair Bolsonaro e o contexto da Covid-19), a missão de combater os discursos negacionistas se intensificou, visto que eles ganharam aprovação de uma parcela considerável da população que pauta

seus atos nos discursos do presidente e de outros indivíduos publicamente negacionistas.

As fake news e os discursos negacionistas e anticiência perante a Covid-19

Francis Bacon (1999) nos deixou, por meio de seus estudos, que conhecimento é poder. Logo, passamos a entender porque o acesso à formação escolar foi, por tantos anos, privilégio da burguesia em nosso país. Compreendemos ainda que, se o conhecimento que é construído a partir da formação escolar tem uma função social, por outro lado, a desinformação, assim como a suspensão do acesso aos saberes, também tem. Ou seja, há pessoas e classes sendo beneficiadas por trás desse engenhoso e maléfico projeto de desinformação.

De forma histórica, o Brasil é um país que por séculos se mantém apartado da possibilidade de democratizar o acesso aos saberes essenciais às camadas populares. Em sua grande maioria, esses indivíduos não escolarizados vão receber formação nas favelas, periferias e campos de grupos religiosos, que, ao contrário de ensinar conteúdos científicos, primam pela catequização desses sujeitos. A suposta formação não passa, na maioria das vezes, de práticas de subordinação cultural/religiosa empreitada por grupos católicos e evangélicos.

No atual cenário brasileiro, a ciência não é inferiorizada apenas nas palavras, mas também na prática, visto o contingente latente de cortes nas políticas de incentivo à pesquisa e à ciência. Para o atual governo brasileiro, a ciência é gasto, e não investimento. Ou seja, ele não tem poupado cortes nas pesquisas, o que tem gerado a perda de inúmeras possibilidades de estudos, uma vez que os incentivos atuais são mínimos. E não é possível pensar em um Estado com pesquisa e ciência fortes nesse cenário de precarização (MIGUEL, 2019).

Ainda no tocante à massiva dissimulação de *fake news* e discursos negacionistas nas redes sociais, essa prática tem gerado no seio da sociedade brasileira, principalmente nos cidadãos menos escolarizados, muitas dúvidas em relação à Covid-19. Um

exemplo claro são as informações caluniosas sobre casos de óbito envolvendo a vacinação. Muitos indivíduos que não conhecem a fundo os ideais e os princípios da ciência têm sido manipulados pelos discursos mencionados e, assim, continuam sendo alvo da doença. É preciso também trazer à tona que o movimento não é algo novo na sociedade brasileira, mas o que causa tamanho pavor e preocupação aqui é o fato desses fenômenos obscurantistas ainda existirem e serem alimentados por uma parcela considerável da população em plenos anos 2020/2021.

Segundo Taschner (2017), a ciência, nos dias atuais, parece viver o complexo de Cassandra, pois, apesar de comprometida em orientar as pessoas sobre os cuidados devidamente necessários para evitar a infecção pela Covid-19, enfrenta um mal que parece ser maior que o próprio vírus: negacionistas que maculam a todo instante as informações colhidas a partir de estudos e pesquisas científicas. Eles agem com o fim de distorcer e mentir sobre os frutos da ciência, colocando uma parcela da população contra ações que incluem os cuidados e as precauções necessários para combater o coronavírus. Não sabemos quem, de fato, amaldiçoou a ciência para que enfrentássemos, em pleno século XXI, esta nova roupagem do complexo de Cassandra, mas políticos de extrema direita (como o presidente Jair Bolsonaro) e religiosos têm endossado, com maestria, esses discursos negacionistas.

Não somente o governo federal age inviabilizando a credibilidade da ciência. Algumas instituições cristãs, principalmente aquelas que apoiaram a candidatura de Jair Bolsonaro, também têm incentivado uma quantia considerável da sociedade brasileira a não tomar os devidos cuidados com a precaução do contágio do coronavírus e, dessa forma, também têm contribuído para a criação de uma arena obscurantista, onde se busca, de forma incansável, desinformar a população, mesmo que isso cause óbitos.

A ciência já provou, ao longo dos anos, seu compromisso com a verdade e que sua função social é justamente romper com o senso comum, principalmente quando trabalhada nas escolas. A Idade Média trouxe à tona a face de uma sociedade fundamentada nos ideais cristãos, pois, naquele momento da História, somente era verdade e elegido como essencial aquilo

que comungasse com os preceitos das interpretações católicas. A Igreja Católica Apostólica Romana apresentou vieses negacionistas ao longo de sua história e muitas igrejas de cunhos pentecostais também têm suas raízes imbuídas no sistema que observa e controla as ações do homem na sociedade, a partir da luz de entendimentos do cristianismo pentecostal.

Quando uma postagem que contém discursos negacionistas e *fake news* se apresenta, é preciso lembrar que a formação escolar do indivíduo que irá ler esta informação influenciará – e muito – no fato de ele acreditar ou não na mesma. Isso é algo que merece muita atenção e cuidado, visto que uma grande parcela da sociedade acredita, sem questionar, nas mais diversas postagens feitas na internet. Logo, uma informação inverídica, ou mesmo danosa à saúde, pode ser assumida como verdadeira por uma pessoa ou até uma família inteira, o que ocasionará consequências sérias.

O negacionismo que muito observamos nesse contexto da Covid-19 não nasce do nada, muito menos sozinho. Suas raízes estão fundamentadas em uma parcela da população brasileira que apoia movimentos de cunho reacionário e conservador, que têm feito emergir na sociedade brasileira a propagação de informações inverídicas e descompromissadas com a ciência.

O negacionismo que muito observamos nesse contexto da Covid-19 não nasce do nada, muito menos sozinho. Suas raízes estão fundamentadas em uma parcela da população brasileira que apoia movimentos de cunho reacionário e conservador, que têm feito emergir na sociedade brasileira a propagação de informações inverídicas e descompromissadas com a ciência. Observando os perfis de algumas redes sociais, entre elas o Facebook, percebe-se que o mesmo indivíduo que apoiou o golpe de 2016 e foi eleitor do presidente Bolsonaro nas eleições de 2018 é o que apoia o discurso da necessidade de aprovação do Projeto de Lei Escola Sem Partido, da teoria da terra plana, do uso precoce da cloroquina e de tantos outros movimentos retrógrados que nada têm a contribuir para o real desenvolvimento e superação das mazelas sociais de nosso país.

Mediante esta roupagem íntegra e compromissada da ciência para com a verdade, é muito caro para um país como o Brasil, que incentivou, por muitos anos, práticas de escravidão, ditaduras e demais episódios obscurantistas, apoiar um sujeito que coloque em evidência esses casos de negação da verdade.

O campo do negacionismo e da propagação das *fake news* não é algo novo. Muitos desses fenômenos são novas roupagens de situações que já ocorreram no seio da sociedade brasileira. Dessa forma, é necessário lembrar que esse projeto de invalidação da ciência é algo estratégico; logo, não nasceu por acaso, muito menos isolado de outras tentativas de negação de acesso à informação às classes menos favorecidas. A burguesia é totalmente descompromissada com a preservação dos direitos dos cidadãos subalternos. Para a burguesia, o que importa é a manutenção de seu status e de seu lugar no topo da hierarquia brasileira.

As *fake news* são ainda mais presentes quando se trata da inserção de mulheres na arena política. Tiburi (2019) aborda, com maestria, a importância das mulheres na política, bem como os cuidados de que precisam para não serem vítimas de golpes e até de assassinatos políticos, caso da ex-deputada Marielle Franco. A mulher brasileira, quando decide ocupar espaços políticos, mesmo estando plenamente assegurada de seus direitos, sofre inúmeras ameaças morais.

Como mencionado, o cristianismo tem influenciado bastante na propagação de *fake news* e notícias com teor negacionista. Dentro da Igreja Católica, podemos citar a figura do Padre Paulo Ricardo, indivíduo altamente conservador, que tem mobilizado inúmeros fiéis a acreditar no fundamentalismo do conservadorismo brasileiro. Como exemplo de um líder das igrejas evangélicas, podemos citar o pastor Silas Malafaia, que, diariamente, não somente em seus cultos, mas também – e em demasia – nas redes sociais, vem divulgando, de forma fajuta, informações caluniosas e não verídicas sobre fatos atuais. Vale ressaltar que ambos os líderes religiosos muito se utilizam de suas redes, que têm um número considerável de seguidores, para incentivar postagens pre-

conceituosas, misóginas, excludentes e intolerantes à diversidade e misticidade que forma historicamente o Estado brasileiro. Para além dessas questões, esses líderes religiosos também apoiam movimentos anti-ciência e antivacina.

E está claro que não adianta esperarmos dias melhores por parte do governo federal, pois a política que o atual presidente coloca em evidência é a política da morte dos mais pobres, bem como dos proletários brasileiros – é, de fato, uma necropolítica. E justamente no contexto pandêmico, os discursos negacionistas e as *fake news* não cessaram; muito pelo contrário: o desprezo pela ciência só aumentou, visto que, no próprio governo Bolsonaro, todas as vezes em que um ministro da saúde se manifestava defendendo a ciência – indo, conseqüentemente, contra os ideais do bolsonarismo –, era exonerado, e o presidente provava, mais uma vez, que suas palavras estão sempre para além de qualquer preceito científico.

Também é preciso lembrar das incontáveis mentiras que permearam o golpe de 2016, assim como a arena fajuta alimentada nas eleições de 2018, elegendando Jair Bolsonaro como presidente. A desinformação e as *fake news* não são lançadas à sociedade por acaso; elas, quase sempre, têm um propósito, seja o de gerar dúvidas, seja o de criar um clima de animosidade. A própria aversão à política, atualmente muito incentivada na sociedade, tem uma finalidade: causar a distorção da importância dos debates e das construções políticas, para que os poderosos que já estão no poder possam lá permanecer por muitos anos, já que o sujeito pobre e acrítico está sendo destituído do seu direito e dever de construir política (TIBURI, 2019).

As *fake news* são ainda mais presentes quando se trata da inserção de mulheres na arena política. Tiburi (2019) aborda, com maestria, a importância das mulheres na política, bem como os cuidados de que precisam para não serem vítimas de golpes e até de assassinatos políticos, caso da ex-deputada Marielle Franco. A mulher brasileira, quando decide ocupar espaços políticos, mesmo estando plenamente assegurada de seus direitos, sofre inúmeras ameaças morais. Historicamente, a mulher teve seu direito a voto negado por anos; que dirá à participação na política. E é muito importante que elas ocupem esse espaço, para que reafirmem seus potenciais e sejam a voz de

tantas outras, cotidianamente silenciadas. Esforço este que não é necessário quando o sujeito político ocupa um corpo masculino. Sim, a política ainda é sexista e excludente.

A política de cortes e a descontinuidade de investimentos na ciência e na pesquisa diz muito sobre a política de desvalorização da educação em nosso país, visto que o atual governo federal é pautado em uma política que valoriza muito mais a morte que a vida, com a exacerbada tentativa de militarizar escolas e armar a população. Mediante esse cenário de facilitação do armamento, os investimentos na pesquisa e extensão nas universidades públicas brasileiras andam a passos lentos.

A desinformação, bem como as mentiras sustentadas pelo governo federal, tem gerado inúmeras mazelas à sociedade brasileira. Um dos fatores que comprova isso é o número exorbitante de óbitos causados pela Covid-19. Observamos que diversos públicos têm se apoiado nas palavras e afirmações do presidente Jair Bolsonaro e apostado em aglomerações clandestinas, o que tem provocado uma massificação do contágio do vírus da Covid-19, assim como mais complicações, superlotação de hospitais e óbitos.

Um dos episódios que vale a pena ser mencionado neste artigo é a busca desenfreada e sem argumentos científicos que o presidente Jair Bolsonaro se utiliza para recomendar o uso precoce da medicação Cloroquina no combate à Covid-19. Muito embora não exista nenhuma menção, pesquisa ou indicação científica quanto ao uso da Cloroquina, o presidente não perde a oportunidade, seja em coletivas à imprensa, seja em aglomerações públicas, de indicar o uso desse medicamento. O mínimo que se esperava de um presidente de uma nação é que respeitasse a ciência e os estudos realizados por cientistas brasileiros, já que não expressa, como de fato deveria, respeito para com eles.

O Facebook deve ser considerado um aplicativo de facilitação da comunicação, o que não significa que todas as informações postadas nessa rede são verdadeiras. No contexto das eleições de 2018, o campo das redes sociais sofreu um ataque massivo de robôs, ou seja, uma programação midiática de veiculação massiva de informação. A atuação de robôs

atuou, no contexto das eleições de 2018, com o propósito de gerar popularidade do presidenciável Jair Bolsonaro, buscando massificar suas atitudes e falas. Sem questionamentos – pois, como instrumento tecnológico, os robôs não possuem essa função –, as informações caluniosas e inverídicas passavam a ser propagadas nas redes sociais, gerando grande popularidade, mesmo quando se tratava de informações falsas (TIBURI, 2019).

Muito embora as atuais falas do presidente Jair Bolsonaro culpem os governadores de estarem amedrontando as pessoas a respeito do perigo do contágio da Covid-19, no campo da ciência, já temos pesquisas que comprovam que países como China, Coreia do Sul, Itália, Irã, França e EUA já teriam, até o mês de dezembro de 2020, triplicado o número de casos de infecção e também de óbitos se não tivessem buscado maneiras eficazes de controle. Mediante essa assertiva, não se trata apenas de um simples panorama, mas de frutos de pesquisas e estudos científicos, que, diferentemente do governo federal do Brasil, têm como preocupação o controle dessa pandemia (VICENTE e FILHO, 2020).

A desinformação, bem como as mentiras sustentadas pelo governo federal, tem gerado inúmeras mazelas à sociedade brasileira. Um dos fatores que comprova isso é o número exorbitante de óbitos causados pela Covid-19. Observamos que diversos públicos têm se apoiado nas palavras e afirmações do presidente Jair Bolsonaro e apostado em aglomerações clandestinas, o que tem provocado uma massificação do contágio do vírus da Covid-19, assim como mais complicações, superlotação de hospitais e óbitos.

Um exemplo concreto de como o negacionismo e a falta de sensibilidade para com os cuidados à infecção da Covid-19 são maléficos é a atitude do prefeito de Milão, Giuseppe Sala, que criou, em março de 2020, em pleno ápice da pandemia, a campanha “Milão não para”. No mesmo período, o governo federal brasileiro, apoiado no discurso de salvar a economia do país, lançou a campanha: “O Bra-

sil não pode parar”, estimulando cidadãos a saírem de casa, a não zelarem por seus decretos estaduais e a tocarem suas vidas como se nada estivesse acontecendo. Para o presidente Jair Bolsonaro, o vírus que já tinha levado inúmeras pessoas pelo mundo inteiro a óbito era apenas uma “gripezinha” (VICENTE e FILHO, 2020).

A inconstância do governo federal pode ser observada através da renomeação constante de ministros da saúde, fator muito preocupante para a população brasileira. Apenas em 10 meses, quatro ministros entraram e saíram do Ministério da Saúde, todos alegando a interferência do presidente Jair Bolsonaro, que, para além de não tomar os cuidados individuais, não aceitava que nenhum de seus ministros estabelecesse seu trabalho dentro das conformidades da ciência. Dessa forma, todos os ministros da saúde que optaram por agir conforme a ciência foram exonerados, pois não há espaço, no governo do presidente Jair Bolsonaro, para dados científicos.

Entre os organismos que também corroboraram para que o Brasil chegasse ao epicentro da Covid-19, citamos o movimento antivacina. O que muito chama atenção nesse fenômeno que volta à cena no ano de 2020 é que esses discursos antivacina passaram a ser apoiados e endossados pelo próprio presidente da República, o que fez com que ganhassem uma rápida aceitação e propagação pelos partidos da extrema direita, bem como pelos adeptos e apoiadores da política do atual presidente.

Os mais diversos episódios que demarcam a inconstância dos ministros da saúde não podem nem devem ser observados como um fato isolado, visto que essa saída brusca representa, antes de mais nada, a real ingerência que tem estado à frente do nosso país, onde um ministro com formação acadêmica na área da saúde se vê censurado exatamente por optar por defender a ciência, o que é lógico – e óbvio (VICENTE e FILHO, 2020).

Estamos vivendo dias bastante tenebrosos, onde observamos a ineficiência do governo federal para com a superação desse estado pandêmico da Covid-19 e temos assistido ao governo aproveitar-se

da pandemia para, como nos alerta Giovanella *et al.* (2020, p. 896), “extinguir direitos, acentuar privilégios, destruir o meio ambiente e afrontar a democracia”. Dessa maneira, precisamos perceber que, para além do combate de um vírus, temos a missão de combater, também, o atual governo, para que os mais pobres, desfavorecidos e oprimidos possam redescobrir-se enquanto sujeitos possuidores de direitos.

A bióloga Natalia Pasternak Taschner e tantos outros pesquisadores brasileiros têm levantado a voz contra as atrocidades sanitárias e humanitárias cometidas pelo governo federal ou com o aval do mesmo. Enquanto a proposição da ciência por meio de inúmeros cientistas brasileiros é de que a população tome todos os cuidados possíveis para conter a infecção pelo vírus ou, no pior dos casos, os óbitos, o governo federal, na figura do presidente Jair Bolsonaro, fomenta episódios de aglomeração e induz a população a fazer um tratamento medicamentoso que a própria ciência já afirmou não ser eficiente – e que, pelo contrário: a Cloroquina pode causar sérias complicações ao organismo.

Entre os organismos que também corroboraram para que o Brasil chegasse ao epicentro da Covid-19, citamos o movimento antivacina. O que muito chama atenção nesse fenômeno que volta à cena no ano de 2020 é que esses discursos antivacina passaram a ser apoiados e endossados pelo próprio presidente da República, o que fez com que ganhassem uma rápida aceitação e propagação pelos partidos da extrema direita, bem como pelos adeptos e apoiadores da política do atual presidente. Não foram poucas as ocasiões em que o presidente Jair Bolsonaro trouxe à tona informações inverídicas sobre a importância da vacina contra a Covid-19. Houve também episódios onde ele incentivou a população a não aceitar esta vacina. Para além dos atos por meio de palavras, o presidente Jair Bolsonaro também não apresentou, até o período em que construímos esta pesquisa, nenhum compromisso com a aquisição e massificação de uma campanha de vacinação.

Inúmeros pesquisadores, apresentadores e repórteres que trabalhavam noticiando o agravamento da pandemia da Covid-19 passaram a ser perseguidos e ameaçados por uma parcela considerável de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Eles também

sofreram censuras do próprio presidente, que, em várias ocasiões, tentou passar para a população que a pandemia da Covid-19 não era grave, apontando, de forma inverídica, que as notícias divulgadas por pesquisadores e pelas redes televisivas brasileiras tinham o propósito de gerar um pânico desnecessário à população brasileira e de desestabilizar o governo federal. Foram várias as tentativas de suprimir da população brasileira o real estado do Brasil perante a pandemia da Covid-19. O site do Ministério da Saúde, que diariamente atualizava as informações apresentando boletins dos casos, foi retirado do ar, e esses boletins passaram a ser liberados mais tarde, para que a população não fosse informada sobre a real gravidade do delicado momento.

Enquanto escrevemos este artigo, o Brasil passa, novamente, pela troca do ministro da saúde, e o cargo foi rejeitado por uma médica brasileira. Por não compactuar com a política de morte do presidente Jair Bolsonaro, a médica não aceitou o cargo de ministra, demonstrando, mais uma vez, que o governo atual não se encontra comprometido com a saúde da população brasileira e, sim, com a cultuação de inúmeros preceitos negativos que têm levado o Brasil à condição de epicentro mundial da Covid-19, com uma média de mais de 2000 óbitos por dia em decorrência da doença.

Jornalistas e programas televisivos passam a ser perseguidos pelo presidente e seus adeptos, que insistem, mesmo com tantos óbitos, em afirmar que a preocupação para com a rápida propagação da Covid-19 é “mi mi mi” – em outras palavras, uma preocupação à toa, pois, para o governo federal vigente, não há por que se preocupar, apesar de o nosso país ter se transformado em um grande vale de mortes causadas pela Covid-19.

Acreditávamos, nós pesquisadores e muitos brasileiros, que, quando os nomes das vítimas da Covid-19 fossem de pessoas de fato próximas, a população iria passar a se preocupar e a tomar mais cuidados; no entanto, a parcela da população que apoia os discursos negacionistas do presidente Jair Bolsonaro não se importa com os óbitos e, em alguns casos, faz até chacotas, com falas do tipo: “Quem é de direita toma Cloroquina; quem é de esquerda, Tubaina”, mencionada pelo presidente, instigando a população a tomar

uma medicação que não tem comprovação científica alguma para a cura da Covid-19. Infelizmente, algumas pessoas que concordaram com esses discursos negacionistas tiveram que pagar com as próprias vidas o apoio a essas ideias estapafúrdias.

Conclusão

Visto que ainda estamos com a pandemia da Covid-19 em curso e que ainda não há sinais de que conseguiremos sair deste estado pandêmico, concluímos que as falas e atitudes negacionistas do presidente Jair Bolsonaro, bem como de seus adeptos, ainda poderão ocasionar muitas infecções e vítimas da Covid-19.

A constante e massiva veiculação de informações falsas tem mobilizado uma boa parte da população a não tomar os devidos cuidados para com a infecção deste vírus. Com o crescente número de pessoas com agravamentos e complicações de saúde causadas pela Covid-19, muitas cidades já entraram em colapso, chegando algumas (como Manaus) a apresentarem carência de oxigênio para atender à demanda de pessoas doentes, com necessidade de auxílio respiratório.

Jornalistas e programas televisivos passam a ser perseguidos pelo presidente e seus adeptos, que insistem, mesmo com tantos óbitos, em afirmar que a preocupação para com a rápida propagação da Covid-19 é “mi mi mi” – em outras palavras, uma preocupação à toa, pois, para o governo federal vigente, não há por que se preocupar, apesar de o nosso país ter se transformado em um grande vale de mortes causadas pela Covid-19.

Ao detectarmos que as *fake news* e o negacionismo têm sido fortes fatores de complicação para a pandemia da Covid-19, não podemos deixar de citar, também, o fator corrupção associado ao governo federal, que vem sendo investigado pelo uso de propinas nas negociações de algumas vacinas, dificultando ainda mais a luta contra a Covid-19.

As proposições que lançamos, enquanto pesquisadores, é que nosso leitor seja mais um difusor de informações verdadeiras e construtivas no combate à Covid-19. Para isso, é preciso rechaçar os discursos negacionistas em todos os âmbitos – nas redes sociais, nos ambientes de trabalho e entre familiares. A desinformação já levou inúmeros cidadãos brasileiros a valas de sepultamento, pois a ignorância tem seu preço. E, em tempos de pandemia, este preço, na maioria das vezes, é a própria vida daqueles que não tomam os cuidados necessários, desrespeitando as orientações dos profissionais da saúde. A luta por uma campanha de vacinação exitosa também é um dos nortes que devemos buscar: é preciso que os governos federal, estadual e municipal unam-se e oportunizem à população planos massivos de vacinação, para que a população seja, o mais rapidamente, imunizada e que os casos de agravamento e de óbitos pela Covid-19 sejam minimizados. **US**

BACON, F. **Novum Organum ou Verdadeiras interpretações acerca da natureza.**

São Paulo: Nova Cultural, 1999.

GIOVANELLA, Ligia. MEDINA, Maria Guadalupe. AQUINO, Rosana 2, BOUSQUAT, Aylene.

Negacionismo, desdém e mortes: notas sobre a atuação criminosa do governo federal brasileiro no enfrentamento da Covid-19. **Saúde Debate**. Doc Player, 2020. Disponível em: <https://docplayer.com.br/198162311-Negacionismo-desdem-e-mortes-notas-sobre-a-atuacao-criminosa-do-governo-federal-brasileiro-no-enfrentamento-da-covid-19.html>. Acesso em: 31 jul. 2021.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil:** da Constituição ao golpe de 2016. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2019. v. 1. 216 p.

OMS. Cartilha de orientação a prevenção do novo Coronavírus (Covid-19). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Brasil 2018, uma democracia suicida? **Revista Vermelho**. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2018/10/25/dermeval-saviani-brasil-2018-uma-democracia-suicida/>.

Acesso em: 30 maio 2018.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TASCHNER, Natalia Pasternak. O cientista e a síndrome de Cassandra. **Cienc. Cult.** vol. 70 n. 2 São Paulo Apr./June 2017. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000200002. Acesso em: 31 jul. 2021.

TIBURI, Márcia. **Delírio do Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

VICENTE, Jonathan. FILHO, Hélio Cunha. O negacionismo científico e a pandemia de Covid-19 no Brasil. **Nexo**, 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/O-negacionismo-cient%C3%ADfico-e-a-pandemia-de-covid-19-no-Brasil>. Acesso em: 31 jul. 2021.

referências

Ação solidária na pandemia: relatos da campanha 'UESC Solidária' na perspectiva sindical

Arturo Samana

Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
E-mail: arsamana@uesc.br

Rafael Bertoldo

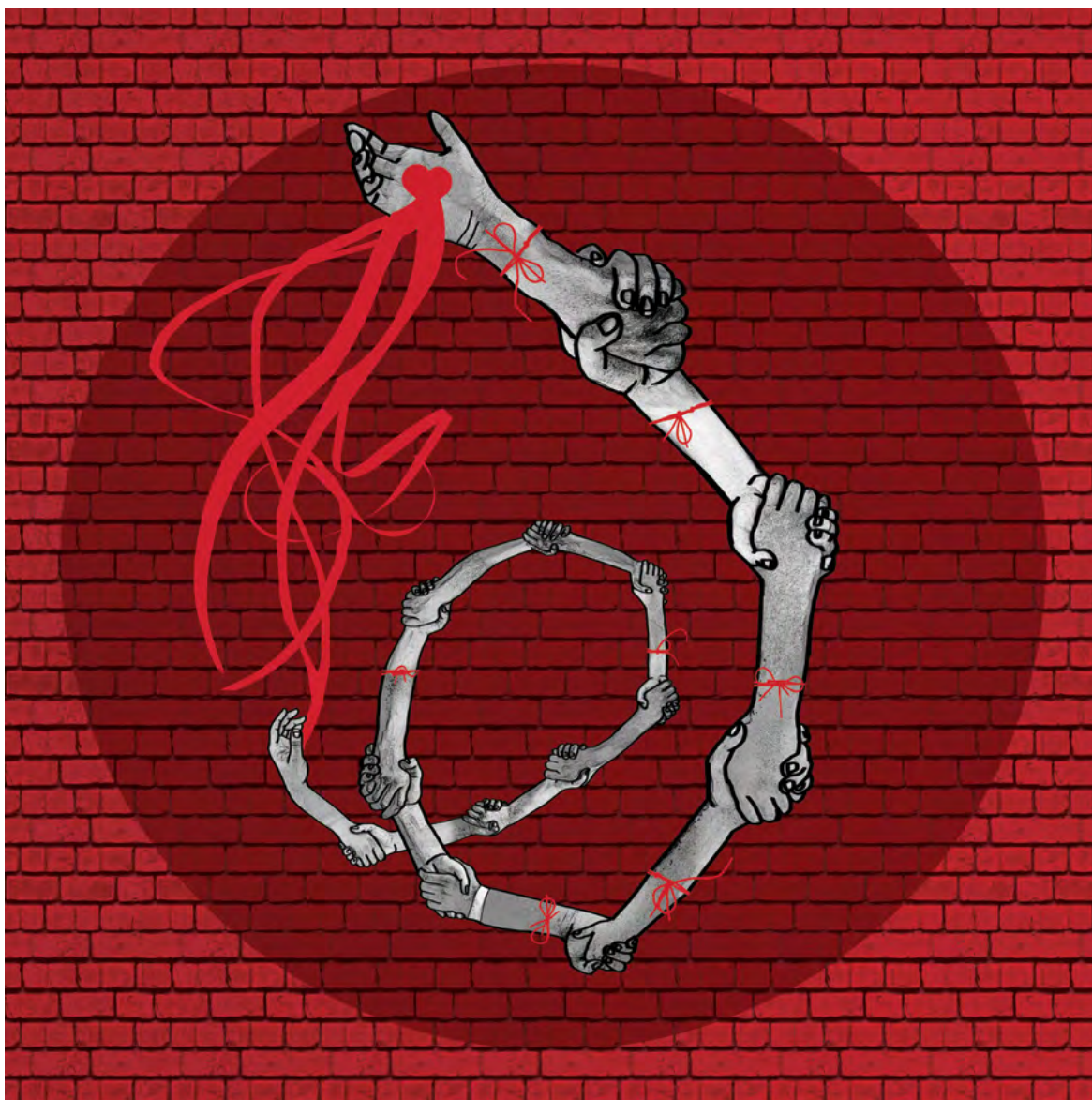
Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
E-mail: rbsantos@uesc.br

Eliana Albuquerque

Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
E-mail: ecalbuquerque@uesc.br

Resumo: Este trabalho apresenta a experiência da campanha UESC Solidária, desenvolvida em parceria pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e coordenada por entidades sindicais da UESC, em Ilhéus, sul da Bahia, durante a pandemia. O objetivo foi prestar assistência imediata e de subsistência às famílias em vulnerabilidade social nos bairros de Salobrinho e Vila Cachoeira, onde está situada a universidade. Para atender às medidas necessárias de contenção ao vírus da Covid-19, houve a interrupção do fluxo de pessoas na UESC, o que impactou a economia formal e informal nesses bairros, aprofundando as mazelas sociais já agravadas com as recentes contrarreformas do Programa Ponte para o Futuro, do governo Temer, e ampliadas pelo governo Bolsonaro. Aqui, mostramos como a Associação dos Servidores Técnicos (AFUSC), a Associação dos Docentes (ADUSC), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a própria Universidade, através da Pró-Reitoria da Extensão (PROEX), ampliaram as funções de defesa da classe trabalhadora, de ensino e extensão para abraçar a causa da solidariedade.

Palavras-chave: Covid 19. Descaso. Pobreza. Solidariedade. Sindicalismo.



Introdução

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde, organismo da ONU, decretou estado de pandemia global em função do rápido contágio em cenário internacional da Covid-19 (SARS-CoV-2). No Brasil, o vírus afetou um povo que era duramente atacado por nefastas reformas oriundas de um governo ilegítimo, de Michel Temer, que cunhou o conjunto de arrochos neoliberais, especialmente do programa "Uma ponte para o futuro", agenda política do então PMDB.

Em consulta ao programa, nota-se diversos eixos, inclusive entendidos por muitos especialistas como nocivos, porque inviabilizariam políticas e programas de cunho sociais, entre outras coisas, por desvin-

cular a obrigatoriedade do Estado com os gastos em saúde e educação, por exemplo. A denominada "PEC do teto" permitiu que o investimento nessas áreas vitais fosse reajustado apenas pela inflação do ano anterior. Outros aspectos contundentes do programa foram a Reforma Previdenciária, com a ampliação da idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, e a suspensão de direitos especiais, entre outros, aplicando-se também medidas similares aos governos estaduais, municipais e distritais.

Na infraestrutura, parcerias envolvendo o setor privado encamparam privatizações e ações que flexibilizaram a venda de estatais, além da concessão de aeroportos. Inúmeras oportunidades que poderiam

ser absorvidas com exclusividade pelo Estado foram negociadas num balcão com o setor produtivo, garantindo lucros e dividendos apenas para investidores e acionistas.

Uma grande missão do programa foi a Reforma Trabalhista e seu conjunto de desregulações. A permissão de convenções prevalecentes sobre a norma legal ou instituto sindical foi um dos explícitos ataques aos trabalhadores, fragilizando a sua relação com os empregadores. Acordos coletivos e individuais e jornada intermitente lançaram também uma frontal descaracterização do papel negocial coletivo dos sindicatos e associações.

A referida agenda teve continuidade e aprofundamento no governo Bolsonaro, a partir de 2019, e encontrou estreita relação na proposta antipopular de um governo marcado pela necropolítica, corrupção, negação da ciência, tentativa do governo em locupletar-se com a aquisição de vacinas anti-Covid-19 e clara agenda de privatizações e incentivo a rentistas, investidores e privatistas, além de desdenhar das pautas das diversidades indígena, racial, feminista, LGBTQ+ e outras.

Em 2020, esse cenário soma-se à pandemia e fustiga tortuosamente o povo mais pobre, carente e vulnerável de nosso país, com o governo federal trabalhando a favor do vírus quando pregava o negacionismo da ciência e fortalecia a corrupção e a política de morte.

Nesse contexto nefasto, encaramos o desafio de auxiliar as pessoas na sua sobrevivência, ao tempo em que esclarecíamos a necessidade de lutarmos juntos contra as imposições absurdas desse (des)governo. Assim surgiu a UESC Solidária.

Comitê de Crise e surgimento da campanha UESC Solidária

Com o avanço da pandemia de Covid-19, a maioria das instituições de ensino superior públicas e privadas suspenderam suas atividades presenciais. A medida alinhou-se a uma prerrogativa necessária para a contenção do vírus, dentro de um conjunto de medidas restritivas de circulação de pessoas e falta de perspectiva de vacinação em massa.

Na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), houve a prorrogação do início das aulas presenciais em 2020, previstas para 16 de março daquele ano. Em 13 de março, por ato administrativo da reitoria (Portaria Reitoria/UESC 216/20), criou-se o Comitê de Crise, com uma composição diversa e plural, contendo representantes de órgãos da administração superior, do sindicato dos/as técnicos/as, do sindicato dos/as docentes, do diretório estudantil e de departamentos, presidido por uma docente com habilitação em epidemiologia do Departamento de Saúde da UESC.

O Comitê reunia-se virtualmente e objetivava analisar, discutir, planejar, propor e sugerir ações de enfrentamento às consequências provocadas pela pandemia da Covid-19 nas rotinas de prestação dos serviços da Universidade e nas demandas da sociedade do entorno da instituição. Apesar do Comitê responder hierarquicamente à reitoria, todas as decisões, deliberações e encaminhamentos eram efetuados sob consenso dos seus membros, após exaurir as discussões sobre os temas tratados nas reuniões.

As ações listadas foram resultado das discussões e encaminhamentos no âmbito do Comitê sobre temas comuns ao objetivo do grupo:

- Idealização e viabilização da Campanha UESC Solidária, que ficou sob a gestão do Sindicato dos Servidores Técnicos (AFUSC), Sindicato dos Docentes (ADUSC), Diretório Central Estudantil (DCE) e Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), com a finalidade de promover arrecadação e aquisição de cestas básicas em prol das famílias carentes das comunidades de Salobrinho e Vila Cachoeira, localizadas ao redor da UESC, enquanto durasse o período pandêmico;
- Discussões e encaminhamentos sobre ações de proteção, segurança, saúde, profilaxia e medidas de prevenção à Covid-19 no *campus* para as atividades essenciais dos/as técnicos/as, docentes, terceirizados/as e visitantes;
- Criação do canal informacional Central Covid-19, com informes epidemiológicos, tutoriais, sítios parceiros, informações e matérias sobre prevenção e comportamento do vírus, entre outros;
- Assistência às secretarias de saúde dos municípios vizinhos em função da prevenção à Covid-19, fruto de parceria da Reitoria/UESC com a Associa-

ção dos Municípios da Região Cacaueira (AMURC);

- Designação de equipe para elaboração e edição de boletins epidemiológicos regulares sobre o comportamento do vírus nas cidades do sul da Bahia, com a finalidade de subsidiar as políticas públicas de restrição de mobilidade, horário de funcionamento do comércio, ocupação de leitos, taxa de transmissibilidade e curvas de contágio, entre outros;

- Discussão sobre cenários para a retomada das atividades presenciais de aula, administrativas, atividades dos/as colaboradores/as terceirizados/as e ações excepcionais;

- Suporte técnico aos conselhos superiores, departamentos e reitoria sobre o comportamento do vírus na região, a fim de subsidiar as tomadas de decisões;

- Disponibilização de canal de comunicação (e-mail) permanente sobre dúvidas, denúncias, sugestões e andamentos das ações de prevenção à Covid-19 na UESC;

- Discussão sobre a assistência à saúde mental da comunidade acadêmica no período pandêmico; e

- Outras atividades pertinentes ao período pandêmico que exigiram ações institucionais da UESC e onde o Comitê foi consultado ou acionado.

Percebe-se a considerável amplitude das ações do Comitê. A campanha UESC Solidária, portanto, nasceu nesse âmbito e seguiu sob a gestão das entidades.

As primeiras ações e parcerias da campanha UESC Solidária

Em março de 2020, após a primeira reunião do grupo gestor da campanha UESC Solidária (composto pela professora Acácia Pinho, representando a reitoria da UESC; pelo professor Neurivaldo Guzzi, pró-reitor de Extensão da UESC; por Josimar Ferreira, do Diretório Central Estudantil; por Rafael Bertoldo, presidente da AFUSC; e o professor Arturo Rodolfo Samana, presidente da ADUSC – estes dois últimos coordenadores de campo da campanha), foram deliberadas quais seriam as diretrizes de ação. Buscaríamos um parceiro comercial para a aquisição dos itens da cesta básica e também acionaríamos as associações de moradores das duas comunidades do raio de ação imediata da UESC, para identificação

das famílias em estado de maior criticidade quanto à vulnerabilidade social, para efetuar a distribuição dos alimentos.

A partir desse momento, iniciou-se a campanha de sensibilização e mobilização, especialmente da comunidade acadêmica (alunos/as, servidores/as técnicos/as e docentes), com a finalidade de arrecadação de fundos para a aquisição das cestas básicas. Esta tornou-se a dinâmica da campanha, sendo projetada através das redes sociais (como Instagram, Facebook e Twitter) das entidades e dos e-mails institucionais da Universidade.

Diversas instituições e entidades tornaram-se parceiras da Campanha UESC Solidária e auxiliaram nossas ações, como a TABOA (Serra Grande-BA), AVATIM, Centros Públicos de Economia Solidária/Itabuna-BA, Universidade Federal do Sul da Bahia, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Secretaria de Trabalho, Renda e Esporte de Itabuna, Centro de Inovação do Cacau, Movimento (Re)xistir, Associação dos Amigos Solidários, ONG Razões para Acreditar, Coletivo *Cite Black Women*, Prefeitura de Ilhéus-BA, por intermédio do Centro de Referência a Assistência Social, e Movimento Caminhão de Amor, além de toda a diretoria das entidades representativas da AFUSC, ADUSC e DCE e outras entidades, instituições, órgãos, empreendimentos, empresas e igrejas.

A parceria com as associações de moradores foi vital para a eficiência da campanha na etapa de distribuição das cestas básicas às famílias, que eram responsáveis por identificar aquelas com maior carência de apoio. Também conseguimos captar, com diversos parceiros, mais de 5.000 máscaras para doação.

Foram catalogadas pelas associações de moradores/as 172 famílias na comunidade do Salobrinho e 65 na comunidade de Vila Cachoeira. Elas estavam em condição de alta vulnerabilidade social a partir da falta de acesso aos programas de distribuição de renda, de alimentos, emergencial ou outro que amparasse minimamente aquelas famílias: situação habitacional, número de pessoas por família etc. A parceria com as associações de moradores foi vital para

a eficiência da campanha na etapa de distribuição das cestas básicas às famílias, que eram responsáveis por identificar aquelas com maior carência de apoio. Também conseguimos captar, com diversos parceiros, mais de 5.000 máscaras para doação.

O grupo gestor da campanha também identificou trabalhadores/as informais que atuavam ao redor da universidade e prestou-lhes assistência, suporte e auxílio. Eram trabalhadores/as que não residiam nas comunidades de Salobrinho e Vila Cachoeira e se deslocavam de outras cidades, como Itabuna e Ilhéus, para garantir a geração de trabalho e renda para suas famílias em função do grande fluxo de pessoas na UESC. Finalmente, podemos mencionar que também foi prestado auxílio aos/às trabalhadores/as das empresas terceirizadas que atuavam na Universidade, pois a empresa não pôde manter seus compromissos de salário por conta da suspensão de contrato em decorrência do decreto de contingenciamento do governo estadual, publicado no início da pandemia.

Ações nas enchentes no sul da Bahia e ampliação da campanha UESC Solidária

Para agravar ainda mais a situação de carência das famílias já atendidas e outras, no final do ano de 2021,

as fortes chuvas causaram enchentes que atingiram o sul da Bahia. Centenas de desabrigados e um caos coletivo apontaram para a necessidade de ampliação da campanha, que se tornou um dos principais centros de arrecadação e distribuição de donativos, roupas, cestas básicas, água potável e alimentação (café da manhã/almoço) nos territórios atingidos. Passamos a atender a diversas famílias de variadas comunidades rurais e de bairros periféricos, como Japu, Maria Japé, APAUT, Vila Juerana, Lagoa Encantada, Ponta da Tulha, Teotônio Vilela, Banco da Vitória e Banco do Pedro, todos em Ilhéus, e Bananeira, Ferradas, Mangabinha, Rua de Palha e outros, em Itabuna. Além de outros municípios do território sul da Bahia, como Arataca, Itajuípe, Itapé, Coaraci, Itapé, Uruçuca e Itacaré, entre outros.

A campanha recebeu doações de outros estados do país e teve, também, ajuda internacional. Foram arrecadados e investidos em média R\$ 206.877,84 no período pós-enchente e foram doados mais de 150 toneladas de alimentos, água, roupas, colchões, botijões de gás, itens de higiene pessoal e consertos de geladeiras atingidas pelas enchentes, entre outras formas de auxílio que identificávamos necessárias.

O ANDES-SN e várias seções sindicais, como ADUNICAMP e ADUENF entre outras, colaboram de forma direta para o auxílio das comunidades atingidas pelas enchentes na região. Teve papel de des-



Estado em que ficou uma casa na beira do Rio Cachoeira, no Bairro de Salobrinho, em Ilhéus (BA)
Foto: Rafael Bertoldo

taque nessas ações a colaboração da CSP Conlutas, central sindical da qual a ADUSC e o ANDES-SN fazem parte.

Nessa tragédia na Bahia, 168 municípios foram afetados. Desse total, 157 estiveram sob decreto de emergência. A Superintendência de Proteção e Defesa Civil da Bahia, no dia 4 de janeiro do 2021, contava que os números referentes à população atingida pelas enchentes que ocorreram em diversas regiões do estado foram de 29.243 desabrigados, 73.518 desalojados, 26 mortos e 520 feridos. O número total de atingidos de alguma forma pelas enchentes chegou a 796.882 pessoas. Foi assim que, diante da ausência do poder público em diversos locais do estado, as associações dos docentes das universidades estaduais de Santa Cruz (ADUSC) e do sudoeste da Bahia (ADUSB), ambas seções sindicais do ANDES-SN, em unidade com diversas entidades e movimentos sociais, realizaram ações de solidariedade às famílias das vítimas das enchentes. Segundo Luiz Henrique Blume, 3º secretário do ANDES-SN, a população que vivia em diversos bairros localizados nas cidades de Itabuna e Ilhéus e em outras regiões ficou isolada diante das fortes chuvas ocorridas no período entre 24 a 30 de dezembro. “Nesse primeiro momento, houve uma ausência completa do poder público, que demorou muito para enviar assistentes sociais para cadastrar as famílias desabrigadas. Somente a partir do dia 30 é que esse cadastramento começou a ser feito, e de uma forma muito desarticulada com as três esferas: municipal, estadual e federal”, conta. Como a BR-415 (rodovia que une Ilhéus a Itabuna e na qual a UESC se encontra, dentro do Bairro de Salobrinho) ficou interditada em vários pontos, foi a própria comunidade pobre que ajudou inicialmente. Dentro da precariedade de sua situação, uns ajudaram os outros resgatando idosos, crianças e vizinhos de casas alagadas, muitas vezes perdendo seus próprios pertences na ação de salvar vidas. No dia 25 de dezembro de 2020, nove famílias foram abrigadas no Hospital Veterinário da UESC. Mais famílias de desabrigados ocuparam casas de parentes, três escolas municipais e as dependências do Instituto Federal Baiano (IFBA). Como essas populações ficaram isoladas por um final de semana, a UESC Solidária contou com o apoio de dois comércios locais de Salobrinho para suprir

as primeiras necessidades. Somente foi possível ter acesso para ações presenciais no dia 28 de dezembro do 2021. Foram inúmeros os relatos de moradores da região a respeito dos helicópteros de resgate passando pelas suas cabeças e se dirigindo para auxílio de um condomínio de alto padrão em Itabuna, afetado também pela enchente, sob o olhar angustiado da população pobre de Salobrinho e da Vila Cachoeira, que se debatia dentro da água.

Foi somente em meados de fevereiro de 2022 que as últimas sete famílias saíram do *campus* da Universidade para o que restou de suas casas ou para casas alugadas, com o auxílio do CRAS e da UESC Solidária, levando roupas e poucos móveis para um recomeço, fruto das doações dos vários organismos e entidades que mencionamos. O auxílio para essas famílias e para mais dois abrigos, uma escola em Salobrinho e outra escola na Vila Cachoeira, se estendeu até março do 2022.

Nossa campanha não tem o registro exato de famílias e pessoas beneficiadas por ela, que durou aproximadamente dois anos, compreendendo o período de março de 2020 a abril de 2022. Mas, no grave período das enchentes no sul da Bahia, estimamos que foi gerado impacto direto e indireto em 30 mil pessoas e 6.000 famílias.

Encerramento e relatório da campanha

Nossa campanha não tem o registro exato de famílias e pessoas beneficiadas por ela, que durou aproximadamente dois anos, compreendendo o período de março de 2020 a abril de 2022. Mas, no grave período das enchentes no sul da Bahia, estimamos que foi gerado impacto direto e indireto em 30 mil pessoas e 6.000 famílias.

As redes sociais da UESC Solidária no Instagram e no Facebook funcionaram como aporte de registros de nossas ações. Sugerimos que sejam consultadas por aqueles/as que quiserem conhecer melhor o que fizemos e saber mais detalhes sobre as ações da campanha. Foram nossa principal via de comunicação com colaboradores e doadores, além de efetuar comprovações, prestações de contas, registros de entre-

gas, relatos, vídeos etc. Destacamos algumas matérias jornalísticas em blogs e sites sobre as ações ostensivas e emergentes que foram desenvolvidas. Destacamos que a repercussão das enchentes tomou projeção nacional e a nossa campanha foi uma das diversas mobilizadas para arrecadação e desenvolvimento de ações coordenadas com a finalidade de mitigar as mazelas sociais causadas, sem tirar do poder público a obrigação de promover a assistência àquelas famílias. Fomos, sobretudo, parceiros das prefeituras e dos centros de referência para a assistência social à região atingida, pois nossos objetivos eram comuns e convergentes. Indicamos, assim, algumas pesquisas a respeito dessas ações nos seguintes endereços:

<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/secoes-sindicais-realizam-acoes-de-solidariedade-as-familias-atingidas-pelas-enchentes-na-bahia1/page:21/sort:Conteudo.created/direction:desc;>

[https://costadocacau.blog.br/entidades-dialogam-sobre-a-entrega-de-donativos-que-estao-na-uesc/;](https://costadocacau.blog.br/entidades-dialogam-sobre-a-entrega-de-donativos-que-estao-na-uesc/)

[https://reclameboca.com.br/chuvas/uesc-solidaria-aos-desabrigados/;](https://reclameboca.com.br/chuvas/uesc-solidaria-aos-desabrigados/) [https://pimenta.blog.br/tag/rede-uesc-solidaria/;](https://pimenta.blog.br/tag/rede-uesc-solidaria/) [https://www.portal.adusc.org/uesc-solidaria-distribui-cestas-basicas-de-junho/;](https://www.portal.adusc.org/uesc-solidaria-distribui-cestas-basicas-de-junho/)

[https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/01/03/sobe-para-26-o-numero-de-mortes-por-cao-da-bahia.ghtml;](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/01/03/sobe-para-26-o-numero-de-mortes-por-cao-da-bahia.ghtml)

[https://globoplay.globo.com/v/10179230/;](https://globoplay.globo.com/v/10179230/)

[https://g1.globo.com/df/distrito-federal/bom-dia-df/video/mais-de-mil-familias-ficam-desabrigadas-com-enchentes-no-sul-da-bahia-10163419.ghtml;](https://g1.globo.com/df/distrito-federal/bom-dia-df/video/mais-de-mil-familias-ficam-desabrigadas-com-enchentes-no-sul-da-bahia-10163419.ghtml) e

Revista Universidade e Sociedade: edição ano XXXII - nº 70 - julho de 2022 (p. 54): https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade.

Quando as águas baixaram e os rios voltaram ao seu leito natural, as necessidades dos moradores continuaram, mas foram criados cenários estranhos, com possíveis candidatos a vereadores e prefeitos colocando-se como caminhos para soluções. Muitos/as dos/as atingidos/as das enchentes foram iludidos/as pelo “canto de sereia” dos políticos, que prometeram casas e bairros novos, onde eles poderiam refazer suas vidas. Foram realizadas visitas técnicas para as casas que foram atingidas e terrenos onde ficavam as casas levadas pela enchente. Muitas delas foram condenadas pela Defesa Civil, que realizou as perícias. Assim, não pôde ser implementado auxílio para a reconstrução, oferecida por uma empresa particular para os/as moradores/as em situação emergencial. Finalmente, o processo de reconstrução e retorno para os terrenos e casas foi levado à frente pelos mesmos/as moradores/as, com a ajuda de vizinhos/as e amigos/as da comunidade, já que o que foi oferecido pelos políticos não passou de promessa.

É importante constar aqui que, até a finalização deste relato, muitos/as dos/as atingidos/as pelas enchentes e pessoas em situação de extrema pobreza retornaram à sua situação de invisibilidade aos olhos do Estado.

Considerações finais

Na conjuntura em que o Brasil se encontra, após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, as desigualdades têm crescido de forma exponencial, deixando em descoberto o total descaso dos governos Temer e Bolsonaro para com o povo. A pandemia da Covid-19 mostrou a fragilidade das atuais políticas públicas e a irresponsabilidade do governo federal, que disseminou o negacionismo e protagonizou a falta de assistência emergencial à saúde, o que terminou por tirar a vida de mais de 680 mil brasileiros.

Perante esse cenário crítico, os sindicatos reforçam a solidariedade dentro das cinco funções básicas que norteiam suas ações: negociação, assistência,

Quando as águas baixaram e os rios voltaram ao seu leito natural, as necessidades dos moradores continuaram, mas foram criados cenários estranhos, com possíveis candidatos a vereadores e prefeitos colocando-se como caminhos para soluções. Muitos/as dos/as atingidos/as das enchentes foram iludidos/as pelo “canto de sereia” dos políticos, que prometeram casas e bairros novos, onde eles poderiam refazer suas vidas. Foram realizadas visitas técnicas para as casas que foram atingidas e terrenos onde ficavam as casas levadas pela enchente. Muitas delas foram condenadas pela Defesa Civil, que realizou as perícias.

arrecadação, colaboração e representação. Na edição 70 da Revista Universidade e Sociedade, foi resgatada a pauta solidariedade, com ações que as seções sindicais do ANDES-SN desenvolveram durante a pandemia em reação às tragédias ambientais. Aqui explicamos com mais detalhes o surgimento do que se denominou Rede UESC Solidária, uma ação conjunta das entidades de classe AFUSC, ADUSC e DCE Carlos Marighela, com o apoio da pró-reitoria de extensão da UESC e de outras entidades parceiras da sociedade civil para combater os efeitos transversais da pandemia da Covid-19.

Neste relato de atividades, realizado pelas entidades de classe AFUSC e ADUSC (Seção Sindical do ANDES-SN), mostramos, de forma resumida, as ações de solidariedade feitas pelas instituições durante o período mais agudo da pandemia. As ações conjuntas dessas entidades atenuaram a fome de muitos

moradores da região próxima à UESC através de entregas de cestas básicas compradas por doações provenientes da campanha de arrecadação implementada. Com a tragédia das inundações do final do ano de 2021, a Rede UESC Solidária estendeu seu raio de abrangência para cobrir, mais uma vez, a falta de política de prevenção e tratamento de tragédias ambientais por parte dos governos municipais, estaduais e federal. E, por fim, é também papel da universidade pública estar atenta aos anseios e às necessidades da maioria da população, contribuindo para a reparação da injustiça social à qual a sociedade brasileira tem sido submetida. **US**

Registros da campanha Uesc Solidária

Fotos: Rafael Bertoldo



Elaboração de almoço na cozinha solidária montada nas dependências da Agroindústria (UESC), com ajuda de voluntários/as do bairro de Salobrinho



Compra de alimentos perecíveis e água em um supermercado para dar apoio aos três centros de refugiados no Salobrinho e em Vila Cachoeira



Compra de primeiros colchões para os desabrigados, com parte do auxílio fornecido pelo ANDES-SN



Entrega na UESC de fogões e botijões doados pela ONG Razões para Acreditar e pela Central Sindical CSP-Conlutas



Entrega de água para o albergue de desabrigados, montado na Escola Municipal de Vila Cachoeira

ALESSI S. M. A. *et. al.* A crise sanitária aliada às consequências da pandemia pela Covid-19 no contexto da crise do capital, p. 8, **Universidade e Sociedade**, nº 67, 14 jan. 2021.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil: o IDHM. 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em: 01 out. 2022.

CADERNOS ANDES. Brasília: Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, 2013, nº 2, 4. ed.

CAVALCANTI, B. M.; VENERIO, C. M. S. **Uma ponte para o futuro?** Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. Brasília, DF, a. 54, nº 215, jul./set. 2017, p. 139-162.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: Uma ponte para o futuro.

Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015a. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf. Acesso em: 12 set. 2016.

REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE 70: Solidariedade: uma pauta sempre importante para o ANDES-SN, Brasília, DF, ISSN 1517 - 1779, julho de 2022.

referências

José Lanzellotti, o ilustrador das gentes brasileiras

Bira Dantas,

59 anos, é chargista do movimento sindical há 40.

E não pretende parar tão cedo...

E-mail: biradantas2000@gmail.com



Retrato de José Lancelotti por Bira Dantas, 2022

Quem não se lembra da coleção de fascículos “Brasil, histórias, costumes e lendas”, lançada nas bancas pela Editora Três? Quem tem, como eu, uns 60 anos, certamente se lembra. Em 1979, eu tinha 16 anos e comprava gibis na banca do seu Zé, numa esquina bem conhecida do Tatuapé, Zona Leste de São Paulo. Um dia, ele me perguntou se eu não queria trabalhar meio período lá, entregando jornais e tomando conta da banca na parte da manhã. Ele me pagaria uma gracinha e mais os gibis que eu quisesse, desde que nenhum cliente demonstrasse interesse. Meus olhos brilharam. Já na primeira semana, vi o nº 1 da tal coleção de fascículos que mostraria aquele Brasil enorme para quem se dispusesse a conhecê-lo. Fui para casa todo contente. Minha mãe achou muito auspicioso que eu me dedicasse ao trabalho, lazer e estudo ao mesmo tempo. Já eu achei aquela revista muito mais auspiciosa que qualquer estudo. Ela abriu meus olhos para o Brasil. Brasil de minha mãe e de meu pai, nascidos no Rio Grande do Norte, que já mostrava ter tanta amplitude social e cultural.

Mas o que mais me chamava a atenção nos fascículos, além dos textos que esmiuçavam características econômicas, culturais e geográficas, eram as ilustrações feitas a bico de pena e pintadas em aquarela e guache pelo artista inigualável José Lanzellotti.

BRASIL

Histórias, costumes e lendas

17



R\$ 2,90

Obra completa em 20 fascículos

Neste Fascículo:
O FOLCLORE
DO RIO DE JANEIRO





RAIMUNDO Cangaceiro

HISTÓRIA E ILUSTRAÇÃO DE J. LANZÉLOTTI

APÓS HAVER DEVOLVIDO O DINHEIRO AOS SERTANEJOS, RAIMUNDO VOLTA PARA O SERTÃO, AFIM DE INTEGRAR-SE NOVAMENTE NO BANDO DE CANGACEIROS DE SUSSUARANA.

O céu está escurecendo, felizmente irá chovê.

A PREVISÃO DE RAIMUNDO FÔRA ACERTADA. NÃO TARDOU MUITO, DESPENCOU TREMENDA CARGA D'ÁGUA QUE JÁ HA DOIS ANOS NÃO CAÍA NO NORDESTE.



Viva a água! Ieeee!



Ora viva, Raimundo! Até parece que vai chovê!

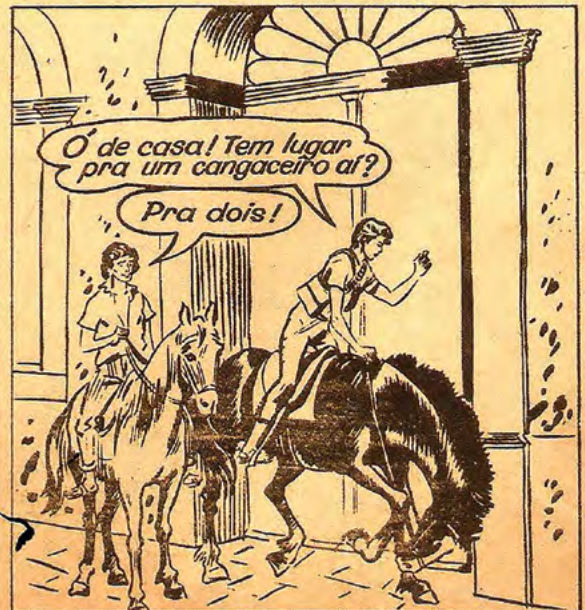
Se não me engano vai mesmo e água molhada! Há! Há!

JÁ PERTO DA CIDADE, RAIMUNDO ENCONTRA-SE COM SEU AMIGO ROGÉRIO.

E QUANDO PASSAM PELO SÍTIO ONDE MORA JACIRA E SEU TIO, ÊLES RESOLVEM PARAR PARA SE ESCONDEREM DA CHUVA.



Vamos apear por aqui mesmo, Rogério, se não vamos acabá virando frango d'água.



O de casa! Tem lugar pra um cangaceiro aí?

Pra dois!

Arte que eu conhecera dois anos antes, aos quatorze anos, com outro gigante da ilustração: o quadrinhista lusitano Jayme Cortez. Ele havia me presenteado com o livro “A técnica do desenho”, que considero minha “Bíblia da ilustração”. Nele, 45 importantes ilustradores de quadrinhos davam dicas de proporções, movimentos, enquadramento, anatomia e estilização. Entre os 45, me fixei em Lanzellotti, criador do gibi “Raimundo, o cangaceiro”, publicado em 1953 pela editora Aliança Juvenil. Este gibi eu não conheci. Só nasci dez anos depois e, quando comecei a frequentar os sebos de livros e gibis (meu paraíso até hoje), “Raimundo” já era um item raro de ser encontrado.



Nascido em 1926, José Lanzellotti iniciou sua carreira na pintura ainda adolescente. Sua filha, Jussara Lanzellotti, que há décadas cuida da memória e do acervo gráfico de seu pai, conta: “Mochila às costas, viajou a pé, de jangada, de carro de boi e de trem. Assim correu o Brasil de ponta a ponta, evitando as grandes capitais. Nas pequenas cidades do interior e nas aldeias indígenas, foi construindo uma fabulosa coleção de pranchas, nas quais, a nanquim e a cores, reconstituiu, em seus mínimos detalhes, o Brasil autêntico, com as roupas típicas do povo, suas armas e utensílios indígenas, as festas...”

Em 1949, com apenas 23 anos, integrou a Expedição Roncador-Xingu, dos irmãos indigenistas Villas-Bôas. Essa vivência enriqueceu de forma definitiva sua visão do que era o Brasil: um país rico e vastíssimo em todos os sentidos, mas com povos que sofriam e sofrem com o perverso processo de invasão, destruição, desapropriação territorial, imposição cultural e apagamento.

Para termos uma ideia de sua importância como ilustrador, o jornalista e escritor paulistano Afonso Schmidt chamou-o de “o Debret do século XX”.

Nos anos 1970, Lanzellotti publicou quadrinhos na revista Curupira (Editora Bentivegna) e “A lenda da Iara”, para a Revista Crás (Editora Abril). Também criou os figurinos do filme “Iracema, a virgem dos lábios de mel”, baseado no romance de José de Alencar.





Mas foi apenas em 1981 ou 1982 que pude conhecê-lo pessoalmente, no estúdio Ely Barbosa, onde eu desenhava o gibi “Os Trapalhões” (Bloch Editores). Ely editava dezenas de revistas, livros, animações e discos e contratava muitos desenhistas no sistema *freelance*. Lanzellotti estava lá para oferecer seu trabalho.

Pude ver suas pranchas e me lembro de sua elegância ao apresentar suas obras de arte. Não apenas na forma como se vestia – estava vestido quase social –, mas também na elegância ao folhear seu portfólio. Ele certamente tinha plena consciência do que representavam aquelas imagens riquíssimas. Eu só teria esta noção anos mais tarde, quando fui presenteado por sua filha, Jussara, com duas ilustrações. Uma delas tinha, inclusive, uma pena de pássaro usada por indígenas da reserva que ele havia visitado para fazer seus apontamentos e croquis.

Isso me fez pensar na arte como algo muito além de ser meramente ilustrativa. Me fez pensar na arte como forma de aproximar, conhecer, respeitar e compreender a novidade, a diferença. Para isso, não dava para olhar como se olha – com olhos que apenas olham. Lanzellotti não pintava aquelas pessoas e seus habitats com a visão de um estrangeiro, mas com a



José Lanzellotti, o ilustrador das gentes brasileiras

de um igual, um nativo, como se ele não precisasse vê-las para pintá-las, como se ele as sentisse e as respeitasse. Como se ele subvertesse seus sentidos e passasse a ter olhos de ouvir, ouvidos de ver, nariz de tocar e mãos de cheirar. E saiu por aí mostrando o que não podíamos ver, nem ouvir, nem cheirar, alargando horizontes que eram estreitos e nos fazendo vislumbrar a diversidade de nosso próprio e tão desconhecido país. E mais: levou essa diversidade para jovens estudantes, fazendo ferver a ideia do estudo

e do conhecimento, levando-a a transbordar com a ideia do respeito.

Os retratos do Mestre Lanzellotti fazem parte de um enorme mosaico de realidades e de resistências dessas gentes lutadoras, visíveis, íntegras e cheias de ser. É um orgulho enorme vê-lo como ilustrador que desenhava o que sentia com todos os sentidos, onde a técnica estava a serviço de uma proposta inclusiva e planetária. **US**



Pioneiro com uma corneta

Aleksandr Rodchenko

Fotografia, 1930, Moscou, Federação Russa

Aleksandr Rodchenko (Rússia, 1891-1956)

A plenos pulmões¹

Primeira introdução ao poema

Dezembro 1929-janeiro 1930

Vladimir Maiakovski (Rússia, 1893-1930)

Caros
.....camaradas
.....futuros!
Revolvendo
.....a merda fóssil
.....de agora,
.....perscrutando
estes dias escuros,
talvez
.....perguntareis
.....por mim. Ora,
começará
.....vosso homem de ciência,
afagando os porquês
.....num banho de sabença,
conta-se
.....que outrora
.....um férvido cantor
a água sem fervura
.....combateu com fervor
Professor,
.....jogue fora
.....as lentes-bicicleta!
A mim cabe falar
.....de mim
.....de minha era.

1. Do livro Maiakovski - Poemas (São Paulo: Editora Perspectiva, 1982), tradução de Haroldo de Campos. Extraído de: <https://www.escritas.org/pt/vladimir-maiakovski>. MAIAKOVSKI, Vladimir. *A plenos pulmões*. 1930. Tradução de Haroldo de Campos. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/vladimir-maiakovski>. Acesso em: 26 dez. 2022.



Monumento a Pushkin

Aleksandr Rodchenko

Fotografia, 1930, Moscou, Federação Russa

Eu – incinerador,
eu – sanitarista,
 a revolução
me convoca e me alista.
 Troco pelo “front”
a horticultura airosa
 da poesia –
fêmea caprichosa.
 Ela ajardina o jardim
 ...virgem
vargem
sombra
alfombra.
 “É assim o jardim de jasmim,
 o jardim de jasmim do alfenim”
 Estes verte versos feito regador,
 aquele os baba,
 boca em babador, –
 bonifrates encapelados,
descabelados vates –
 entendê-los,
ao diabo!,
quem há-de...
 Quarentena é inútil contra eles –
mandolinam por detrás das
 paredes:
 “Ta-ran-tin, ta-ran-tin,
ta-ran-ten-n-n...”
 Triste honra,
se de tais rosas
 minha estátua se erigisse:
 na praça
escarra a tuberculose;
 putas e rufiões
numa ronda de sífilis.

Também a mim
.....a propaganda
.....cansa,
é tão fácil
.....alinhar
.....romanças, –
mas eu
.....me dominava
.....entretanto
e pisava
.....a garganta do meu canto.
Escutai,
.....camaradas futuros,
o agitador,
o cáustico caudilho,
o extintor
.....dos melífluos enxurros:
por cima
.....dos opúsculos líricos,
eu vos falo
.....como um vivo aos vivos.
Chego a vós,
.....à Comuna distante,
não como lessiênin,
.....guitarriarcaico.
Mas através
.....dos séculos em arco
sobre os poetas
.....e sobre os governantes.



Ouvinte de rádio

Aleksandr Rodchenko

Fotografia, 1929, Moscou, Federação Russa

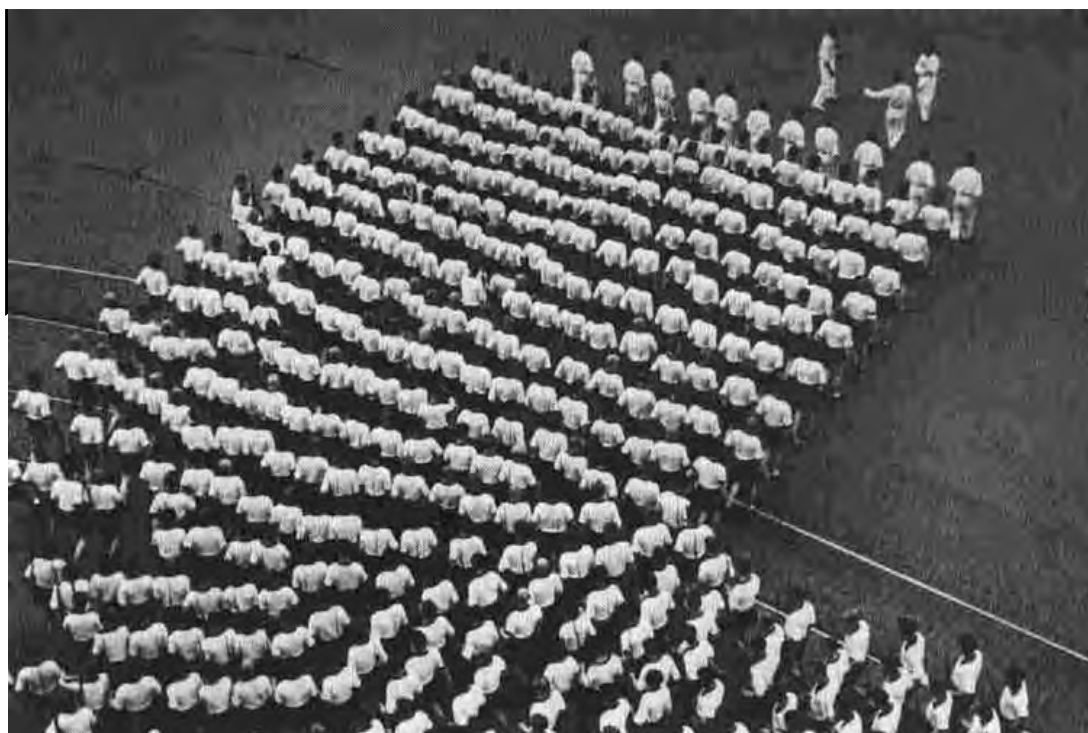
Meu verso chegará,
não como a seta
 lírico-amável,
que persegue a caça.
 Nem como
ao numismata
 a moeda gasta,
 nem como a luz
das estrelas decrépitas.
 Meu verso
com labor
rompe a mole dos anos,
 e assoma
a olho nu,
palpável,
bruto,
 como a nossos dias
 chega o aqueduto
 levantado
por escravos romanos.
 No túmulo dos livros,
versos como ossos,
 se estas estrofes de aço

acaso descobrires,
 vós as respeitareis,
como quem vê destroços
 de um arsenal antigo,
mas terrível.
 Ao ouvido
não diz
blandícias
minha voz;
 lóbulos de donzelas
de cachos e bandós
 não faço enrubescer
com lascivos rondós.

Parada do Dinamo Esporte Clube

Aleksandr Rodchenko

Fotografia, 1928, Moscou, Federação Russa



Desdobro minhas páginas
.....– tropas em parada,
e passo em revista
.....o front das palavras.
Estrofes estacam
.....chumbo-severas,
prontas para o triunfo
.....ou para a morte.
Poemas-canhões, rígida coorte,
apontando
.....as maiúsculas
.....abertas.
Ei-la,
.....a cavalaria do sarcasmo,
minha arma favorita,
.....alerta para a luta.
Rimas em riste,
.....sofreando o entusiasmo,
eriça
.....suas lanças agudas.

E todo
.....este exército aguerrido,
vinte anos de combates,
não batido,
eu vos dôo,
.....proletários do planeta,
cada folha
.....até a última letra.
O inimigo
.....da colossal
.....classe obreira,
é também
meu inimigo
.....figadal.
Anos
.....de servidão e de miséria
comandavam
.....nossa bandeira
vermelha.
Nós abríamos Marx
.....volume após volume,
janelas
.....de nossa casa
abertas amplamente,
mas ainda sem ler
.....saberíamos o rumo!
onde combater,
.....de que lado,
.....em que frente.



Escada

Aleksandr Rodchenko

Fotografia, 1930, Moscou, Federação Russa

Dialética,
não aprendemos com Hegel.
 Invadiu-nos os versos
ao fragor das batalhas,
 quando,
 sob o nosso projétil,
 debandava o burguês
que antes nos debandara.
 Que essa viúva desolada,
– glória –
 se arraste
 após os gênios,
merencória.
 Morre,
meu verso,
como um soldado
 anônimo
 na lufada do assalto.
 Cuspo
sobre o bronze pesadíssimo,
 cuspo
sobre o mármore viscoso.
 Partilhemos a glória, –
entre nós todos, –
 o comum monumento:
 o socialismo,
forjado
na refrega
e no fogo.
 Vindouros,
varejai vossos léxicos:
do Letes
brotam letras como lixo –
 “tuberculose”,
“bloqueio”,
“meretrício».
 Por vós,
geração de saudáveis, –
um poeta,
com a língua dos cartazes,
 lambeu
os escarros da tísis.

A cauda dos anos
.....faz-me agora
.....um monstro,
.....fossilcoleante.
Camarada vida,
.....vamos,
.....para diante,
galopemos
.....pelo quinquênio afora.
Os versos
.....para mim
.....não deram rublos,
.....nem mobílias
.....de madeiras caras.
Uma camisa
.....lavada e clara,
.....e basta, –
.....para mim é tudo.
Ao Comitê Central
.....do futuro
.....ofuscante,
.....sobre a malta
.....dos vates
velhacos e falsários,
.....apresento
.....em lugar
do registro partidário
.....todos
.....os cem tomos
.....dos meus livros militantes.



*Quadriga de Apolo na
frente do Teatro Bolshoi*
Aleksandr Rodchenko
Fotografia, 1930, Moscou,
Federação Russa



A HQ “Zoo”, com ilustrações de Bira Dantas produzidas a partir de trechos do livro “Ave Palavra”, do poeta e romancista Guimarães Rosa, foi premiada com o terceiro lugar na categoria “História em Quadrinhos”, no 17º Salão Internacional de Humor Caratinga, em Minas Gerais.

PENSAMENTOS DE
GUIMARÃES ROSA
SOBRE NOSSOS
AMIGOS DO...

ZOO

FRASES PIÇADAS DO
LIVRO "AVE, PALAVRA"

DUAS ZEBRAS BRIGAM=
SE ATIRAM CONTRA E CONTRA,
EMPINADAS E TUDO...

...ZÁS, ZÁS, SÃO RELÂMPAGOS.



A TOUPEIRA, ENCAPUZADA=
QUE É UMA FOCA SO
SUBTERRÂNEA.

O JOVEM LEOPARDO COREANO
-CABEÇUDO E GATORRO-

SOFRE DE
SERIEDADE.



O DROMEDA'RIO APESAR-DE.

O CAMELO, ALÉM-DE.
A GIRAFA,
SOBRE-TUDO.

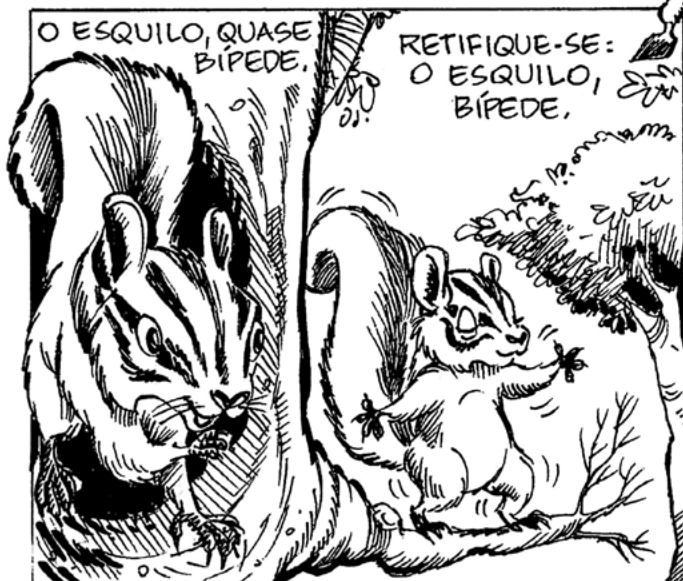


BIRA



A GAZELA QUE FINO PISA:
-OH FLORZINHA DE
QUATRO HASTES!

AS GAZELAS ASSUSTADAS
ALINHAM-SE FLEXIFACILMENTE.



O ESQUILO, QUASE
BÍPEDE.

RETIFIQUE-SE:
O ESQUILO,
BÍPEDE.



A CORUJA NÃO AGOURA:
O QUE ELA FAZ É SABER
OS SEGREDOS DA NOITE.



PAVÕES, GAVIÕES E RAPOSAS
GRITAM COM IDÊNTICA
TRISTEZA.



UMA BORBOLETA
TIRITA!

UM LEÃO RUGE A PLENOS TROVÕES.
O LINCE ZAROLHO.



O ELEFANTE DESCEU, ENTRE AS PONTAS
DAS PRESAS, DESENRODILHADA E SOBRO-
LHOSA, A TROMBA= QUE É A TESTA QUE
VEM AO CHÃO.



O PORCO-ESPINHO:
ESPALITOU-SE!



UM COELHO
PULOU NO AR
COMO A GENTE
ESPIRRA.

A GIRAFA
DE PISA.



A MASSA PRINCIPAL = ELEFANTE.
UM VOLUME FECHADO = RINOCERONTE.
O AMORFO ARREMEDADO = HIPOPÓTAMO



O MACACO É
UM MENINÃO
- COM ALGUM
SENÃO.



SE TODO ANIMAL INSPIRA
SEMPRE TERNURA, QUE
HOUE, ENTÃO, COM O
HOMEM?





Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!
Manifestantes seguram faixa: "Ditadura nunca mais!"
11 de agosto de 2022, João Pessoa, PB
Foto: ADUFPB

Derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas



As fotos do nº 71 da Revista Universidade e Sociedade trazem recortes de momentos de 2022 retratando a deliberação da categoria docente que apontou, no 65º CONAD realizado em Vitória da Conquista (BA), em julho deste ano, “Derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas”, mantendo a construção de unidade e fortalecimento da pressão em Brasília e nos estados, juntamente com os servidores e as servidoras das demais entidades que compõem o Fonasefe.



Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
11 de agosto de 2022, Pelotas, RS
Foto: Vanessa Silveira - ADUFPEL

O chamado à luta diante de mais um ataque do governo que, ao sancionar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de 2023, vetou 36 dispositivos aprovados pelo Congresso Nacional e, entre eles, um impedia que os orçamentos de universidades e institutos federais sofressem novos cortes nos recursos destinados à educação superior em 2023.

A redução do orçamento, ano após ano, em acordo com a baixa execução orçamentária e, em conjunto com os contingenciamentos, tem prejudicado o funcionamento das universidades, institutos federais e Cefets. No início de 2022, o MEC sofreu um corte de R\$ 736,3 milhões em seus recursos. Desse montante, R\$ 87,5 milhões foram retirados do apoio à consolidação, reestruturação e modernização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) e R\$ 74,3 milhões do fomento ao desenvolvimento e modernização dos sistemas de ensino de Educação Profissional e Tecnológica.

Em 27 de maio desse ano, o ministério comunicou às universidades federais um bloqueio de R\$ 3,23 bilhões no orçamento da pasta, o que resultaria em uma redução de 14,5% nas verbas de uso discricionário das universidades federais – que engloba funcionamento (água e luz), obras, contratação de serviços de terceirização de mão de obra e despesas com assistência estudantil.



Derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas

Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
 11 de agosto de 2022,
 Belém, PA
 Foto: Danielle Ferreira -
 ASCOM - ADUFPA

Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
 Manifestantes seguram a
 bandeira do Brasil
 11 de agosto de 2022,
 Minas Gerais
 Foto: ADUFLA



EDUCAÇÃO
é a nossa
ARMA

NÃO
NÃO
aos CORTES
à PRIVATIZAÇÃO

○
CONHECIMENTO
▶▶▶ DESTROÍ ◀◀◀
MITOS



.....
Manifestação em defesa da democracia
'Fora Bolsonaro!'

Manifestantes seguram cartazes
11 de agosto de 2022, Pelotas, RS
Foto: Vanessa Silveira - ADUFPEL



Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
 Manifestantes seguram faixa: "A luta não acabou! Esse é o grito do trabalhador que quer os seus direitos de volta!"
 11 de agosto de 2022, Bahia
 Foto: ASCOM - ADUFSBA

Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
 Manifestantes seguram faixa: "Estudantes contra os cortes nos institutos, CEFETs e universidades públicas"
 11 de agosto de 2022, Bahia
 Foto: ASCOM - ADUFSBA

O corte foi corrigido dias depois para 7,2%, após diversas manifestações de repúdio de entidades ligadas à educação, entre elas o ANDES-SN. No ofício enviado às reitoras e aos reitores, o MEC informava a decisão de repassar esse bloqueio de forma linear a todos os órgãos vinculados, como a CAPES, a EBSEH e o FNDE. No final de julho, o Ministério da Economia aumentou o valor de bloqueio do orçamento de 2022 em mais R\$ 2,1 bilhões e, com isso, o valor do contingenciamento total, desde janeiro, é de R\$ 12,7 bilhões. Os ministérios da Saúde e da Educação foram os mais atingidos, com bloqueios de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente.

Também nos estados e municípios têm sido muitos os enfrentamentos dos/as trabalhadores/as da educação das universidades estaduais e municipais.



• Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
• 11 de agosto de 2022, Vitória da Conquista, BA
• Foto: Halanna Andrade - ADUSB





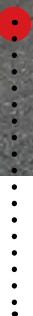
Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
 Maria Regina de Avila, Secretária Geral do ANDES-SN, discursa
 11 de agosto de 2022, Brasília, DF
 Foto: André Luis

Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
 11 de agosto de 2022, UnB, Brasília, DF
 Foto: Bruna Adelaide Yunes



No Dia dos Estudantes, 11 de agosto, estivemos nas ruas em mais de 50 cidades em defesa da democracia e dos direitos sociais, pelo "Fora Bolsonaro e Mourão", por eleições livres e contra a violência, o desemprego, a carestia e a fome.

Participamos do lançamento da campanha #RevogaJá, que organizou um ato na UnB, no dia 12 de agosto. Não nos faltavam motivos para lutar e para mobilizar a categoria docente no sentido de reivindicar seus direitos e, mais do que isso, para manter o compromisso de seguir lutando por uma vida digna para a classe trabalhadora brasileira.



• Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
• 11 de agosto de 2022, Brasília, DF
• Foto: André Luis



• Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
• Manifestante segura cartaz: "Em defesa da democracia, hoje a aula é na rua!"
• 11 de agosto de 2022, Alagoas
• Foto: Karina Dantas - ASCOM - ADUFAL

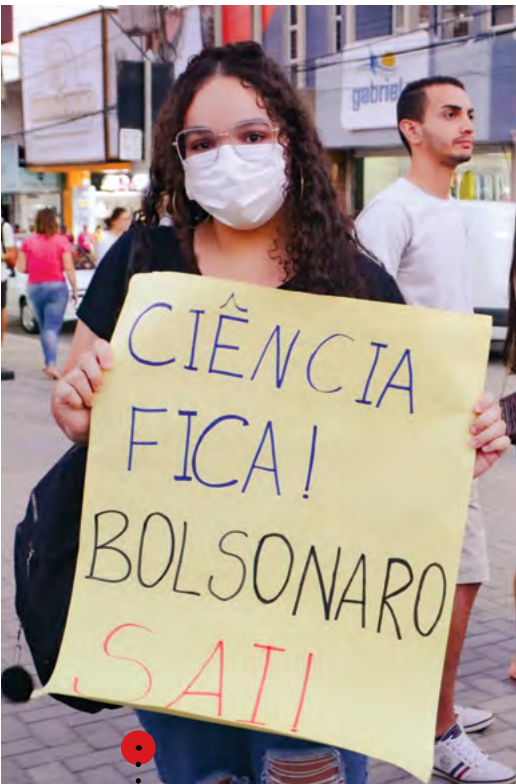


- Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
- Manifestante com cartaz: "Respeito ao voto popular"
- 11 de agosto de 2022, Alagoas
- Foto: Karina Dantas - ASCOM - ADUFAL

- Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
- 11 de agosto de 2022, Pelotas, RS
- Foto: Vanessa Silveira - ADUFPEL

O ANDES-SN não arrefeceu e seguimos mobilizando, pois "Derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas" era uma tarefa fundamental do ANDES-SN.

Em diversas cidades do país, manifestantes saíram às ruas em 18 de outubro, no Dia Nacional de Luta contra o Confisco das Verbas da Educação. Docentes, estudantes, técnicas e técnicos protestaram devido aos sucessivos cortes, contingenciamentos e confiscos feitos nos recursos destinados ao Ministério da Educação pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) durante os quatro anos de governo.



• Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
• Manifestante segura faixa: "Ciência fica! Bolsonaro sai!"
• 11 de agosto de 2022,
• Vitória da Conquista, BA
• Foto: Halanna Andrade - ADUSB



• Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
• Manifestante segura cartaz: "+ democracia – violência"
• 11 de agosto de 2022, UnB,
• Brasília, DF
• Foto: Bruna Adelaide Yunes



• Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
• Manifestante segura cartaz: "Quem tem medo do estudante na rua?"
• 11 de agosto de 2022, Alagoas
• Foto: Karina Dantas - ASCOM - ADUFAL

Conforme nota técnica elaborada pelas consultorias de orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados, em análise do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2023, para o próximo ano está prevista a destinação de R\$ 34,4 bilhões para a educação superior. Este é o menor valor nos últimos dez anos. Em 2012, o montante destinado à educação superior pelo Ministério da Educação foi de R\$ 41,2 bilhões. Até 2015, houve um crescimento no orçamento direcionado às IES federais, que, naquele ano, atingiu R\$ 51,1 bilhões. Desde então, os sucessivos cortes foram diminuindo os valores com as despesas das IES, que não foram corrigidos nem pela inflação do período, como prevê o teto dos gastos estabelecido pela Emenda Constitucional 95.



Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
11 de agosto de 2022, Alagoas
Foto: Karina Dantas - ASCOM - ADUFAL



Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
11 de agosto de 2022, Praça Costa Pereira Centro, Vitória, ES
Foto: ADUFES - Seção Sindical



Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
11 de agosto de 2022, Santa Maria, RS
Foto: Bruna Homrich Vasconcellos - SEDUFMS



Maniferação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
Manifestantes seguram faixa: "Em defesa da educaão, da democracia e por eleiões livres #Fora Bolsonaro"
11 de agosto de 2022, Fortaleza, CE
Foto: Nah Jereissati - ADUFC - Sindicato



Maniferação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
11 de agosto de 2022, Fortaleza, CE
Foto: Raíssa Veloso - SINDUECE

O quadro do ensino profissional é semelhante. Em 2012, foram repassados R\$ 14,7 bilhões. Em 2014, chegou a R\$ 20,4 bilhões. Nos anos seguintes, houve uma queda gradual e expressiva, chegando a R\$ 13,5 bilhões previstos para 2023. O último ataque do governo federal aos recursos da educação ocorreu no final de setembro, quando foi publicado um decreto que reprogramava o orçamento do MEC até o final do mês de novembro, impactando as universidades, institutos federais e Cefets.

Com isso, o MEC perdeu mais R\$ 1,1 bilhão do já exíguo orçamento da pasta. Dias após o confisco, os/as estudantes anunciaram manifestações para o dia 18.



• Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
• 11 de agosto de 2022, Mariana, MG
• Foto: Comunicação ADUFOP



• Leitura da carta
• 11 de agosto de 2022, Cuiabá, MT
• Foto: ADUFMAT

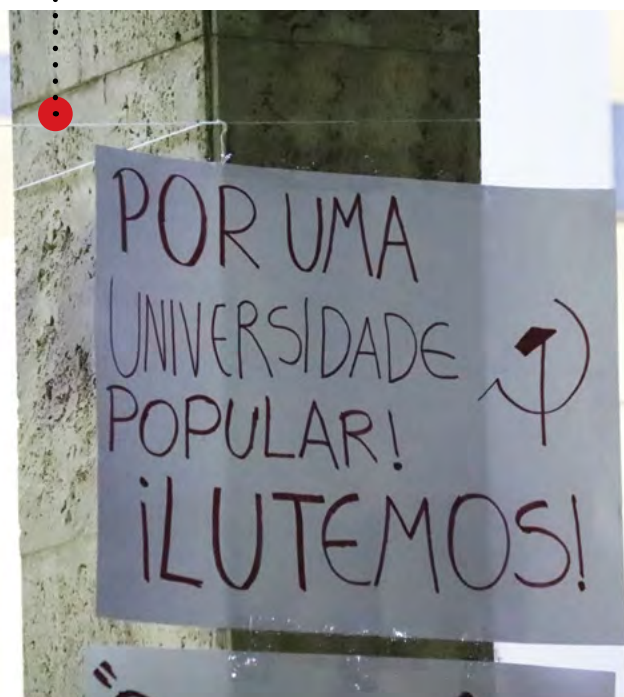


Manifestação em defesa da democracia 'Fora Bolsonaro!'
11 de agosto de 2022, Paraná
Foto: Luana Caroline Nascimento - SINDUEPG

Cartaz "Por uma universidade popular! Lutemos!"
11 de agosto de 2022, Paraná
Foto: Luana Caroline Nascimento - SINDUEPG

O impacto dessas medidas afeta as condições de funcionamento das instituições, além de dificultar o acesso e a permanência estudantil e de prejudicar projetos de extensão que atendem à população.

A conjuntura para o próximo período desafia-nos à tarefa de ampliar as lutas, colocar a resistência na rua e mobilizar nossa categoria em defesa da educação pública e de nossas pautas históricas. E delas não abriremos mão.





Em defesa da vacina e do auxílio emergencial, a ADUA participa do Dia Nacional de Mobilização pelo 'Fora Bolsonaro e Mourão' 29 de maio de 2021, Manaus, AM
Foto: Daisy Melo - ADUA - Seção Sindical do ANDES-SN



Docentes sindicalizados/as à ADUA e representantes de outras entidades reforçam o coro pelo 'Fora Bolsonaro', em frente à sede da ADUA 19 de agosto de 2022, Manaus, AM
Foto: Sue Anne Cursino - ADUA - Seção Sindical do ANDES-SN



Movimentos docente, estudantil e técnico da UESC em ato simbólico contra a PEC 32, com cruzes e lápides na entrada da Universidade 18 de agosto de 2021, Ilhéus, BA
Foto: Pablo Brandão - ASCOM - ADUSC

Ato pela defesa da democracia e eleições livres 11 de agosto de 2022, Ilhéus, BA
Foto: Bruna Cleisla - ASCOM - ADUSC

É preciso seguir na luta em unidade com a classe trabalhadora pela defesa da democracia, dos nossos direitos, por respeito ao resultado das eleições e, fundamentalmente, para preparar o enfrentamento à extrema direita, que está organizada e nos desafia a colocarmos nosso vigor político a serviço de um projeto societário humano efetivamente emancipado. **US**

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE está aberta à colaboração de docentes e profissionais interessados(as) na área e que desejam compartilhar seus estudos e pesquisas com os(as) demais. Os textos serão analisados na modalidade *double blind review*.

Objetivos

- Constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira, tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho etc.;
- Oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática;
- Divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de educação pública e gratuita de ensino e aprendizagem, cultura, artes, ciência e tecnologia;
- Divulgar as lutas, os esforços de organização e as realizações do ANDES-SN;
- Permitir a troca de experiências, o espaço de reflexão e a discussão crítica, favorecendo a integração dos docentes;
- Oferecer espaço para a apresentação de experiências de organização sindical de outros países, especialmente da América Latina, visando à integração e à conjugação de esforços em prol de uma educação libertadora.

Instruções gerais para o envio de textos

Os artigos e resenhas deverão ser escritos de acordo com as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conforme o Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Os artigos e resenhas enviados à *Universidade e Sociedade* serão submetidos à Editoria Executiva e aos conselheiros *ad hoc*. *Universidade e Sociedade* reserva-se o direito de proceder a modificações de forma e sugerir mudanças para adequar os artigos e resenhas às dimensões da revista e ao seu padrão editorial.

1 - Os textos devem ser *inéditos*, observadas as seguintes condições:

1.1 - Os artigos devem ter uma extensão máxima de 15 páginas (cerca de 40 mil caracteres), digitados

em Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, em espaço 1,5, sem campos de cabeçalhos ou rodapés, com margens fixadas em 1,5 cm em todos os lados; as resenhas devem conter no máximo 2 páginas, um breve título e a referência completa da obra resenhada - título, autor(es), edição, local, editora, ano da publicação e número de páginas;

1.2 - O título deve ser curto, seguido do nome, titulação principal do(a) autor(a), bem como da instituição a que está vinculado(a) e de seu e-mail para contato;

1.3 - Após o título e a identificação do(a) autor(a), deve ser apresentado um resumo de, aproximadamente, 10 linhas (máximo 1.000 caracteres), indicando os aspectos mais significativos contidos no texto, bem como o destaque de palavras-chave;

1.4 - As referências bibliográficas e digitais devem ser apresentadas, segundo as normas da ABNT (NBR 6023 de nov. de 2018), no fim do texto. Deverão constar apenas as obras, sítios e demais fontes mencionadas no texto. As citações, em língua portuguesa, também devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520 de ago. de 2002);

1.5 - As notas, se houver, devem ser apresentadas, no final do texto, numeradas em algarismos arábicos. Evitar notas extensas e numerosas;

2 - Os conceitos e afirmações contidos no texto, bem como a respectiva revisão vernacular, são de responsabilidade do(a) autor(a);

3 - O(a) autor(a) deverá apresentar seu minicurrículo (cerca de 10 linhas), no final do texto, e informar **endereço completo com CEP**, telefones e endereço eletrônico (e-mail), para contatos dos editores;

4 - O prazo final de envio dos textos antecede, em aproximadamente três meses, as datas de lançamento do respectivo número da Revista, que sempre ocorre durante o Congresso ou o CONAD, em cada ano. A Secretaria Nacional do ANDES-SN envia, por circular, as datas do período em que serão aceitas as contribuições, bem como o tema escolhido para a edição daquele número;

5 - Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico: andessp@andes.org.br;

6 - Artigos e resenhas publicadas dão direito ao recebimento de um exemplar.



EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTA
Rivânia Lucia Moura de Assis (UERN)

1º VICE-PRESIDENTE
Milton Pinheiro (UNEB)

2ª VICE-PRESIDENTA
Zuleide Fernandes de Queiroz (URCA)

SECRETÁRIA GERAL
Maria Regina de Avila Moreira (UFSC)

2ª SECRETÁRIA
Francieli Rebelatto (UNILA)

3º SECRETÁRIO
Luiz Henrique dos Santos Blume (UESC)

1º TESOUREIRO
Amauri Fragoso de Medeiros (UFCG)

3ª TESOUREIRA
Jennifer Susan Webb Santos (UFPA)

REGIONAL NORTE I

2º VICE-PRESIDENTE
José Sávio da Costa Maia (UFAC)

1ª SECRETÁRIA
Marilsa Miranda de Souza (UNIR)

1ª TESOUREIRA
Ana Lucia Silva Gomes (UFAM)

REGIONAL NORTE II

1ª VICE-PRESIDENTA
Joselene Ferreira Mota (UFPA)

2º VICE-PRESIDENTE
Rigler da Costa Aragão (UNIFESSPA)

1ª SECRETÁRIA
Zaira Vakeska Dantas da Fonseca (UEPA)

2ª SECRETÁRIA
Sueli Pinheiro da Silva (UEPA)

1ª TESOUREIRA
Andréa Cristina Cunha Matos (UFPA)

2ª TESOUREIRA
Dulcideia da Conceição (UFRA)

REGIONAL NORDESTE I

1ª VICE-PRESIDENTA
Sambara Paula Francelino Ribeiro (UECE)

2º VICE-PRESIDENTE
Cláudio Anselmo de Souza Mendonça (UFMA)

1º SECRETÁRIO
Gisvaldo Oliveira da Silva (UESPI)

1º TESOUREIRO
Luiz Eduardo Neves dos Santos (UFMA)

2º TESOUREIRO
Carlos Diego Rodrigues (UFC)

REGIONAL NORDESTE II

1ª VICE-PRESIDENTA
Cristine Hirsch (UFPB)

2º VICE-PRESIDENTE
Alexsandro Donato Carvalho (UERN)

1º SECRETÁRIO
Nelson Aleixo da Silva Júnior (UEPB)

2ª SECRETÁRIA
Jusciane da Costa e Silva (UFERSA)

1º TESOUREIRO
Marco Antonio Fidalgo Amorim (UFPE)

2º TESOUREIRO
Cauê Guion de Almeida (UFRPE)

REGIONAL NORDESTE III

1º VICE-PRESIDENTE
Marcos Antonio Tavares Soares (UESB)

1ª SECRETÁRIA
Zózina Maria Rocha de Almeida (UNEB)

2ª SECRETÁRIA
Reinalda Souza Oliveira (UEFS)

1º TESOUREIRO
Marcos Antônio da Silva Pedroso (UFS)

2º TESOUREIRO
Carlos Vitorio de Oliveira (UESC)

REGIONAL PLANALTO

1ª VICE-PRESIDENTA
Neila Nunes de Souza (UFT)

2º VICE-PRESIDENTE
Luis Augusto Vieira (UFG)

1º SECRETÁRIO
Fernando César Paulino Pereira (UFG-Catalão)

2º SECRETÁRIO
Paulo Henrique Costa Mattos (UNIRG)

2ª TESOUREIRA
Helga Maria Martins de Paula (UFG-Jataí/UFJ)

REGIONAL PANTANAL

1ª VICE-PRESIDENTA
Raquel de Brito Sousa (UFMT)
2ª VICE-PRESIDENTA
Adma Cristhina Salles de Oliveira (UEMS)
2º SECRETÁRIO
Cláudio Freire de Souza (UFGD)
1º TESOUREIRO
Breno Ricardo Guimarães Santos (UFMT)
2º TESOUREIRO
Luís Antônio Shigueharu Ohira (UNEMAT)

REGIONAL LESTE

1º VICE-PRESIDENTE
Mario Mariano Ruiz Cardoso (UFVJM)
1º SECRETÁRIO
Gustavo Seferian Scheffer Machado (UFMG)
1º TESOUREIRO
Ricardo Roberto Behr (UFES)
2ª TESOUREIRA
Clarissa Rodrigues (UFOP)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1ª VICE-PRESIDENTA
Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (UFF)
2ª VICE-PRESIDENTA
Rosineide Cristina de Freitas (UERJ)
2º SECRETÁRIO
Markos Klemz Guerrero (UFRJ)
1ª TESOUREIRA
Sonia Lucio Rodrigues de Lima (UFF)

REGIONAL SÃO PAULO

1º VICE-PRESIDENTE
Osvaldo Luis Angel Coggiola (USP)
2ª VICE-PRESIDENTA
Ana Paula Santiago do Nascimento (UNIFESP)
1ª SECRETÁRIA
Michele Schultz Ramos (USP)
2º SECRETÁRIO
Eduardo Pinto e Silva (UFSCAR)
1º TESOUREIRO
César Augusto Minto (USP)
2ª TESOUREIRA
Débora Burini (UFSCAR)

REGIONAL SUL

1º VICE-PRESIDENTE
Edmilson Aparecido da Silva (UEM)
1º SECRETÁRIO
Fernando Correa Prado (UNILA)
1º TESOUREIRO
Altemir José Borges (UTFPR)
2º TESOUREIRO
Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE
Carlos Alberto da Fonseca Pires (UFSM)
2ª VICE-PRESIDENTA
Manuela Finokiet (IFRS)
1º SECRETÁRIO
Cesar André Luiz Beras (UNIPAMPA)
2ª SECRETÁRIA
Sueli Maria Goulart Silva (UFRGS)
2ª TESOUREIRA
Flávia Carvalho Chagas (UFPEL)

SEDE NACIONAL

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C - Brasília - DF - CEP 70302-914

Tel.: (61) 3962-8400

E-mails: Secretaria - secretaria@andes.org.br / Tesouraria - tesouraria@andes.org.br / Imprensa - imprensa@andes.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE I

Av. Djalma Batista, 1719, Prédio Atlantic Tower, Torre Business, Sala 604 - Chapada - Manaus - AM - CEP 69050-010

Tel.: (92) 3237-5189

E-mail: andesnorte1@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE II

Av. Augusto Correia, 1 - Guamá - Campus Universitário da UFPA - Setor de Recreações - Altos

Caixa Postal 8603 - Belém - PA - CEP 66075-110

Tel.: sem telefone no momento

E-mail: andesnorte2@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE I

Rua Tereza Cristina, 2266, Salas 105 e 106 - Benfica - Fortaleza - CE - CEP 60015-038

Tel.: (85) 3283-8751

E-mail: andesnordeste1@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II

Rua Dr. José Luiz da Silveira Barros, 125, Ap. 02 - Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-160

Tel.: (81) 3037-6637

E-mail: andesnordeste2@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III

Av. Anita Garibaldi, 1279, Edifício Ernesto Weckerle, Sala 302, 1632 - Federação - Salvador - BA - CEP 40210-750

Tel.: (71) 3264-2955 / (71) 3264-3063

Email: andesnordeste3@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE

Av. Afonso Pena, 867, Salas 1012 a 1014 - Belo Horizonte - MG - CEP 30130-002

Tel.: (31) 3224-8446

E-mail: andesleste@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO

Alameda Botafogo, 136, Quadra A, Lt. 10, Casa 02 - Centro - Goiânia - GO - CEP 74030-020

Tel.: (62) 3213-3880

E-mail: andesplanalto@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL

Rua 34 NR Casa 92 - Boa Esperança - Cuiabá - MT - CEP 78068-445

Tel.: (65) 3627-7304 / (65) 3627-6777

Email: andespantanal@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

Rua Amália de Noronha, 308, Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05410-010

Tel.: (11) 3061-0940

E-mail: andesssp@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, Sala 1408 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-904

Tel.: (21) 2510-4242

E-mail: andesrj@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SUL

Rua Emiliano Perneta, 424, Conj. 31 - Edifício Top Center Executive - Centro - Curitiba - PR - CEP 80420-080

Tel.: (41) 3324-6164

E-mail: andesul@andes.org.br

ANDES-SN - SINDIPROL/ADUEL

Praga La Salle, 83 - Jd. Canadá - Londrina - PR - CEP 86020-480

Tel.: (43) 3324-3995 / (43) 99994-3995

E-mail: sindicato@sindiproladuel.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

Av. Protásio Alves, 2657, Sala 303 - Petrópolis - Porto Alegre - RS - CEP 90410-002

Tel.: (51) 3061-5111

E-mail: andesrs@andes.org.br

DERROTAR
BOLSONARO
NAS RUAS E NAS URNAS

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS



Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade

www.andes.org.br